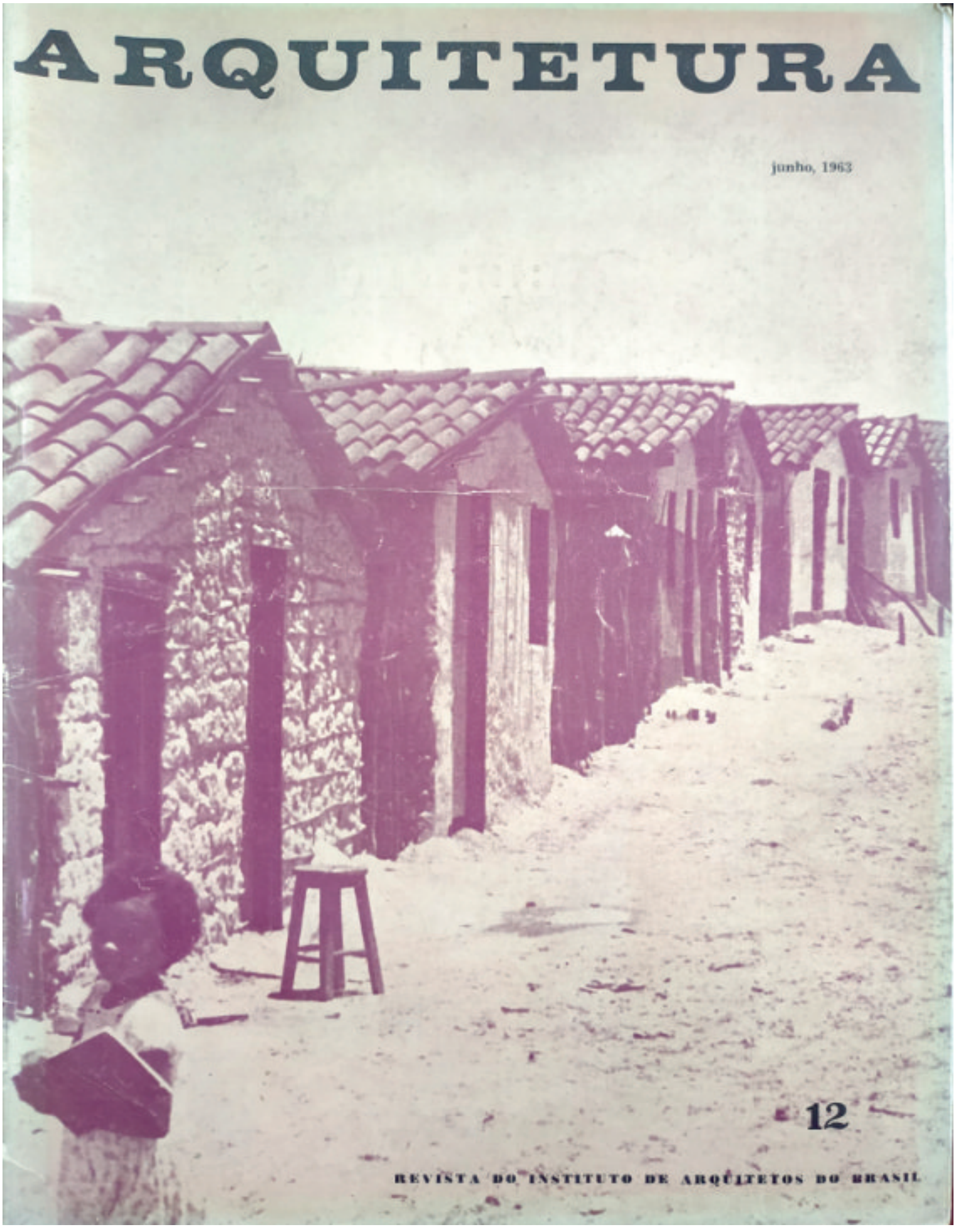
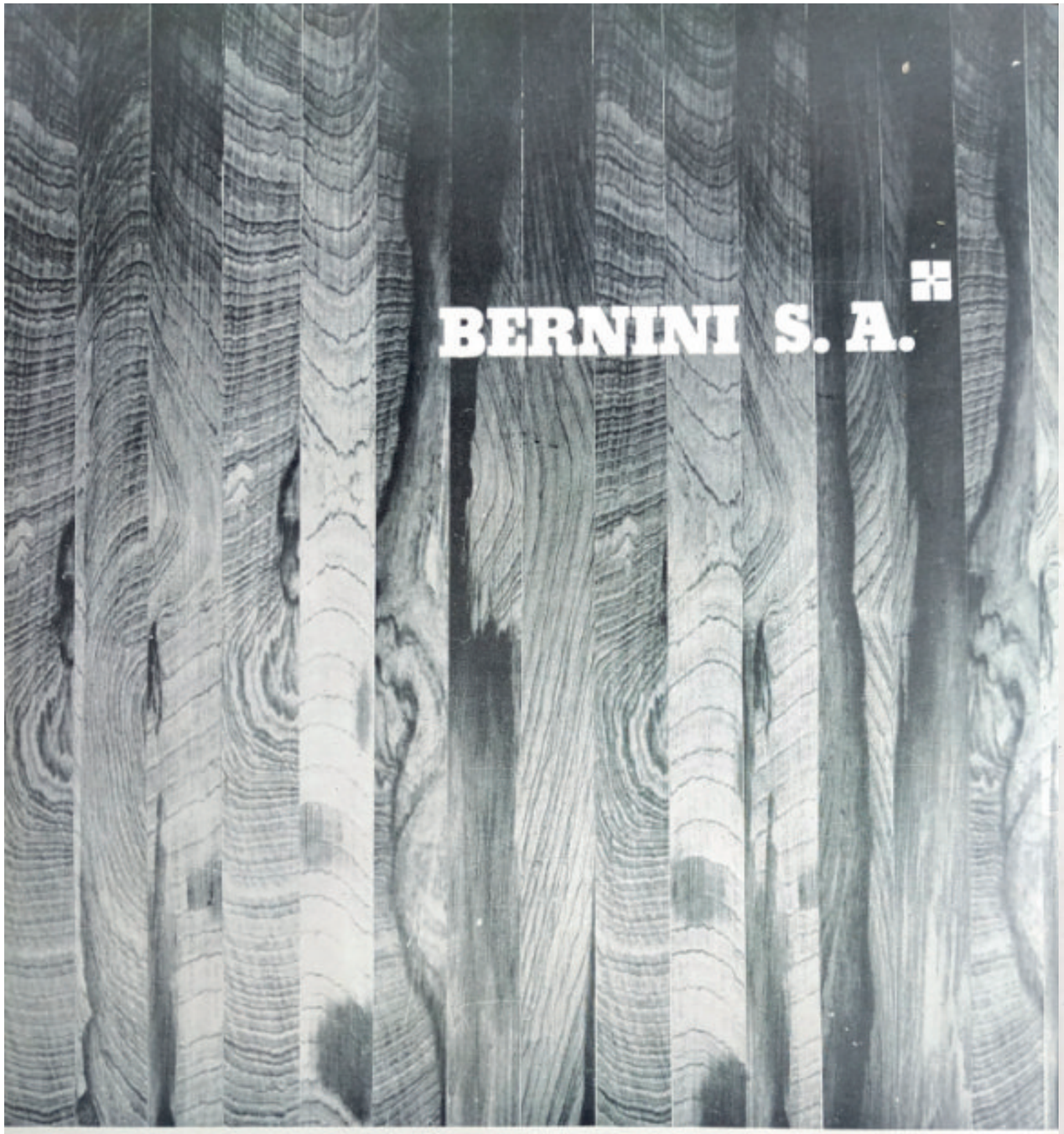
ARQUITETURA

junho, 1963



12

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL



lambris
folheados e maciços

rua moncorvo filho, 25-27 * vendas 43-1090/43-2750 * Rio

Klabin Irmãos & Cia.

Setor Manufatura Nacional de Porcelanas

AZULEJOS KLABIN

Escritório Central: Av. Rio Branco, 81 - 14. andar - Tel.: 23-5870
Caixa Postal, 1622 - End. Telegr. "Klabin" - Rio de Janeiro

Azulejos



o moderno, prático, decorativo chama-se AZULEJO

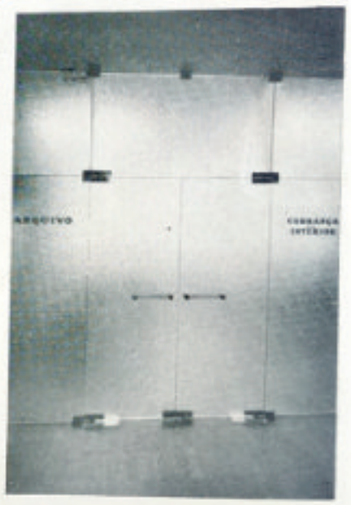
Quando você vai ao seu clube, você nota que a piscina e os vestiários são revestidos de azulejos. Nos refeitórios dos colégios e das fábricas, nos laboratórios e gabinetes de física e química, e nos hospitais, onde a assepsia é um imperativo, você também encontrará os azulejos. Mas, além do grande serviço que os azulejos prestam à higienização dos ambientes, êles podem ser usados também como elemento decorativo, em magníficos painéis a côres ou decorando fachadas e corredores.

Com Blindex fica tudo mais claro!

Portas, vitrinas e balcões de cristal temperado "Blindex" (7 vêzes mais resistente que o cristal comum) promovem mais e melhores negócios. Protegem sem ocultar — proporcionando visão global da oferta — e conferem a seu banco ou sua loja uma atmosfera mais clara, moderna, arejada, atraente. Inclua "Blindex" em seus planos imediatos... e admita em sua equipe um novo e eficientíssimo funcionário: a luz do dia.









INDÚSTRIA BRASILEIRA
BLINDEX

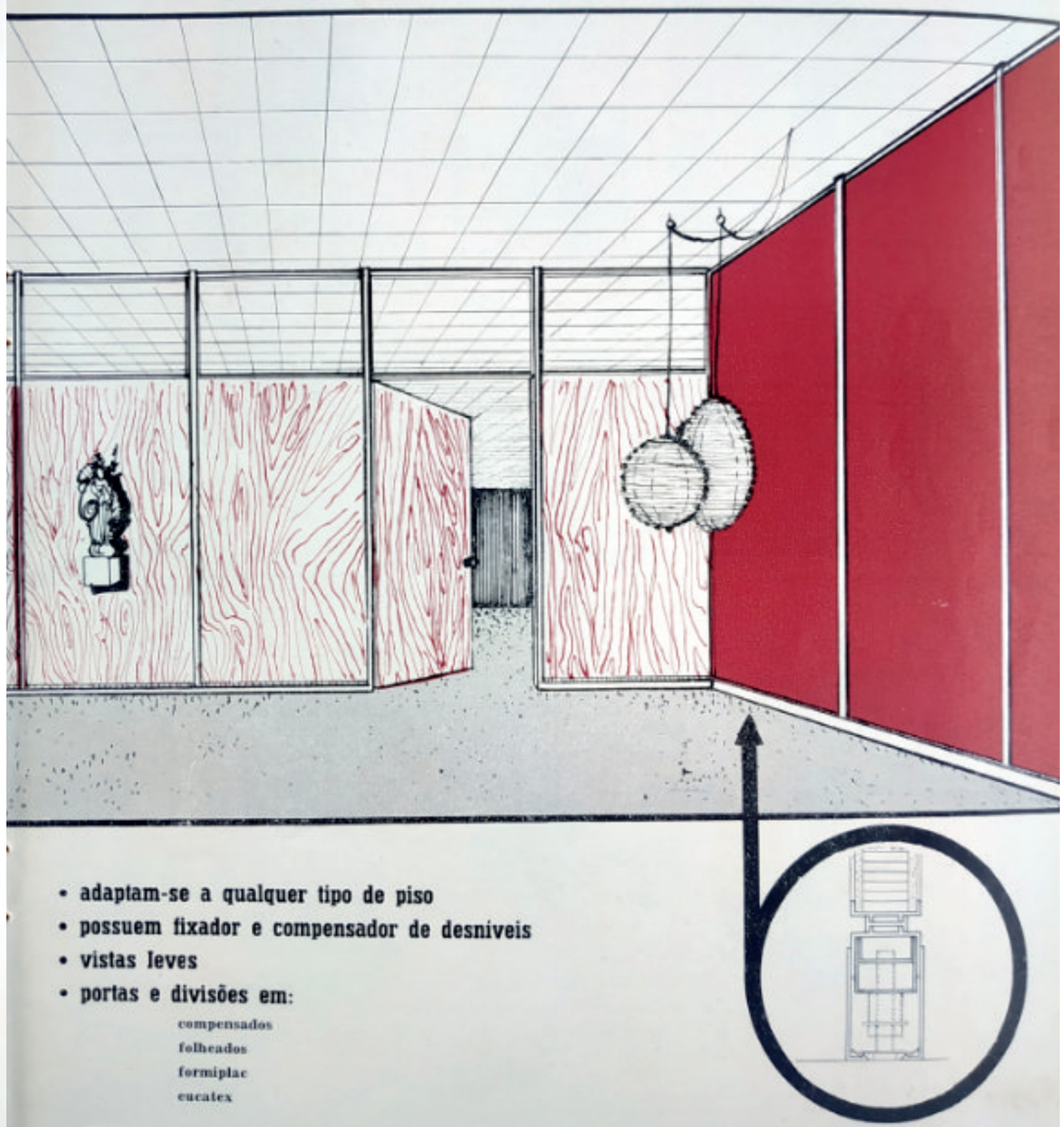
SANTA LÚCIA CRISTAIS LTDA.

SÃO PAULO
VENDAS: R. TOCANTINS, 96
TEL. 52-6543 e 52-6438

RIO DE JANEIRO
VENDAS: AV. PRES. VARGAS, 642 - G. 505 - TEL. 23-9915

PAGANI-PINHEIRO S. A.

paredes divisórias removíveis

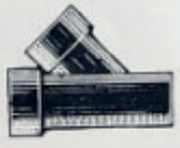


- adaptam-se a qualquer tipo de piso
- possuem fixador e compensador de desniveis
- vistas leves
- portas e divisões em:
  - compensados
  - folheados
  - formiplac
  - eucatex

Rio de Janeiro: R. Visconde Duprat, 23 — Tels.: 33-1414 - 32-3634



TUBOS E CONEXÕES TIPO ESGÔTO



Patenteados sob o nome de "METALIT", a CFB fabrica tubos de ferro fundido centrifugado e respectivas conexões para canalizações à baixa pressão: esgotos sanitários, águas pluviais, irrigação, etc.

É um tubo leve, estético e econômico, para emprêgo embutido na estrutura ou exposto, compondo ambientes e recebendo pinturas decorativas.





Diâmetro de 50 a 100 mm: tubos de 3 m de comprimento. Diâmetro de 150 mm: tubos de 6 m de comprimento.

CIA. FERRO BRASILEIRO S.A.

CAPITAL DE CR$ 1.500.000.000,00

Sede Social: CAETÉ (Minas)
ESTAÇÃO DE JOSÉ BRANDÃO
E.F.C.B. - Tel. Caeté 9 -
Telegr.: Ferrobrasil - Caeté

Escrit. Administrativo e Comercial
Av. NILO PEÇANHA, 50-6º and.
Tel. 32-8011 - RIO DE JANEIRO
Telegr.: Ferrobrasil - Rio

Sucursal de São Paulo
R. LIBERO BADARÓ, 293-cjs. 15
Tel. 37-4536 - SÃO PAULO
Telegr.: Ferrobrasil - São Paulo

Agência em Belo Horizonte
R. GOITACAZES, 15 - 5º and.
Tel. 9-0570 - BELO HORIZONTE
Telegr.: Ferrobrasil-Belo Horizonte

SEGURANÇA

— É O QUE VOCÊ EXIGE NUM ELEVADOR?

Otis é o nome que identifica segurança em elevadores. Segurança de fato: você não ouve falar em problemas quando os elevadores são Otis. A razão é que os elevadores Otis estão muitos anos à frente em segurança e qualidade. A preocupação com a segurança é uma tradição na Otis: nasceu com o primeiro elevador apresentado ao mundo, em 1853, no qual Elisha G. Otis instalou um eficiente dispositivo de segurança. Desde então, Otis é o melhor e mais seguro elevador fabricado no mundo. Se você exige segurança, exija Otis.



Segurança
Beleza
Durabilidade
Eficiência

ELEVADORES OTIS S.A.

Onde tudo é de primeira...

Há Otis

31.142

ENGENHARIA DE FUNDAÇÕES S.A.

ENGEFUSA

FUNDAÇÕES EM GERAL

INFRA — ESTRUTURAS

RUA SANTA LUZIA, 799 — 16º ANDAR-RIO DE JANEIRO

Industrialização: **META** do Govêrno

estruturas **METÁLICAS**

EDIMETAL

solução preferida
pelos grandes industriais

Brasil, 1959.
Nascem indústrias e indústrias se expandem, atendendo às exigências do desenvolvimento do país. Cada etapa cumprida é um passo de gigante no rumo da independência econômica. Edimetal participa dêsse esfôrço. Oferece soluções às indústrias que crescem. Hoje, grandes industriais empregam as **Estruturas Metálicas Edimetal**. Ganham *mais espaço útil*. Suas indústrias apresentam maior índice de produtividade! Exijam **Estruturas Metálicas Edimetal** que obedecem, rigorosamente, às Normas Técnicas Brasileiras Recomendadas.



FÁBRICA NACIONAL DE ESTRUTURAS METÁLICAS
"EDIMETAL" S. A.

SEDE: Rio - Rua do Carmo, 27-7.º andar - Tel.: 32-4213
Caixa Postal: 3723 - End. Telegr. "NACMET"
FÁBRICA: Barra Mansa - E. do Rio - Km 115 da Rodovia Pres. Dutra

9.010



Êxito absoluto!

Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

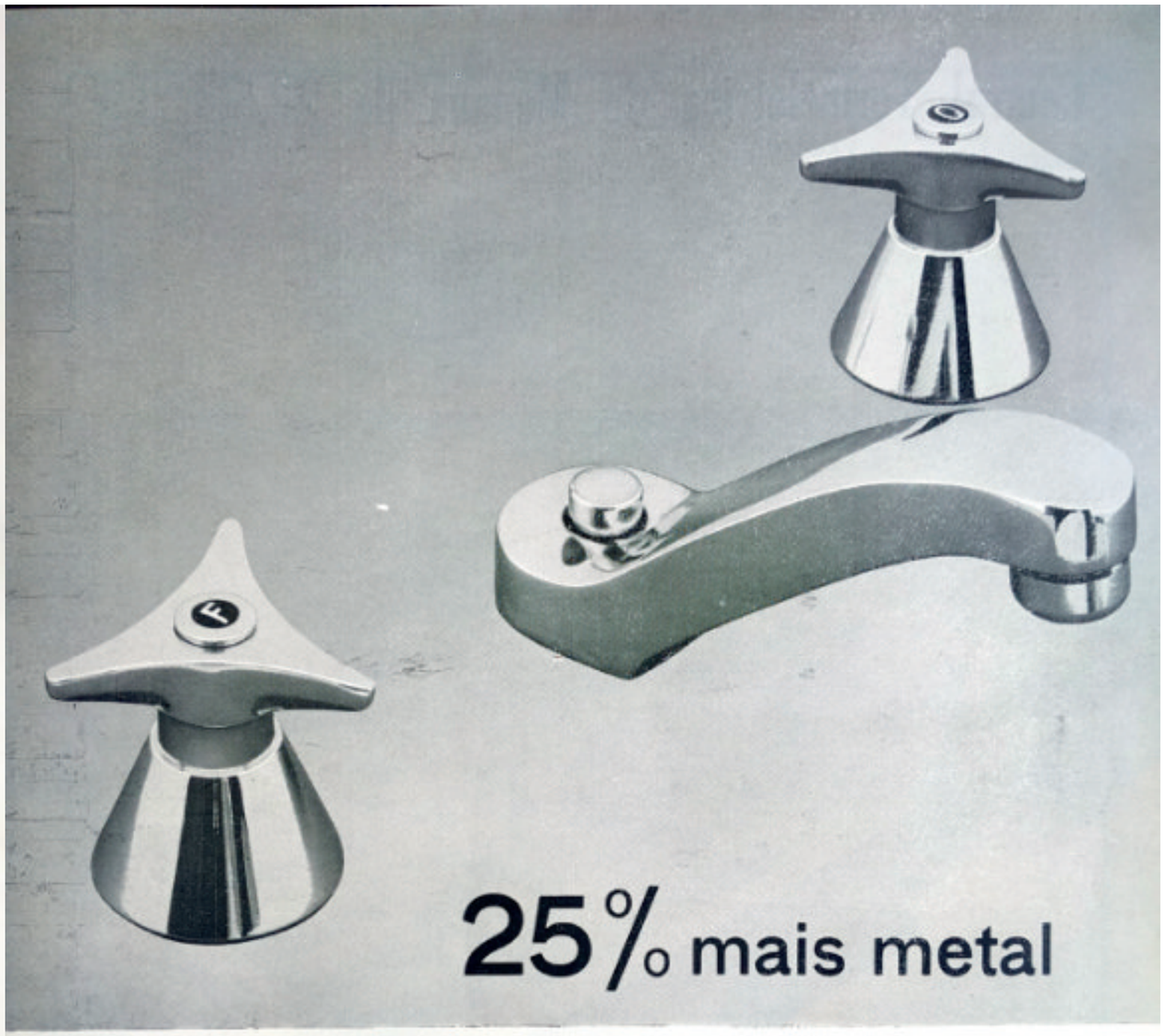
BARRA-MANSA-5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

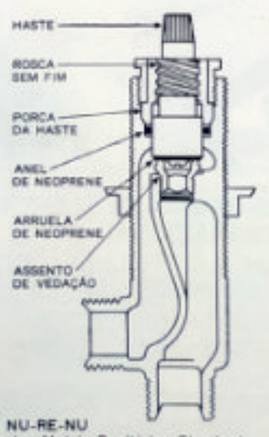
Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.

Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.

Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo



25% mais metal



VÁLVULA NU-RE-NU
o coração dos Metais Sanitários Standard
Absoluta garantia contra vasamentos. Partes móveis isoladas, eliminando o desgaste causado pelas impurezas da água. Arruelas de neoprene possibilitam vedação total. Rôsca da haste com duas entradas e forte inclinação permite abrir ou fechar a torneira com apenas 1/4 de volta.

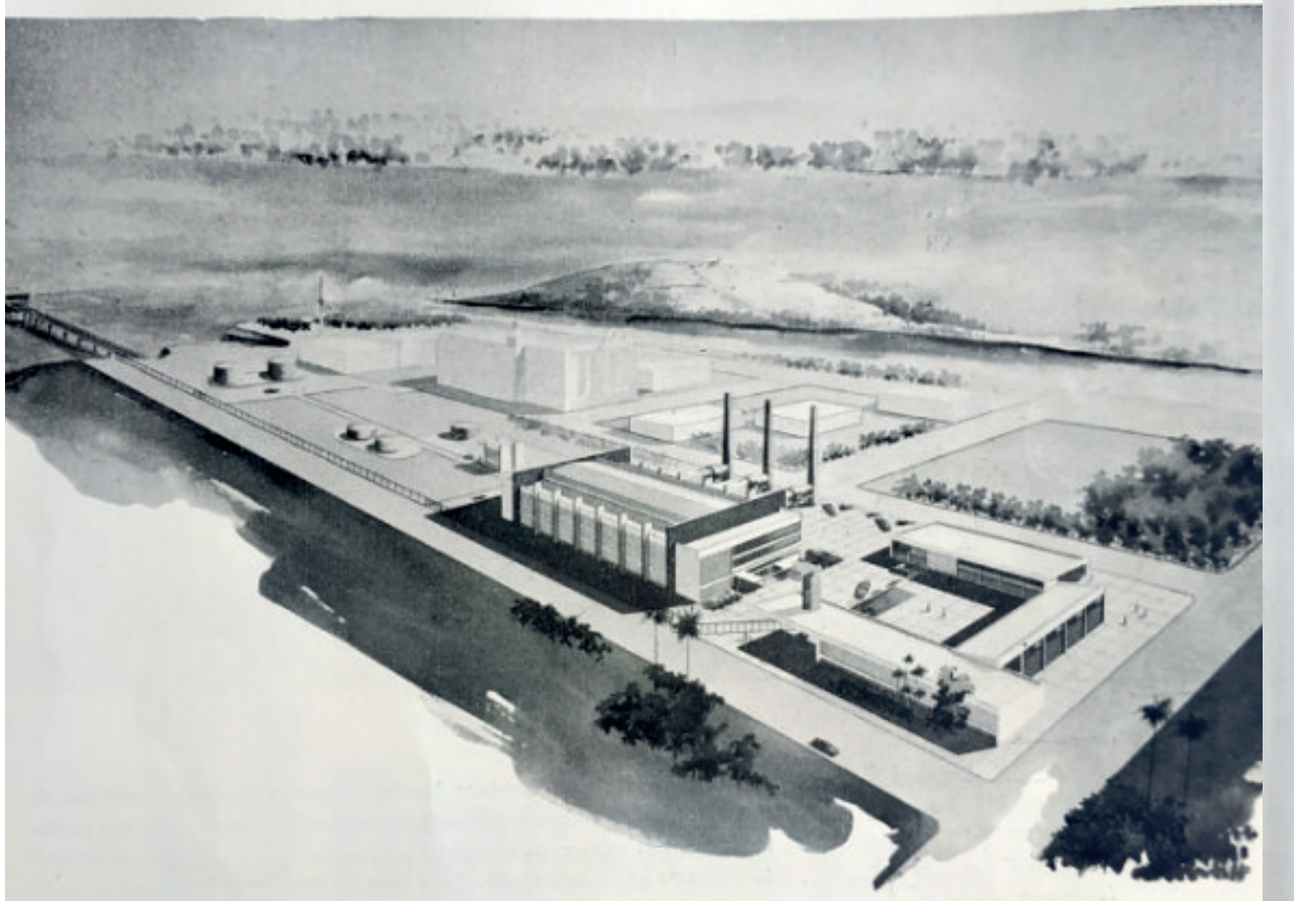
A qualidade dos Metais Sanitários Standard impõe-se ao simples confronto de suas características. Empregando aproximadamente 25% mais metal que produtos congêneres de renome, asseguram construção robusta e funcionamento perfeito durante muito mais tempo. Entre suas características destacam-se ainda: revestimento por camada de cobre; banho de níquel de 2,5 microns de espessura e banho de cromo que preserva por período mínimo de 10 anos o acabamento e beleza de cada peça. A escolha dos Metais Standard justifica-se, também, pelas inovações revolucionárias que incorporam: Válvula Nu-Re-Nu; oxigenador exclusivo (que proporciona água leve, arejada e sem respingos). Conjugando concepção moderna e técnica avançada, além de marcante beleza, os Metais Sanitários Standard constituem a preferência certa dos que exigem qualidade atualizada.

IDEAL-Standard
padrão mundial de qualidade em sanitários

Revendedores em todo o país. Escritórios: S. Paulo, Al. Santos, 2150 - 1.º and. • Rio de Janeiro, R. México, 21 - 9.º and. • Brasília, Av. W3, Quadra 2 • Fábrica em Jundiaí, Est. de S. Paulo.

Central Termelétrica de Manaus de 22.500 kW

Inaugurada em 9-9-62



Equipamento Elétrico e Mecânico	WESTINGHOUSE ELECTRIC INTERNATIONAL CO.
Projeto e Construção Civil	GRAÇA COUTO S/A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Serviço de Montagem	EMPREZA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S/A. - EBE
Coordenação Geral: Nos Estados Unidos da América	WESTINGHOUSE ELECTRIC INTERNATIONAL CO.
No Brasil	CIA. BRASILEIRA DE MATERIAL ELÉTRICO - COBREL



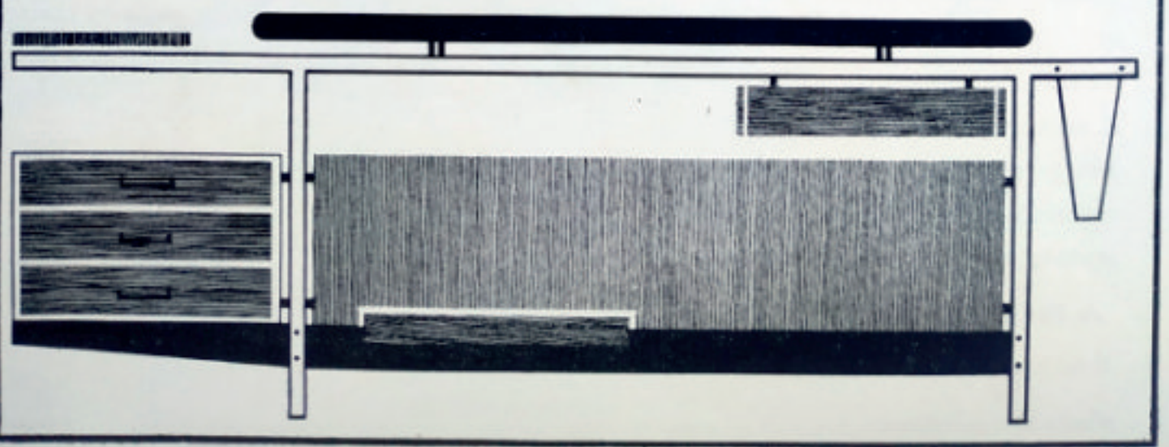
FABRIZIO FABRIZIANI
ARNALDO RUSCHIONI



ESCRIVANINHA "JUBILEU BRAFOR"

Modêlo projetado com exclusividade para o grande concurso "Jubileu Brafor". É uma contribuição da arquitetura moderna brasileira para enriquecer, ainda mais, os arrojados padrões de nossos móveis para escritório. A Brafor orgulha-se de incluir no seu programa de produção a escrivaninha contemplada naquele grande concurso. Trata-se de um móvel de estilo inédito, idealizado pelas exigências contemporâneas de funcionalidade, confôrto e beleza.

CLASSE INTERNACIONAL EM MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO **BRAFOR**



Quem Especifica?

O ARQUITETO.

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos. Será que êles conhecem o seu material?

A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de

ARQUITETURA

A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

LAMBRIS
LOUÇA SANITÁRIA
TIJOLOS
TACOS
PARQUETS
PLÁSTICOS
MÁRMORES
LUMINÁRIAS
AQUECEDORES
FOGÕES
PINTURAS
GRANITOS
FERRAGENS
CERÂMICAS
MÓVEIS
ESQUADRIAS
ALUMÍNIO
FERRO
MADEIRAS
VERNIZES
ÓLEOS
TAPETES
TECIDOS
TELHAS
CIMENTO
IMPERMEABILIZANTES
VIDROS
MATERIAL ELÉTRICO
ELEVADORES
MONTA CARGAS
EXTINTORES
ISOLANTES
TÉRMICAS
ACÚSTICAS
AZULEJOS
ESCADAS ROLANTES
FUNDAÇÕES
CHAPAS CORRUGADAS
CANOS
FORMAS

ARQUITETURA

N.º 12, junho, 1963

Órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301.

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Reidy, Edgar Graeff, Ernâni Vasconcellos, Henrique E. Mindlin, Ícaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Alfredo L. Britto — IAB; Álvaro Pacheco; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Conselho de Representantes: Alberto Xavier - IAB-RGS; Jorge Wilheim - IAB-SP.

Redação: *redator-chefe* — Maurício Nogueira Batista - IAB; *secretário* — Alfredo L. Britto - IAB; *departamento de arte* — Roberto Scoralli - IAB; Dep. Fotográfico - Roberto Maia.

Editor:
Álvaro Pacheco.

Colaboradores: Claudius Ceccon - IAB; Ferreira Gullar, Carlos Diegues Jota, Cléber Ribeiro Fernandes, José Guilherme Merquior, Nélson Lins de Barros.

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, tôdas as firmas construtoras do Rio e S. Paulo, e de outros estados, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Publicação da Editôra Artenova Ltda. — *Diretores:* Álvaro Pacheco e Renaldo Alexandre Essinger — Trav. 11 de Agôsto, 6, grupo 201.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.: 22-1703, — Rio.

Publicidade e Assinaturas: RIO — Trav. 11 de Agôsto, 6 — Grupo 201 — tel.: 31-2641; **S. Paulo** — REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 32-3512; **Pôrto Alegre** — REPRENAES — Rua Cel. Vicente 456 — 2.º andar — tel.: 9-1446.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas: preço do exemplar: Cr$ 250,00; exterior — US $1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 2.400,00; exterior: US $10; Tiragem: 10.000 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e Impressão: Livraria Freitas Bastos, S.A. — Rua 7 de Setembro, 111, Rio.

Capa: Habitação Proletária — Ceara
Foto: Artistides Barreto

SUMÁRIO

2 Editorial

A Participação do Arquiteto

4 Planejamento

Plano diretor para salvar do caos a cidade de São Paulo

6 O problema da Habitação e os Arquitetos

Um médico contra os arquitetos

12 Projeto

Sede da ONU — Cepal no Chile

20 O terreno da Rua do Passeio e os arquitetos

22 Documentação

Carta aberta aos arquitetos brasileiros

23 Seminário da Habitação e Reforma Urbana

25 Galeria

Artes visuais

Ferreira Gullar

Cinema

Cárlos Diegues

Teatro

Cleber Ribeiro Fernandes

Música

Nelson Lins de Barros

35 Claudius

36 Destaque

42 Notícias

47 Legislação

53 Bôlsa de Materiais

A Participação do Arquiteto

O arquiteto brasileiro aspira uma maior participação no processo de desenvolvimento do país. Recusa-se a continuar sendo o objeto de luxo cuja atividade retringe-se ao atendimento dos setores privilegiados da sociedade. Sabe que permanecer nesta posição marginal significa castrar o sentido social da profissão e o seu aspecto cultural mais importante: refletir, materialmente, o **ser** do povo.

A fase heróica que marcou o estabelecimento, no Brasil, da arquitetura chamada moderna, está, cremos, superada. Nela, um grupo de arquitetos de muito valor, a custa de sacrifícios e de intensa luta contra um meio cultura retrógado e pouco desenvolvido, lançou as bases de uma conceituação arquitetônica mais próxima de nossa época, de nossa terra e de nossa gente. A tarefa foi grandiosa e os frutos atestam a pujança de sua geração.

Os problemas que desafiam os arquitetos brasileiros em 1963, constituem uma outra etapa. Não podem ser resolvidos com o risco belo e audacioso de algum arquiteto genial. Os frutos da fase heróica, — obras isoladas que marcaram fortemente o sítio onde foram levantadas — perderam-se, em sua maioria, na desordem urbana que afogou todos os nossos aglomerados humanos.

Mais do que criar a casa, a escola, o hospital, o clube, a fábrica, o templo, deve o arquiteto criar o espaço que os contém: **a cidade.** A criação da **cidade** não é obra de um homem. A **cidade** por essência, é a soma dos homens. O arquiteto é, por definição, o homem que apreende a soma de todos os valôres. Uma **cidade** pode ser um número. Número de habitantes, número de fábricas, de estabelecimentos comerciais, de escolas. Representa também, e, infelizmente para muitos representa isto apenas, o significado econômico dêstes números.

Esta deformação transformou a **cidade,** contraditòriamente, numa abstração numérica. Os valôres econômicos dominam os valôres humanos e a **cidade** frusta-se. Deixa de ser o "habitat" do homem e tende a transformar-se na base do "robot". Isto onde o desenvolvimento técnico tende a padronizar os anseios humanos. A nossa realidade é, ainda, bem outra. É o caos urbano. O produto da superestrutura tecnicológica mais adiantada confunde-se com a tapera de favela que reflete o processo tectônico da estrutura agrária mais primitiva e arcaica.

Estas contradições levam o arquiteto a desviar os olhos do papel da prancheta e olhar mais longe. Êste olhar, abrangendo um horizonte mais amplo, dá-lhe a convicção de que não será permanencendo confinado entre as quatro paredes do seu escritório, onde enfrenta os problemas imediatos da profissão, que se capacitará a resolver o dilema básico do **ser** arquiteto, neste momento da evolução brasileira.

A sua participação terá de se fazer sentir em escalão mais alto. A experiência de sua formação leva-o a querer atuar na origem dos problemas. Sabe não estar ausente nem isento da crise que o país atravessa e percebe que tem de somar os seus esforços aos dos que, mais conscientes, reclamam para a nação, reformas capazes de modificar a estrutura arcaica que emperra o pleno desenvolvimento e impede a repartição justa dos seus benefícios.

Plano diretor para salvar do caos a cidade de São Paulo

Freitas Nobre

DENTRO DE POUCOS ANOS não se poderá mais cruzar o centro da cidade de automóvel, sendo mesmo difícil fazê-lo a pé. O aumento anual do número de veículos em circulação é de cêrca de 100.000. Paralelamente devemos anotar o crescimento anormal e desordenado da cidade.

O padre Labret, estudioso e pesquisador de renome mundial e que chefiou em São Paulo um grupo de trabalho especializado, declarou que a capital bandeirante se compara a um acampamento de ciganos. A razão dêsse fato é a inexistência de um Plano Diretor, a ausência de normas urbanísticas reguladoras do seu crescimento.

A lição já vem de Aristóteles, segundo o qual a função de uma cidade é "fazer viver feliz". Somos um desmentido à afirmação de Aristóteles: São Paulo é uma cidade que se desumaniza, dia a dia, tornando sua população cada vez mais infeliz, menos assistida menos atendida.

Inúmeros apartamentos e escritórios foram construídos e obtiveram "habite-se", embora tivessem área inferior à de uma cela de Penitenciária do Carandiru!

As funções urbanas geralmente aceitas entre nós não encontram a devida correspondência, quer quanto à habitação, transporte, recreação e cultura.

Aprovam-se loteamentos ou se os consideram efetivados, embora sem o estabelecimento de artérias de ligações, sem que se tenha calculado o custo dos equipamentos coletivos, ou as condições de vida dos que ali irão residir.

Teremos, dentro de algum tempo, a triplicação do número de veículos, sendo absolutamente necessário o estabelecimento de providências no sentido da habitabilidade que só pode ser atingida se a circulação fôr física e econòmicamente possível; se a população puder encontrar condições normais de vida familiar e coletiva e se houver o devido equilíbrio para o chamado "custo urbano".

TRÊS CAMINHOS

O destino da Paulicéia apresenta-se sob três hipóteses: continuará crescendo da forma anárquica e anormal como até agora, ou terá a anormalidade dêsse crescimento moderado por medidas de contrôle, embora insuficientes, ou ainda, êsse crescimento será ordenado de forma racional e técnica.

Entre outras medidas, impõe-se a proibição de circulação no perímetro mais central, exceção feita a casos de socorro de urgência, policiamento ou em casos excepcionais, e de outro lado, a cobrança do estacionamento num raio determinado para a primeira zona urbana, desestimulando, dessa forma, uma das principais causas do congestionamento do perímetro central.

CIDADE RECLAMA PLANO DIRETOR

Reclama a cidade o seu Plano Diretor ou, noutros têrmos, uma Lei Orgânica Municipal que atenda não apenas ao seu próprio crescimento como ao conjunto de Municípios que constituem o chamado Grande São Paulo, ou seja, a aglomeração humana que vive e respira pelos pulmões de nossa capital, como São Caetano, Santo André, São Bernardo, Guarulhos, Poá, Susano, e Mojí. Sem a estrutura do Plano Diretor, não se poderá disciplinar êsse crescimento que reclama a rêde de vias rápidas excluindo o cruzamento do perímetro central, procurando de preferência ligar essas unidades entre si, embora mantendo suas ligações com o centro. É indispensável criar ou fomentar o aparecimento de núcleos secundários que até agora têm surgido mais como previdência pioneira de particulares.

O esbôço de nosso Plano Diretor, estudado pela Comissão Orientadora que posteriormente encaminhou suas principais sugestões ao Executivo (sem resultado), visa a estabelecer os usos compatíveis e convenientes às zonas urbana e rural. Mas o PD encontra inimigos poderosos, porque necessàriamente terá que ferir interêsses de especuladores imobiliários, e, por isso mesmo não pode ser efetivado de uma vez. A própia lei 5.261, que condicionou a área construída à área do lote (4 ou 6 vêzes a área do terreno, se residencial ou comercial a construção), recebeu o mais duro impacto de que se tem notícia e o perigo de sua revogação ainda não passou.

As deficiências agravam-se dada a ausência de serviços essenciais, rêde de águas, esgotos, iluminação pública, pavimentação de vias públicas, coleta domiciliar de lixo, galerias de águas pluviais. Boa parte da população operária perde 4 horas diárias no trajeto entre a residência e o local de trabalho. A zona comercial e de serviços está saturada e o perímetro central congestionado.

O dinamismo histórico de São Paulo e o seu crescimento desordenado clamam pela adoção imediata de legislação que o regule e contrôle, dentro das bases gerais de um plano urbanístico, tendo em vista que a cidade caminha, a passos largos para uma população de 12 milhões de habitantes que é o total que poderia comportar os loteamentos já existentes.

Nessa altura a "Grande São Paulo", integrada pelos demais Municípios que dependem de nossa capital, pode atingir entre 20 e 25 milhões de habitantes.

Êsse crescimento exige melhor precisão, mesmo porque todos os que tentaram prever até agora, foram destruídos ou superados pela realidade. Assim, na época, a localização do cemitério da Consolação foi considerada "absurda pela distância" e "um ato de desatenção aos mortos", e, quando se projetou a Avenida São João para 40 metros de largura, o então vereador Alcântara Machado, professor da Faculdade de Direito, considerou exageradas propositura...

Em 1930, São Paulo tinha 900 mil habitantes; em 1950, 2.196.096; em 1961, 4 milhões e no ano 2000, isto é daqui a 38 anos, deverá atingir o total de 12 milhões, numa verdadeira asfixia urbana!

"URBANITE AGUDA"

O desenvolvimento monstruoso e caótico das grandes cidades modernas determinou certas condições de ambiente que tornam dia a dia mais difícil a vida do homem, do ponto de vista fisiológico. Um cientista reuniu o conjunto de enfermidades que ameaçam a vida do homem da cidade na definição de "urbanite" e fêz sôbre ela considerações que vale a pena repetir:

A "urbanite" acomete mais ou menos todos os habitantes das grandes cidades modernas. Médicos e sociólogos reuniram-se recentemente para debater o importante problema e constataram que o mal toma formas diferentes: de ordem biológica como os resfriados, bronquites, asma, reumatismos, insônia, tuberculose, câncer etc.; de natureza nervosa, moral e social como as desordens psíquicas, a necessidade cada vez mais freqüente de remédios, de beber álcool, o aumento da delinqüência dos menores...

Contra a "urbanite" que consiste num verdadeiro envenenamento a ciência não tem armas suficientes, pois a doença provém de muitas causas e tem efeitos múltiplos. Remédios e tratamentos podem, sem dúvida, atenuar os distúrbios provocados pela "agressão respiratória" ou pela "agressão digestiva" mas não podem curá-los. O único remédio é deixar a cidade. Um mês longe da metrópole é mais útil que qualquer remédio. Por isso entre os parisienses de tôda as condições sociais vai se disseminando o hábito do "week end". Nos últimos dez anos aumentou também notàvelmente o número dos psiquiatras porque uma das manifestações da "urbanite" é a "agressão nervosa".

O sono insuficiente, os rumores, a circulação dos carros influem gravemente sôbre o sistema psíquico. Este drama cotidiano é agora já uma característica de tôda grande cidade moderna, conforme observaram aquêles estudiosos franceses.

LATIFÚNDIO DO ASFALTO

Ainda agora, no Município da capital, 22 pessoas possuem 55% do solo na zona urbana, pois até 25 hectares há 3.456 proprietários; de 25 a 100 hectares, 283 proprietários; de 100 a 200 hectares, 80 proprietários, de 300 a 1 000 hectares, 16 proprietários e de mais de 2 000 hectares, 4 proprietários, sendo que dois dêstes possuem mais de uma propriedade de grande extensão.

Aí está o foco da especulação imobiliária, com retenção para valorização das áreas inaproveitáveis e improdutivas.

Assim, 31 proprietários de 500 a 2 500 hectares, detem 39 000 hectares, o que vale dizer que têm mais terras do que 6 000 outros.

CONSTRUÇAO DO METRÔ

O metrô pode constituir-se numa importante fase de um planejamento urbanístico para São Paulo. Técnicos da Prefeitura haviam estudado, com auxílio de americanos e franceses, duas linhas, com 20 quilômetros de extensão cada uma — julgadas mais necessárias numa primeira fase estabelecendo-se prioridade para a linha Lapa-Centro-Penha, passando pelos viadutos da Avenida Irradiação e uma segunda na direção Pinheiros — Barra Funda — Ponte Grande — Caninde — Brás — Mooca — Ipiranga. Visavam mais diretamente ao descongestionamento do perímetro central e obedeciam às recomendações da Comissão Orientadora do Plano Diretor da Cidade.

O atual Executivo, no entanto, julgou que deveria alterar essa orientação, prometendo executar, primeiramente, a linha Norte-Sul, passando pela Avenida 23 de Maio, emendando com a faixa livre do bonde Santo Amaro, até o bairro do mesmo nome.

O que importa — e urgentemente — é que São Paulo enfrente o problema do seu Plano Diretor, adotando um critério racional de crescimento, fixando o zoneamento, e dando ao menos, condições de sobrevivência à população que reclama a trilogia universal de uma cidade humana: LUZ, AR e ESPAÇO.

(Publicado na Revista do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, n.º 52)





Um médico contra os arquitetos

ARQUITETURA, nesta seção "O Problema da Habitação e os Arquitetos", vem apresentando matérias relacionadas com a crise mundial da moradia, dando especial ênfase aos aspectos brasileiros desta crise. O nosso intuito é trazer subsídios suficientes à formação de uma consciência nacional do problema, principalmente entre os arquitetos. Os limites da questão habitação são bastantes amplos e não encerram, apenas, os aspectos ditos arquitetônicos. Suas implicações atingem, também, o âmbito do médico, do sociólogo, do economista e de inúmeros outros técnicos. A visão do arquiteto, deve ser, portanto, a mais ampla possível de vez que a êle cabe a solução física do problema.

A matéria que apresentamos a seguir foi extraída da revista "A Saúde do Mundo", editada pela OMS — Organização Mundial de Saúde. Nesta entrevista concedida a Hubert D'Havrincourt, o Dr. Robert Henri Hazemann, Inspetor-Geral de Saúde Pública da França, debate os fatos relativos aos grandes conjuntos residenciais e suas conqüências na saúde física e mental dos seus ocupantes. O título da entrevista é do maior impacto: "Um Médico Contra os Arquitetos". A leitura do texto, todavia, demonstra que se a culpa não é só do arquiteto, ainda que a êle caiba, uma grande responsabilidade, na tarefa de construir o "habitat" do homem urbano do nosso século.

A proliferação dos grandes blocos residenciais suscita numerosas discussões. **A Saúde do Mundo** pediu a opinião do Dr. Robert Henri Hazemann, Inspetor-Geral de Saúde Pública na França. Interrogado por Hubert d'Havrincourt, o Dr. Hazemann exprime aqui o seu desacôrdo pelo que estão fazendo atualmente os arquitetos de seu país.

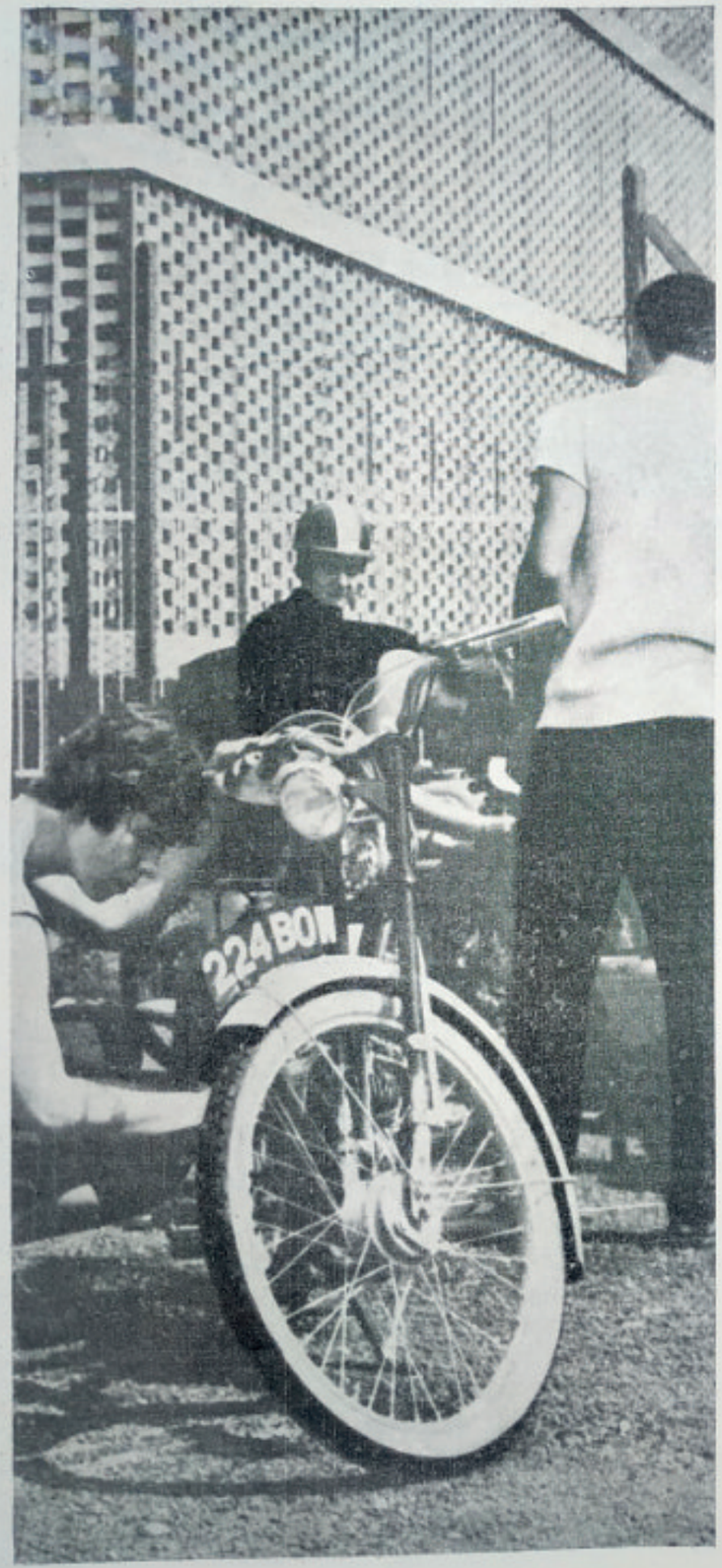
— Como pode um médico, como o senhor, ocupar-se de urbanismo?

— Se admitirmos que a superurbanização e a construção de gigantescos arranha-céus dão motivo ao aumento do número de estados nervosos, provocados por situações de tensão, é normal que um higienista se preocupe com os meios adequados a atenuar êsses efeitos na vida em família e na comunidade. Na verdade, não se trata tanto de cuidar dos inconvenientes físicos das habitações e sim de suas repercussões, por vêzes maléficas, sôbre a saúde mental.

RUIDO

— Nos subúrbios das grandes cidades erguem-se, cada vez mais numerosos, gigantescos "blocos" residenciais; julga que as pessoas possam viver felizes nesses grandes falanstérios?

— Um de meus colegas mora no subúrbio parisiense, em um edifício de 17 andares e cinquenta metros de altura. O que mais o incomoda é o barulho. Como você sabe, numerosas construções dessa espécie não têm mais "paredes assentadas" e sim "paredes-cortinas", isto é, acrescentadas às fachadas. Ora, essas paredes, de pouca espessura, formam como que uma pele de tambor, repercutindo os sons dos andares superiores para os inferiores. É aqui que o ruído começa a desempenhar seu papel destruidor, incômodo principalmente porque é indiscreto: há a televisão, os gritos das crianças, as brigas dos adultos. É êsse o drama, pois o barulho pouco a pouco destrói a célula familiar. A mãe está esgotada. O pai, fatigado por um dia de trabalho, só tem uma idéia: encontrar, de volta à casa, o repouso e a tranqüilidade. Quer ter paz; todavia, cada noite receia instintivamente o retôrno, pois sabe que dificilmente encontrará a calma que deseja em sua casa. Portanto, o grave problema é esta dupla promiscuidade: em primeiro lugar, a sonora; em segunda, a humana, gerada pela falta de espaço. Certos tecnocratas se esquecem com demasiada freqüência que o espaço condiciona a liberdade. Como querer que o pai en-



... as crianças, expulsas dos apartamentos, acabam formando grupos, bandos, "turminhas"...

contre um momento de descanso para ler tranqüilamente o seu jornal enquanto a mãe cozinha, se está com o filho em seus joelhos num momento em que não o deseja?

"TURMINHAS"

— Mas não há normas codificadas sôbre espaço?

— Sim. Mas dizem que não há necessidade de lugar para as crianças, que bastam uns 7 metros quadrados! Não, não basta! O alojamento para uma criança não pode ser à base do funcionalismo: um canto para dormir, um canto para os deveres. E todos se espantam quando as crianças, expulsas do apartamento — porque seus pais as consideram incômodas e só pensam em mandá-las brincar em qualquer lugar — acabam formando grupos, bandos, "turminhas"...

— Que fazer, então, com essas crianças?

— Há um compromisso possível: as crianças têm direito a seu "canto", se possível a "seu" quarto, onde até mesmo poderão receber os amiguinhos. As crianças também sentem necessidade de se integrarem em um meio social. Se os pais não as ajudam, então elas partirão pelos terrenos baldios para reconstituir a célula social que lhes falta. Nossos "transviados" decaem moralmente por falta de ternura. É verdade que os incorporadores dos grandes conjuntos afirmam que não existem quadrilhas de jovens onde êles foram construídos: "As crianças que habitam êsses novos imóveis — dizem êles — não estão ainda em idade de formar quadrilhas..." Mas essa idade sempre chega. Uma coisa, no entanto, é certa: os pais nem sempre podem vigiar seus filhos. Tomemos, para exemplo, um edifício de 20 andares com, digamos, 4 apartamentos por andar. Se calcularmos uma média de 2 crianças por apartamento, temos em um só edifício 160 crianças que os pais mandam brincar "embaixo"; um verdadeiro exército em miniatura, manobrando em terreno livre.

— E se não fôr possível, por falta de espaço, o "canto" das crianças?

— Seria preciso ao menos que o pai e a mãe demonstrassem sua ternura e compreensão. É claro que não estou querendo dizer que isso nunca ocorre. Se a criança fica doente, é necessário, na medida em que não fôr perigoso, que seja tratada em sua própria casa. Que não seja enviada para o hospital em qualquer caso, como ocorre com demasiada freqüência! Em Paris, 49% das crianças hospitalizadas são portadores de males sem maior gravidade, que podiam perfeitamente ser tratadas em casa. Há um velho adágio que diz: "Só se ama aquêles por quem já se sofreu". Se a mãe já sofreu por seu filho, se passou noites em claro por sua causa, então terá aprendido a amá-la, e vice-versa. Tudo isso, ao contrário, será perdido no anonimato asséptico e um pouco inumano do hospital. A criança, abandonada nesse meio estranho, arrisca-se, mesmo, a ter o que se chama de crise de hospitalização.

— Os pais não podem fazer tudo. O pai está no trabalho e a mãe ocupada com os problemas caseiros e as compras, às vêzes até trabalhando fora. Assim mesmo é possível a vida de família nesses grandes conjuntos?

— É êste o mal. Parece, com efeito, que em certos grandes conjuntos residenciais reina, de um andar para outro, uma espécie de egoísmo, de indiferença. No vazio social da multidão sem rosto, as pessoas não se sentem estimuladas a travar espontâneamente conhecimento com seus vizinhos. Poder-se-ia dizer que certos moradores vivem como "viajantes sem bagagens" seguindo um código inumano: os bebês na creche, as crianças na escola, os doentes físicos e mentais no hospital, os velhos no asilo. Há uma gravíssima ausência de formação familiar e é lamentável verificar-se que nos cortiços e favelas os habitantes se ajudam muito mais. A solidariedade é uma planta que rasteja, não sobe. Se, portanto, as famílias que vivem sôbre 12, 18 e 20 andares pudessem unir-se na preocupação comum de sua prole, não haveria, como acontece freqüentemente, perda do reflexo familiar e os serviços sociais não teriam de substituir tantas vêzes os pais.

— Pode-se melhorar êsse estado de coisas e evitar que êsses conjuntos sejam apenas "usinas" de sono?

— Os ingleses possuem nesse assunto a experiência das "newtowns", algumas cidades de descongestionamento que contam 50.000 habitantes no máximo, erguidas à distância das grandes cidades, com escolas, centros sociais ou culturais, ginásios e também indústrias leves. Encontram-se alguns prédios para celibatários, cercados por belos jardins e pavilhões agrupados de diversas maneiras. Como as indústrias ficam nas proximidades, pode-se afirmar que os homens trabalham no próprio local em que moram. Podem, assim, interessar-se mais por sua família, seu bairro, gozar por muito mais tempo de seu lar do que os suburbanos condenados a fastidiosos e intermináveis trajetos. Nas cidades-dormitórios, geralmente situadas a mais de uma hora de ônibus ou trem do local de trabalho, a vida em família é comumente reduzida à sua expressão mais simples: por semana, duas horas cada noite, o que é muito pouco.

... as crianças tem direito a seu "canto", se possível o seu quarto, onde até mesmo poderão receber os amiguinhos...



"USINAS" DE SONO

— O indivíduo que more em grandes conjuntos residenciais nunca chega, então, a descansar de fato?

— Evidentemente, não estou querendo dizer que todos os moradores de tais imóveis sofram de insônia, mas é certo que a vida moderna, cada vez mais ruidosa, agitada e trepidante, provoca no homem comum maior número de doenças psicossomáticas — refiro-me aqui às úlceras do estômago, aos enfartes do miocárdio, às doenças da pele, às alergias. Essa lamentável enumeração é o brado de protesto do organismo. O homem é prisioneiro de seu trabalho, de sua máquina, de seu escritório, só conseguindo libertar-se um pouco — mesmo assim nem sempre — através de algumas horas de descanso no seio da família. Que pode haver mais repousante que brincar com os filhos ou divertir-se com os vizinhos? Essas coisas fazem parte do pequeno arsenal de que o homem ainda dispõe para defender-se contra a Máquina, que Carlitos bem caracterizou em "Tempos Modernos". Se as doenças físicas das crianças são cada vez menos mortais, os pais, por outro lado, a cada ano consomem maiores doses de aspirina, de tranqüilizantes, de estimulantes, fazendo com que os hospitais psiquiátricos se tornem cada vez menores para o número de pacientes. Quanto mais se torna trepidante o ritmo da vida cotidiana, mais o homem tem necessidade dessa vida em família, o único contrapêso ideal — com seus períodos livres de intimidade ou de vida coletiva — capaz de restabelecer o equilíbrio nervoso.

— Existe um remédio de ação rápida para êsse estado de coisas?

— Sim, se generalizamos, pelo estudo dos programas e dos planos, a prática do trabalho em equipe. Quero dizer que não se deveria mais construir grandes conjuntos residenciais sem que uma mesa-redonda seja periòdicamente realizada, na qual arquitetos, construtores, engenheiros, sociólogos, representantes das famílias, assistentes sociais, enfermeiras e médicos de diferentes especialidades, notadamente psicólogos, possam debater os assuntos em foco. Assim, não seriam mais construídos grandes falanstérios sem que antes fôssem determinados os alojamentos necessários, como se faz agora obrigatório, e não mais se veria o espetáculo desolador dêsses grandes blocos suburbanos, formados por centenas de cubículos estreitos e supersonoros, plantados no meio de terrenos vazios, apenas capinados, sem lojas, sem ruas, sem espaços para jogos, algumas vêzes até sem escolas e dispensários.

— Qual deve ser o papel de um arquiteto de grandes conjuntos?

— "Não temos o direito de considerar o instrumento poético tão legítimo quanto o instrumento lógico?"; disse Saint John Perse no discurso que fêz ao receber o Prêmio Nobel. Pois bem; penso que o bom arquiteto, o bom urbanista, deve saber permanecer uma espécie de poeta, de coordenador da harmonia dos homens em sua família, em seu prédio, em seu quarteirão. O arquiteto, que geralmente não mora em tais lugares, deve ter permanentemente no espírito uma pré-figuração da vida familiar e dos grupos humanos dentro das condições permitidas pelo quadro que concebeu. Deve ser o arquiteto da intimidade do lar e do grupo, e, longe de aceitar cegamente as técnicas modernas, deve, ao contrário, dominá-los.

— Na cidade ideal os prédios de moradia deveriam ser altos ou baixos?

— Se é normal a vontade do homem de comunicar-se com seus semelhantes, devemos acatar a condição que as pessoas são muito menos indiferentes ao próximo nas coletividades planas. Conhecem-se melhor, falam-se mais. A casa individual para todos permanece uma utopia e não parece desejável. O ideal é construir habitações que tenham poucos pavimentos (de 1 a 6 andares, por exemplo), segundo um plano bastante diversificado, com ruas e praças. É um êrro pensar que não há necessidade de ruas. As ruas, símbolos da comunicação entre os sêres humanos, criam a intimidade, a relação social, particularmente as ruas comerciais, onde também se deve encontrar pequenas lojas. Alguém já viu duas mulheres conversando numa loja movimentada? Um grande conjunto deve ser algo totalmente diferente de uma sucessão de construções horizontes ou verticais, plantadas em tôrno de uma tôrre central. Além do mais, por que a tôrre central? O francês é inimigo do gigantismo. Seria bem melhor um prédio de interêsse coletivo, que atraísse e cativasse os jovens, cada vez mais numerosos. E aos arquitetos, êsses poetas da construção, que cabe a honra de propor as melhores soluções. Dessa maneira, contribuirão para preservar as liberdades essenciais de cada habitante; as liberdades políticas do cidadão em seu bairro, o que é muito importante; dentro de casa, as liberdades íntimas de cada um, feitas antes de tudo de fantasia, derivativo necessário contra a tensão nervosa decorrente da vida industrial e dos transportes.



... o bom arquiteto, o bom urbanista, deve saber permanecer uma espécie de poeta, de coordenador da harmonia dos homens em sua família...

— Atualmente, será que podemos apresentar essa questão paradoxal: o casebre não é preferível ao formigueiro vertical?

— Evidentemente, não se pode de maneira alguma ser favorável aos casebres. Levando o paradoxo ao extremo, teríamos de falar então dos mendigos, mas os mendigos são os doentes da liberdade. É certo que a vida que levamos nos predispõe ao mau humor, às relações sociais desprovidas de amenidade ou, pior ainda, à indiferença, sobretudo quando se trata de amontoação de populações sôbre um estreito espaço. Já aconteceram casos de pessoas apavoradas ante a idéia de deixarem seus casebres e até mesmo se recusarem a entrar em suas habitações totalmente novas. Já se viu pessoas deixarem seus novos alojamentos para voltarem à miséria. Mas são casos extremos. Pode-se evitar isso estimulando, pelo método de construção, êsses habitantes de uma nova época a formarem estruturas sociais evidentemente modernas, mas adaptadas à escala do homem e dos grupos humanos. Isso será difícil de elaborar. A ciência social é jovem e os nossos psicossociólogos deverão dedicar-se intensamente ao assunto, da mesma maneira que os nutricionistas o fizeram para explicar cientificamente certas regras da cozinha, descobertas intuitiva ou empiricamente por nossas cozinheiras de outrora. Deve-se tomar cuidado, sobretudo, para não "construir" as futuras gerações à imagem das máquinas que erguem suas habitações.

AS GRANDES CIDADES AUMENTAM

Relatório estatísticos das Nações Unidas:

Em 1800, 98% da população do mundo viviam nos campos. Em 1950, apenas 80%.

Em 1800, 2% da população do mundo viviam em cidades de mais de 20.000 habitantes e 2% em cidades de mais de 100.000 habitantes. Em 1950, essas percentagens elevaram-se para 20% e 13%. A tendência é para aumentar ainda mais.

Percentagem da população que vivia em cidades de mais de 100.000 habitantes nas diferentes partes do mundo, em 1950:

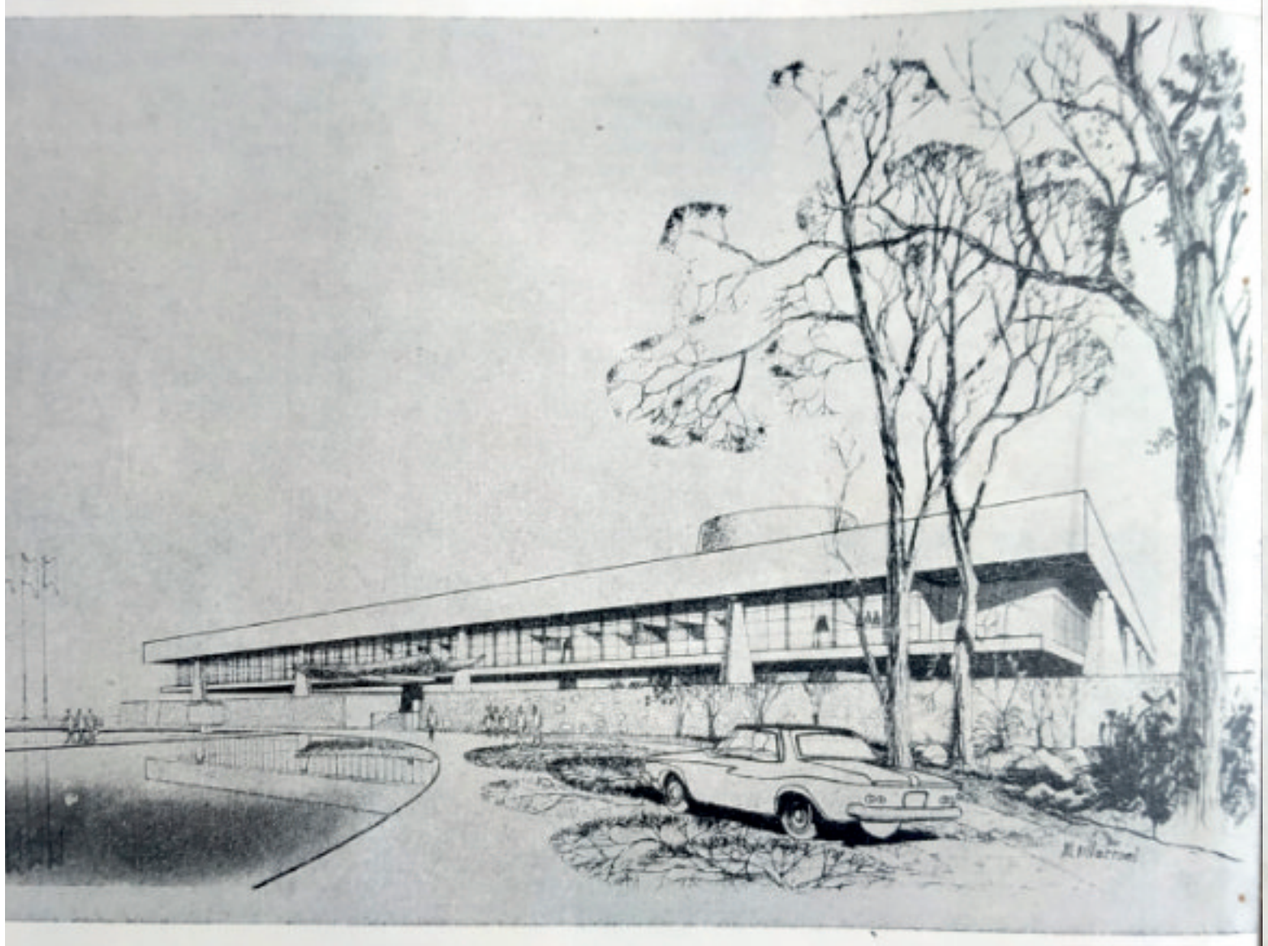
Oceania	41%
Estados Unidos e Canadá	29%
Europa (fora a URSS)	21%
URSS	18%
América Latina	17%
Ásia (fora a URSS)	8%
África	5%

Calcula-se, hoje que a população do mundo dobrará nos próximos 40 anos e que, no início do ano 2.000, cêrca de 80% da população da terra viverão em cidades.

Segundo os técnicos da OMS:

Nos países em desenvolvimento, as cidades são comumente integradas por tipos de habitação contrastante. Há, nelas, bairros modernos e velhos quarteirões superpovoados, "favelas" e até agrupamentos de aspecto campestre. A maioria da população sofre, conseqüentemente, com a insuficiência dos serviços públicos (abastecimento d'água, energia elétrica, esgotos, meios de transporte, etc.) e, à medida que aumenta a área urbana cresce como é óbvio, a dificuldade para assegurar êsses serviços a todos os habitantes.

De maneira geral, o papel tradicional da família ou dos grupos familiares viu reduzida de muito sua importância, que tende a diminuir ainda mais em razão das imposições da vida urbana. Nos países em desenvolvimento a transição é mais difícil porque, se há a tendência a abandonar padrões antigos, subsistem em maior escala as dificuldades de serem trocados os sistemas obsoletos de serviços públicos pelos modernos.

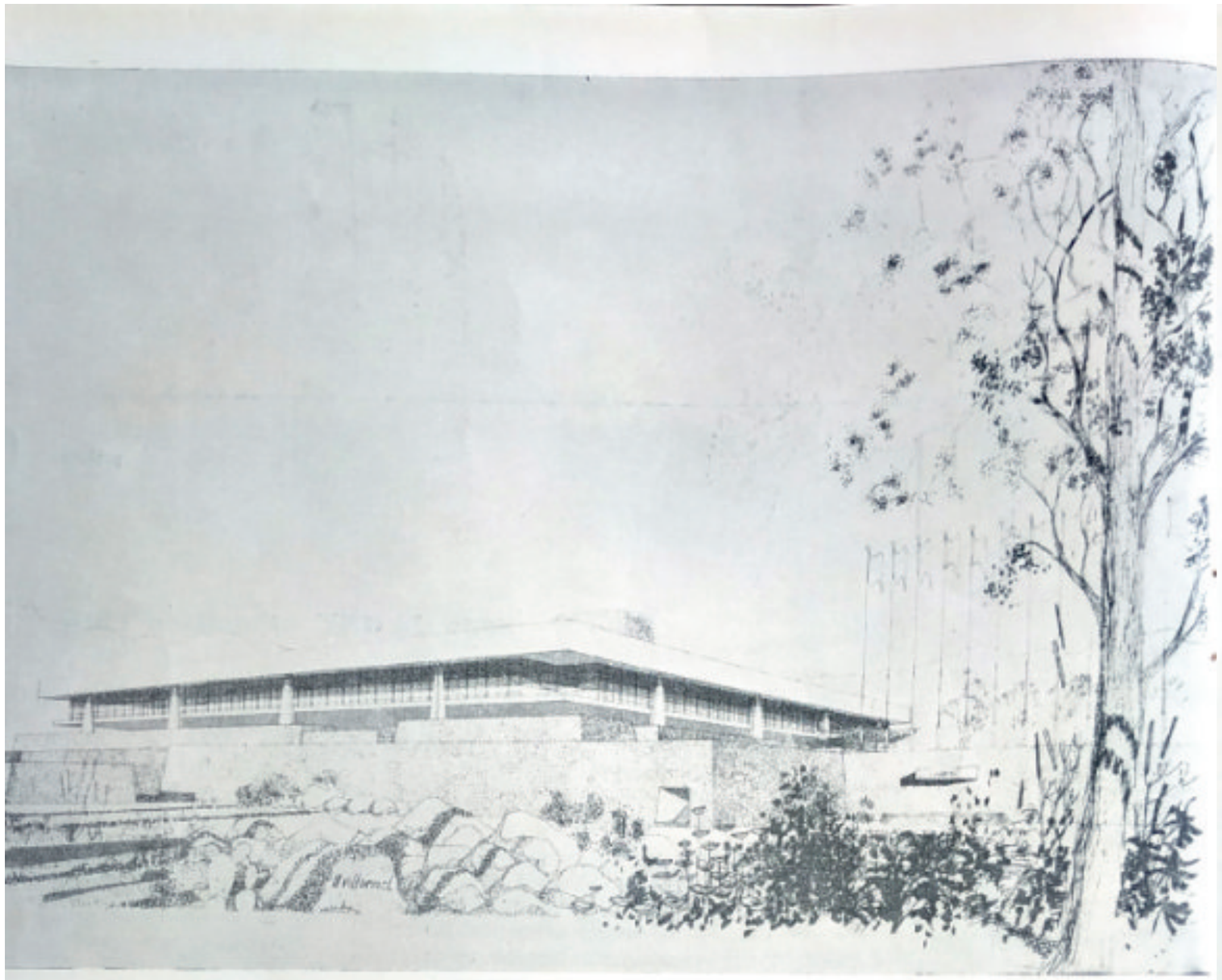


Fachada principal
— **Espelho d'água de concreto armado profundidade máxima 1,20 m**
— **Fonte de acesso para pedestres**
— **Sistema de refletores para o edifício e espelho d'água**

Sede da ONU - Cepal no Chile

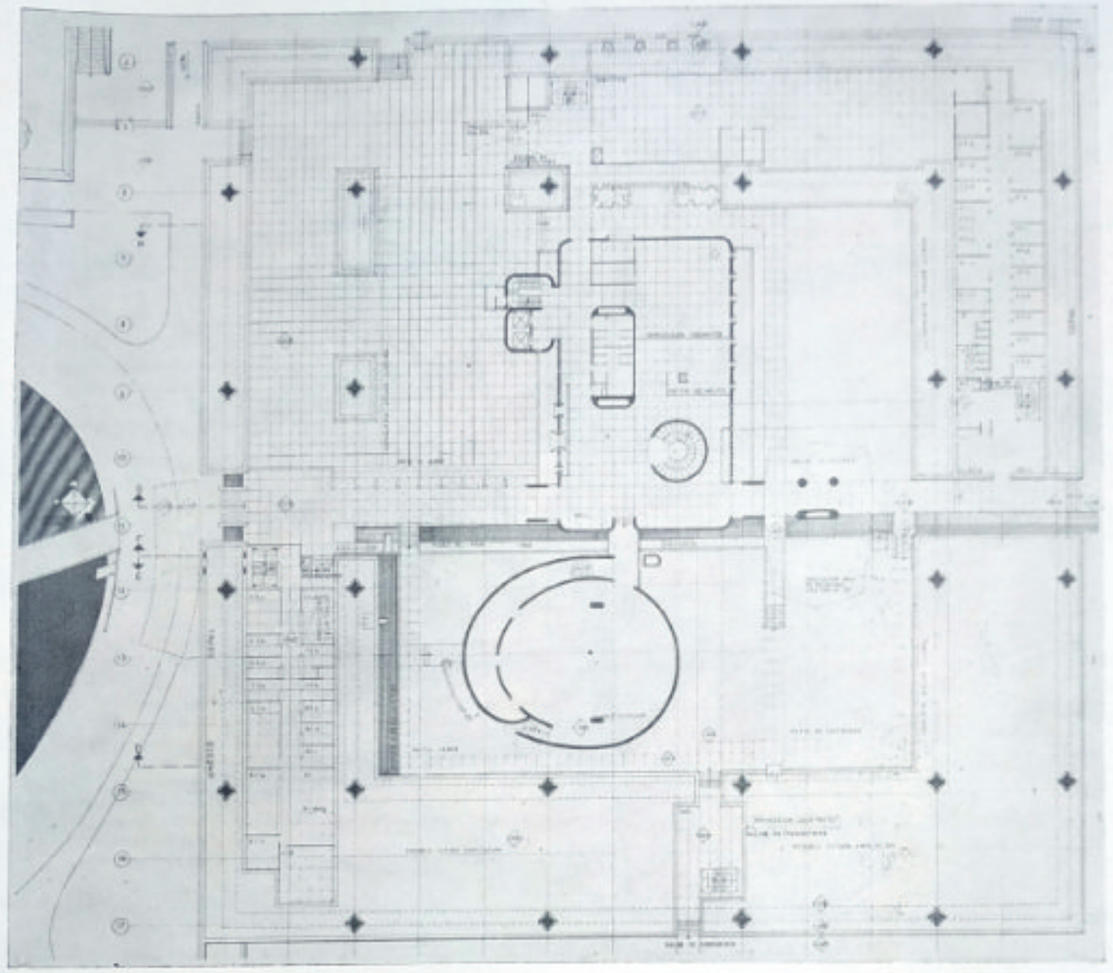
O edifício que se está construindo em Santiago do Chile para abrigar a Sede permanente da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e outras importantes dependências da família internacional das Nações Unidas, é resultado da colaboração conjunta dos governos latinoamericanos na construção da nova estrutura econômico-social, sem a qual será impossível satisfazer as crescentes necessidades e aspirações de seus povos.

As múltiplas atividades empreendidas pela CEPAL neste sentido contribuem para que sua nova Sede em Santiago se converta não só em um dos principais centros de estudo e investigação sôbre os problemas econômicos e sociais fundamentais para a América Latina, como também em um importante "forum" público, onde delegados governamentais e representantes de outros setores e organizações vinculados a vida econômica e social da região, periòdicamente se reunirão para examinar as medidas práticas e concretas que são necessárias para solucionar tais problemas, de forma adequada.



Fachada poente

— Muros de concreto armado e pedras:
  a — de 3m de altura;
  b — de 5,5m de altura;
  c — de 8,5m de altura.
— Janelas em aluminio anodizado negro
— Vidros cinza, cristal temperado, cristal cinza
— Proteção da fachada poente, tipo "kool-shade" sungreen.



Plano geral do piso da base

ORIGENS

As origens do edificio remontam a 1957. A 14 de dezembro déste ano, a Assembléia Geral solicitou do então Secretário Geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjold a aceitação do generoso oferecimento do Govêrno do Chile, de um lote de terreno em Santiago, para a construção de um edificio em que se instalaria a sede da CEPAL.

Em novembro de 1960, o Secretário Geral da ONU, anunciava a vitória do arquiteto chileno Emilio Duhart, em um concurso público a que se apresentaram cêrca de 40 anteprojetos.

A elaboração dos planos definitivos sofreu algum atraso, divido a considerável ampliação das atividades da CEPAL, tornando necessária, a introdução de algumas modificações no anteprojeto inicial.

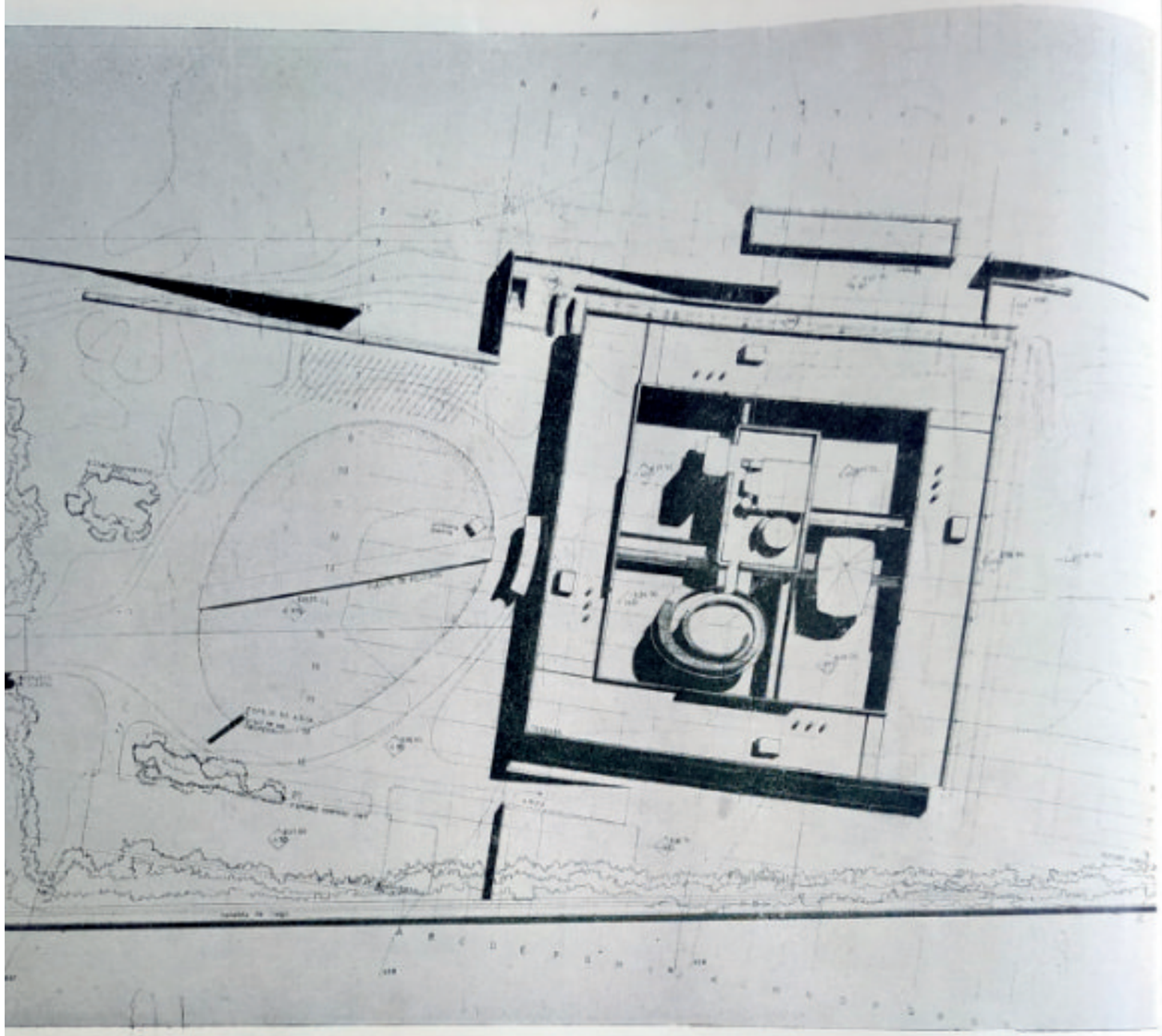
Por ocasião da celebração em Santiago do IX Periodo de Seções da CEPAL, a 13 de maio de 1961 se efetuou o ato simbólico de colocação da pedra fundamental.

O EDIFICIO

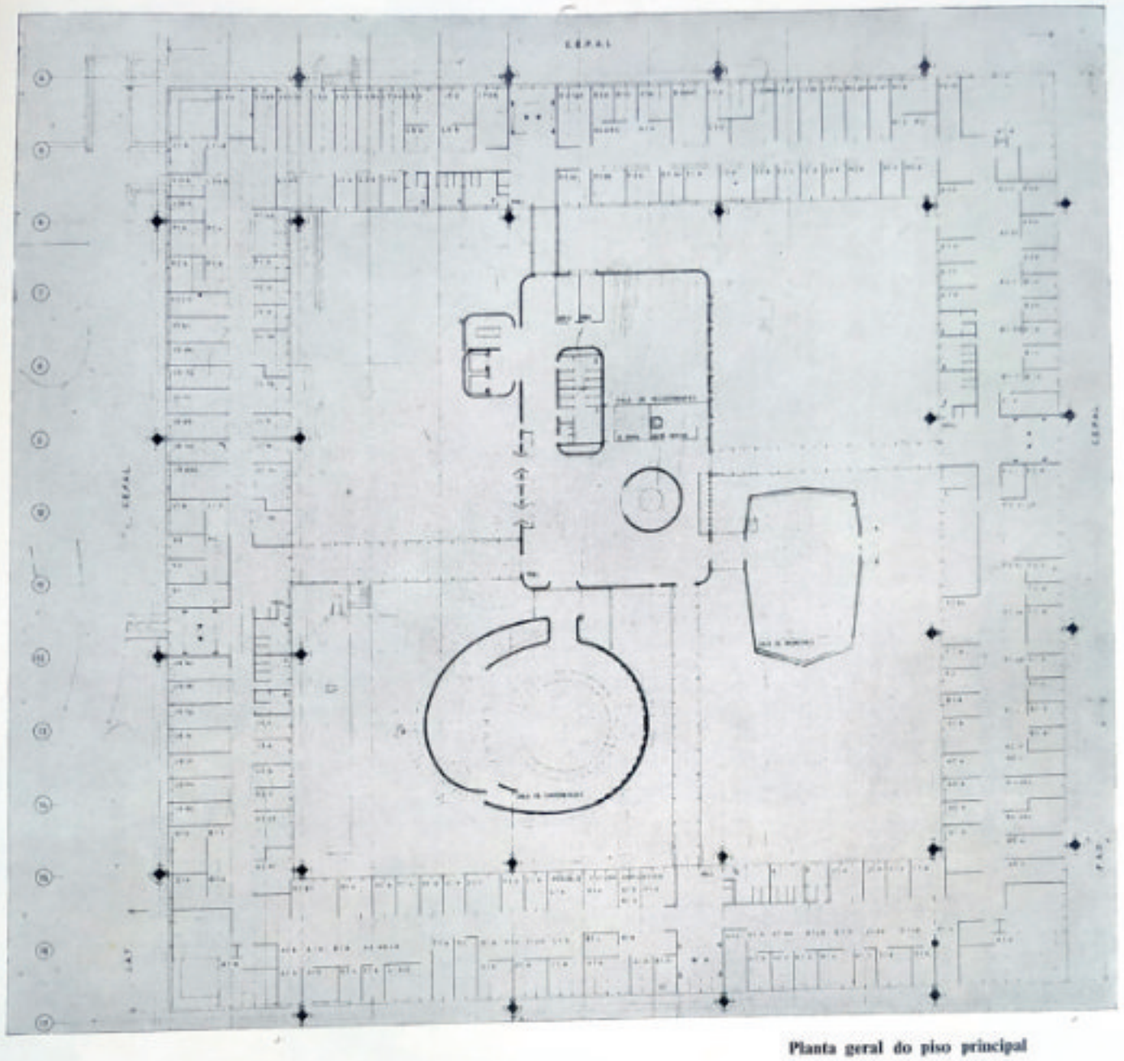
O arquiteto Emilio Duhart, autor do projeto, assim o descreveu:

"Se implanta o edificio das Nações Unidas em Santiago do Chile como uma casa e como um monumento. A Casa das nações em conjunto.

"O Monumento, expressão visivel de seu elo espiritual e social — Casa e Monumento surgem como uma unidade plástica e funcional, compreensivel a todos. Um Palácio expresso geomètricamente frente a complexidade cósmica dos Andes; uma Casa para trabalhar com agrado e eficácia; trabalho



e perspectiva geral do edifício
opileos de entrada, casa de contrôle
rdins, plantações caminhos de pedes-
s 21.405 m2
stacionamento e circulação de automó-
is 3.705 m2.



Planta geral do piso principal

tranqüilo em contato com a geografia de Santiago, e com a pequena geografia das pedras, a água e as plantas — refúgio para a atenção do pensamento, com sua poesia e seu mistério.

"Uma casa na escala humana para quem nela trabalhe, sem monotonia nem inquietações; uma casa atraente e de fácil orientação para quem a visite".

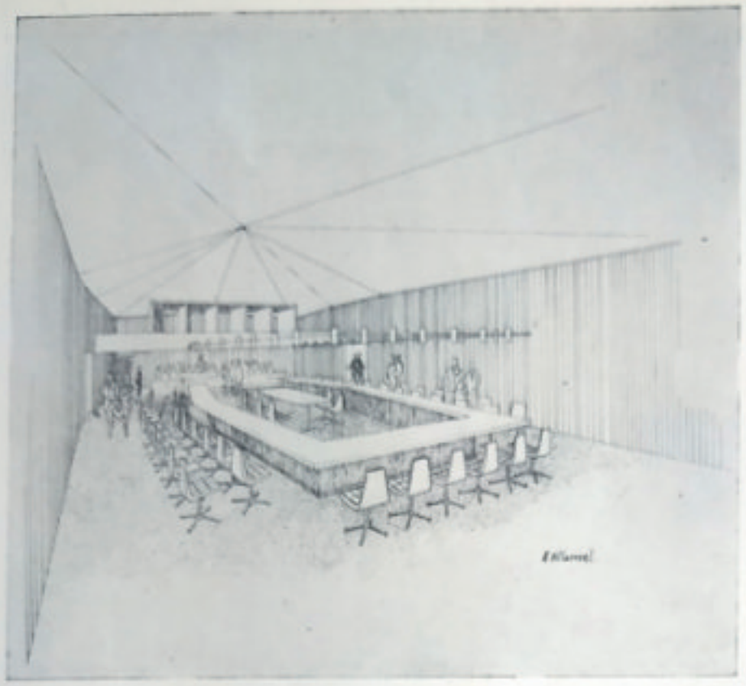
"O edifício está concebido como uma unidade autônoma e simples: um quadrado de 95.66 metros, com um só piso. Um grande pátio interior de 66.38 por 66.38 metros dentro do qual se localizam os elementos comuns aos diversos organismos agrupados no edifício. Êstes elementos formam um complexo funcional e plástico completamente unitário, com relações internas fluidas e diretas.

Funcionalmente, se obtém um piso de trabalho, contínuo e regularizado em um só nível, fechado sôbre si mesmo com tetos, pisos e paredes estandatizados sem interferências estruturais de nenhuma espécie.

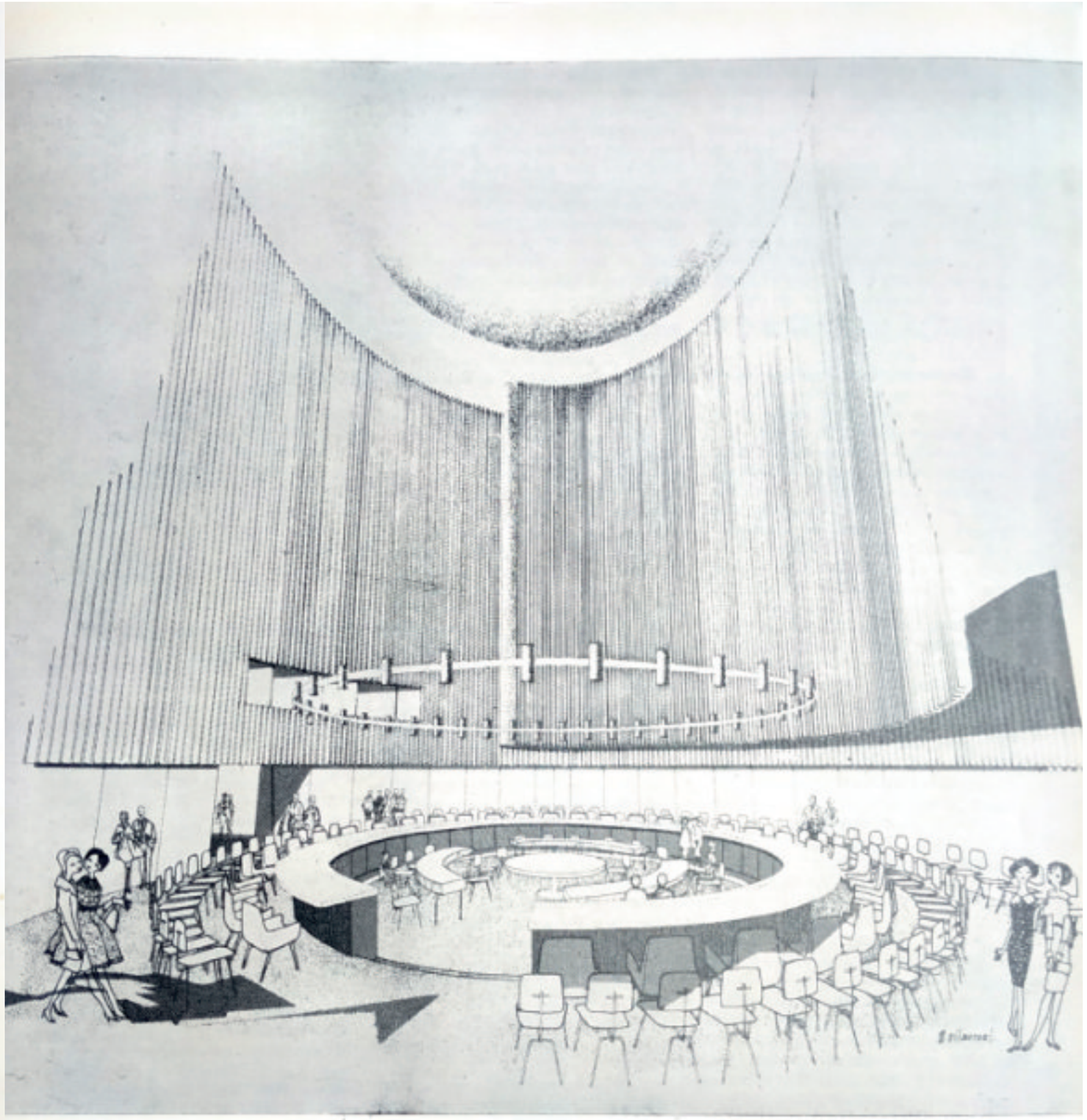
Estruturalmente foi proposto um sistema capaz de assegurar a mais ampla flexibilidade ao projeto: pilares engastados na base para absorver o esfôrço mínimo, grandes vigas periféricas contínuas, prolongando-se, nas esquinas, em balanço, apoiadas nos pilares rígidos por meio de conexões articuladas, vigotas "Standard" de concreto protendido, com lajes solidárias.

As instalações foram estudadas de maneira a obter-se o máximo de possibilidades de adaptações.

Os jardins foram previstos em função do clima de Santiago, a base da flora autóctone, cujas espécies serão uma valiosa demonstração das características botânicas do Chile. ■



Interior da sala de reuniões



Interior da sala de conferências
— Móveis tipo "knoll"
— Revestimento em madeira de lei
— Portas maciças de aluminio anodizado
— Teto móvel para acondicionamento acústico
— Cabines para enterpretes e amplificação
— cabines para rádio, TV, cinema etc.
— Equipamento de gravação.



Interior do páteo
— Tirantes de aluminio anodizado ouro pálido
— Esquadrias de aluminio anodizado prêto
— Vidros cinza.

O Terreno da Rua do Passeio e os Arquitetos

Duas leis (n.ºs 497 de 25.10.50 e 905 de 16.12.57) doaram o terreno ao IAB, mas não valeram.

Mensagem de Carlos Lacerda tenta fazer valer. Carvalho Neto inicia nova etapa.

A história do terreno da Rua do Passeio é longa, curiosa e incrível. Vamos resumi-la, mas não podemos tirar-lhe o jeito emaranhado e confuso que lhe dá um clima capaz de lembrar as novelas de Kafka.

1950. o vereador Levi Neves apresenta projeto de lei — tomou o n.º 235 — mandando ceder o terreno da Rua do Passeio n.ºs 78 e 90 ao Instituto de Arquitetos do Brasil, sob a forma de comodato. O projeto é aprovado nas Comissões Reunidas. Votam a favor os vereadores: Frota Aguiar, Moura Brasil, José Junqueira, Nilo Romero, Levi Neves, Merecêdes Dantas, Osório Borba e Alencastro Guimarães. Votam contra: Bento Braga e Xavier D'Araújo.

O projeto transforma-se na lei n.º 497, sancionada pelo Prefeito João Carlos Vital em 25.10.1950.

Vai ao Tribunal de Contas o têrmo de cessão (Proc. n.º 4.430.180/51), onde lhe é negado o registro.

João Carlos Vital, inconformado, recorre a Câmara dos Vereadores. O projeto entra em ponto morto. Ativado posteriormente, anda, transformando-se a pretensão dos arquitetos, novamente em lei. Lei n.º 905, artigo 11, assinada pelo Prefeito Sá Freire Alvim, em 16.12.1957.

De nôvo o Tribunal de Contas nega registro ao Têrmo de Entrega firmado pelo Prefeito Alvim, em sessão realizada em 8.9.1959.

1961. O antigo Distrito Federal, Capital da República, é agora Estado. Estado da Guanabara, o mais nôvo da Federação. O Governador Carlos Lacerda envia a Assembléia Legislativa uma mensagem. Mensagem n.º 88 de 17 de novembro de 1961, que tem por teor:

"Nos anos de 1950 e 1958, na Câmara de Vereadores, foi apresentado projeto, depois convertido em lei, que autorizava o Prefeito a dar em comodato, ao Instituto de Arquitetos do Brasil, o terreno situado à Rua do Passeio, entre os números 78 e 90.

Das duas vêzes resultou a assinatura do competente têrmo, ao qual negou registro o Egrégio Tribunal de Contas, pelo fundamento de que a Lei Orgânica do antigo Distrito Federal não admitia o comodato.

O Prefeito João Carlos Vital não se conformou com o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas, dêle recorrendo para o Legislativo onde, entretanto, o processo não teve andamento.

Verifica-se, entretanto, que o Poder Público desejando amparar uma instituição, que se impõe a estima pública e que tanto contribui para a nossa cultura através do aprimoramento de suas atividades. A arquitetura brasileira é, sem dúvida, uma das mais avançadas do mundo, e representa um índice magnífico do progresso artístico e cultural do País.

O Govêrno do Estado, profundamente convencido da responsabilidade do Rio de Janeiro para com a cultura brasileira, considera de fundamental importância o apoio da Assembléia Legislativa a um programa de expansão e incremento as atividades culturais da cidade, que sempre foi, e pretendemos que continue sendo sempre, o centro da vida intelectual do país.

Eis porque, procurando remover os óbices que impediram se consumasse o comodato, vimos solicitar de Vossas Excelências apoio para o anteprojeto anexo, que repete as leis anteriores, sem deixar margem à sua frustação.

O anteprojeto encontra apoio no artigo 6.º, inciso V, letra b da Constituição, que permite à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, estabelecer as condições para o Poder Executivo alienar, ceder, arrendar, adquirir ou desapropriar imóveis.

Tal disposição abranda a vedação do § 5.º, do art. 44, atribuindo ao Govêrno (Legislativo e Executivo), mediante condições, o poder de ceder imóveis do patrimônio do Estado."

Convertida em projeto de lei, toma o n.º 271/61. Toma número e encalha na Comissão de Justiça. Encalha, porque o seu presidente deputado Hugo Ramos Filho acha — nunca é possível comprovar as coisas ditas a bôca pequena — que o IAB não merece favores do Estado. "É um ninho de comunistas". De repente, sem a menor fundamentação, irresponsàvelmente, passasse atestado de determinada filiação partidária a uma classe inteira. Incrível. Verdade ou não, dito ou não dito, achado ou não achado, o projeto não andou. Continuou engavetado.

1962 Outra Legislatura. Vai para a Comissão de Justiça, como Presidente, o deputado Roland Corbisier. O seu conceito, entre os arquitetos, era o de homem culto, professor universitário, detentor de atividade marcante a frente do ISEB. Acenderam-se as esperanças dos arquitetos. Não durou muito. O Deputado Roland, em primeiro contacto com a Diretoria do IAB-GB, lamentava apenas que o projeto viesse de uma mensagem governamental. Deixou transparecer, mesmo, que teria empenho em apresentar projeto de lei que assegurasse aos arquitetos cariocas a sua casa. Mas... tratava-se de uma mensagem do governador e êle empenhava-se em fazer-lhe "oposição". O projeto era, segundo êle, justo, beneficiava a classe que fazia a arquitetura brasileira e por aí foi com os elogios próprios a êstes encontros entre eleitos e eleitores em potencial. Afirmou: avoquei o relato da matéria e dar-lhe-ei parecer favorável.

Isto no primeiro encontro. Os encontros repetiram-se algumas vêzes porque o cumprimento da promessa tardava. Com a repetição, surgiu a evasiva. A fobia antigovernamental aumentou progressivamente e parece ter materializado-se, entre outras coisas, no projeto que cedia ao IAB o terreno da Rua do Passeio. Por fim fugia dos encontros com os arquitetos. A Diretoria do IAB escreveu-lhe uma carta. Pedia, simplesmente, que relatasse a matéria. Contra ou a favor, mas relatasse. Os dirigentes do IAB deviam uma explicação a classe. Relatou. Relatou contra, apoiado no voto dado no Tribunal de Contas pelo Ministro João Lyra Filho e a matéria foi vencida na Comissão de Justiça.

O radicalismo estreito, infantil e irresponsável leva a coisas dêsse gênero. Clubes esportivos; entidades de classe representativas dos mais diversos grupos profissionais; fundações religiosas, de inúmeros cultos; organizações culturais, educacionais e tantas outras formas de que se servem os habitantes de uma cidade para se congregar tem merecido os favores do Estado em terrenos e outras facilidades. Os arquitetos, entretanto, permanecem como que marcados. Por que? Uma sede que se transformaria, com certeza, no centro cultural da cidade, com teatro, auditório, salas de exposições e para cursos e conferências, merecerá menos que um clube social ou esportivo? O Rio de Janeiro terá, por acaso, um excesso de teatros e salas de exposições e conferências?

O Deputado Carvalho Neto, resolvendo reparar a injustiça achou por bem apresentar a Assembléia nôvo projeto de lei assegurando ao IAB-GB o terreno da Rua do Passeio.

O nôvo projeto tem o n.º 65/63. O seu texto e:

"A Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara resolve:

Art. 1.º Fica o Govêrno do Estado autorizado a ceder ao Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — o terreno situado entre os números 78 e 90 da Rua do Passeio, com as seguintes dimensões e confrontações: frente 21,60 m, pelo alinhamento da Rua do Passeio; lado esquerdo, 42,80 m, confrontando com o imóvel n.º 78 da referida Rua do Passeio, fundos, 25,56m, confrontando com o imóvel n.º 95 da Rua Evaristo da Veiga e lado direito, 43,76m, confrontando com o imóvel n.º 90 da Rua do Passeio compreendendo a área de 934,84 m2, mediante os encargos especificados no artigo seguinte, a serem incluídos no têrmo de cessão.

Art. 2.º O Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — só poderá utilizar o terreno a que se refere o artigo anterior para nêle construir um edifício onde funcionará a sua sede, um teatro com capacidade mínima para 500 espectadores, um auditório para conferência com capacidade mínima para 200 espectadores e um salão de exposições com área de pelo menos 250 m2, obrigando-se ainda a manter atividades culturais e de ensino, compatíveis com os seus Estatutos de entidade profissional de nível superior, sem objetivos políticos ou partidários.

§ 1.º O teatro, o auditório e o salão de exposições, aos quais se refere êste artigo, terão caráter público, podendo ser utilizado por quaisquer entidades ou pessoas, desde que consideradas idôneas, a juízo da Direção do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara.

§ 2.º O Govêrno do Estado terá sempre prioridade absoluta na utilização do teatro, do auditório e do salão de exposições.

Art. 3.º O Govêrno do Estado terá o direito de fiscalizar a construção do edifício, bem como a sua utilização e conservação.

Art. 4.º Poderá ainda o Govêrno do Estado exigir que o Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — colabore com a administração, sempre que, a juízo desta e a bem do serviço público, e a colaboração fôr necessária.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário".

Em sua justificativa diz o Deputado Carvalho Netto:

1. O Instituto de Arquitetos do Brasil, fundado em 1921, é uma entidade de âmbito nacional, que congrega os arquitetos brasileiros na defesa do exercício profissional, no desenvolvimento da cultura arquitetônica e no esfôrço por dotar o País em geral e o Estado da Guanabara em particular de melhores condições urbanas e habitacionais. O Departamento da Guanabara tem-se distinguido na luta pelo estabelecimento de um Plano Diretor capaz de ordenar o crescimento da comunidade carioca, procurando ainda colaborar com o Govêrno e o povo do Estado no equacionamento e conseqüente solução dos problemas do Rio de Janeiro.

2. Por duas vêzes, em 1950 e em 1958, foi apresentado projeto, na antiga Câmara de Vereadores, depois convertido em lei, que doava ao Instituto de Arquitetos do Brasil o terreno situado à Rua do Passeio, entre os números 78 e 90. Em ambas as ocasiões, foi, porém, negado registro ao têrmo de posse, assinado pelos Prefeitos João Carlos Vital e Sá Freire Alvim, por não reconhecer o Egrégio Tribunal de Contas como legítima a doação feita em comodato, baseando-se na Lei Orgânica do antigo Distrito Federal.

3. Clubes esportivos, entidades de classe representativas de inúmeros grupos profissionais, fundações religiosas, educativas e diversas outras organizações, têm merecido, através dos anos, os favores do Estado, em terrenos e outras facilidades. O Instituto de Arquitetos do Brasil é, no entanto, a despeito dos serviços que presta ao País e no Estado, uma das poucas entidades representativas de nível superior que não têm ainda no Rio de Janeiro uma sede condigna.

4. A Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, pode, conforme dispõe o art. 6.º, item V, letra b, da Constituição Estadual, estabelecer as condições para o Poder Executivo ceder imóveis pertencentes ao Estado.

5. A imensa contribuição prestada à nossa cultura pela arte e pela técnica dos profissionais que projetaram a Arquitetura Brasileira no cenário internacional não pode ser esquecida ou subestimada pelo Govêrno do Estado. O progresso de expansão e incremento das atividades destinadas a fazer com que o Rio de Janeiro continui a ser o centro intelectual, artístico e cultural do País, será extraordinàriamente beneficiado com a construção da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara. Além de enriquecer a cidade com um teatro, um auditório para conferências e um salão de exposições, o edifício será para o povo e para o Govêrno do Estado um local onde se poderá estudar, debater e ventilar públicamente as questões relativas ao planejamento urbano das nossas cidades, a crise de habitação que o País atravessa, os problemas da arquitetura moderna, os novos materiais e métodos construtivos, as artes plásticas, o desenho industrial e inúmeros outros assuntos de grande importância e atualidade."

Os arquitetos confiam em que os representantes do povo carioca saberão fazer justiça aos que tanto têm-se batido pelo bem-estar do aglomerado humano do Rio de Janeiro. ■

Carta aberta aos arquitetos brasileiros

Foi com real estupefação que li na sua Revista o artigo de meu companheiro Mauricio Roberto intitulado: "Proposta para uma eventual mudança na politica exterior".

Mauricio parte da "constatação" que os Congressos Internacionais não conseguem resultados expressivos, "além dos contatos pessoais". Mesmo admitindo isto, não sou o único a pensar que o estabelecimento de "contatos pessoais" já é, em si mesmo, uma justificação válida e suficiente dos congressos internacionais.

Mas quando Mauricio acrescenta que "os verdadeiros profissionais" se desinteressam cada vez mais dêste gênero de reuniões, afirma uma contraverdade manifesta. É fácil verificar ao contrário, que os arquitetos de grande valor e renome mundial, participam cada vez mais dos Congressos e reuniões da UIA (ver a lista dos participantes do último Congresso, em Londres).

E não é para fazer turismo: todos, felizmente, não fazem o que Mauricio fêz no ano passado em Atenas, por ocasião da reunião da Comissão de Urbanismo.

Posso afirmar também, que dos 150 arquitetos vindos ao Brasil em outubro último, a convite do Instituto de Arquitetos, muitos não vieram certamente como "turistas"; se Mauricio tivesse assistido, pelo menos, a uma das reuniões de trabalho êle teria podido verificar isto. Invoco o testemunho do único confrade brasileiro que participou dos trabalhos, nosso amigo Rino Levi...

E mais: será preciso falar com um tal despréso do turismo? Em todos os os tempos os arquitetos foram grandes turistas. É preciso ser singularmente limitado para não se interessar (além de folhear revistas) pelo que é feito e pelo que faz em outro lugar que não aquêle onde vivemos.

Não posso concordar também com a suposição de Mauricio, de que os Congressos e Reuniões de Comissões "só podem interessar à Europa". O Congresso de 1963, que se realizará em Havana, será inteiramente consagrado aos problemas dos paises em via de desenvolvimento, por ventura interessará apenas à Europa? A comissão das Construções Escolares, que há vários anos se esforça para trazer uma contribuição a solução dos problemas que se apresentam, sobretudo nos paises menos escolarizados que se reuniram em Rabat, em Tel-Aviv, no México e empreendeu uma interessante experiência piloto no Marrocos, interessará ela "só à Europa"?

Além disso, constata-se cada vez mais, que existe uma grande semelhança entre os problemas que se apresentam aos arquitetos, onde quer que êles estejam; quer se trate de Formação, de organização, de construções hospitalares, industriais, de equipamento esportivo, etc., etc.

Mauricio afirma que "a experiência profissional dos arquitetos brasileiros é tão grande quanto a de seus confrades estrangeiros", para justificar uma politica de "isolacionismo". O mínimo que se pode dizer é que isto denota uma estreiteza impressionante de espírito e uma mentalidade singularmente jacobina. Se os arquitetos de todos os paises prestam uma legítima homenagem à obra dos arquitetos brasileiros, êstes não podem ignorar tudo o que êles devem aos grandes mestres da Arquitetura Mundial, quer sejam êles da Europa, da América, do Japão ou de qualquer lugar. Os progressos da Arquitetura resultam de influências recíprocas, cada um contribuindo generosamente com o que tem de melhor. A UIA não tem outra ambição senão a de facilitar a troca de idéias, de informações, de experiências, no interêsse de todos.

Mauricio escreveu que o prestigio, incontestável de que goza o Brasil no domínio da Arquitetura decorre da "divulgação no estrangeiro pelo Ministério de Relações Exteriores", das obras mais representativas, e preconiza a organização de exposições itinerantes puramente brasileiras, começando pela Africa "que poderia ser nosso mercado imediato". Eis aí uma concepção bem estranha a respeito da cooperação internacional. Concebe-se que Mauricio Roberto não compreenda o interêsse da UIA, se êle se coloca no terreno da propaganda e da "conquista de mercados".

Cabe aos arquitetos brasileiros decidir se querem se fechar num soberbo e anacrônico isolacionismo cultural, e considerar que sua "politica exterior" seja orientada em função de uma problemática "conquista de mercados", ou se de acôrdo com a tradição de generosidade e cooperação internacional de sua Pátria, êles pretendem fazer o papel e ocupar o lugar que lhes compete no seio da grande familia dos Arquitetos.

as. Pierre Vago
Secretário-geral da UIA

■

NR: O arquiteto Mauricio Roberto não estêve em Atenas no ano passado, como cita Pierre Vago, pois êste arquiteto não faz parte de nenhuma comissão da UIA. Quem lá estêve como representante do Brasil na Comissão de Urbanismo, foi seu irmão Marcelo.

Convém assinalar que no ano passado, a UIA, extinguiu a grande maioria de suas Comissões, considerando-as inoperantes e de difícil manutenção, confirmando o que disse a êste respeito nosso companheiro M.R.

Seminário da Habitação e Reforma Urbana

O Instituto de Arquitetos do Brasil vem desenvolvendo, há longo tempo, um programa de atividades com o objetivo de conseguir do Govêrno as medidas indispensáveis para enfrentar o problema da habitação e do planejamento dos aglomerados humanos brasileiros.

Esta atividade do IAB tem sido traduzida pela ação junto ao Poder Público e pelo esclarecimento da população. Grande parte dêste trabalho, até agora, está representado na denúncia das pésimas condições de moradia em que vive a maioria dos brasileiros e da desordem urbana que impera na quase totalidade dos nossos núcleos urbanos.

Os arquitetos não ficaram, todavia, restritos únicamente ao campo da denúncia. Têm trabalhado, integrados no seu órgão de classe, junto as autoridades e organismos interessados nos problemas de planejamento urbano e de habitação, visando encontrar uma solução global para a questão. Neste campo, deve ser ressaltada também a ação dos arquitetos que enfrentam, muitas vêzes, as soluções de emergência e as medidas isoladas que têm sido tentadas. A sua atuação, nestes casos, é grandemente dificultada pela ausência de uma politica de integração dêstes planos isolados no complexo urbano, pela falta de meios, pela incompreensão da maioria dos administradores e pela ausência de uma verdadeira consciência da complexa questão habitacional. Êstes programas de execução imediata, desvinculados de um programa nacional, regional e mesmo, local, tendem muito mais a agravar e a dificultar a atual situação do que resolvê-la.

O incremento populacional violento observado nas últimas decadas, o surto de industrialização e a acelerada deterioração da velha estrutura agrária vêm contribuindo sensivelmente para o agravamento da crise residencial e para a desordem do espaço físico brasileiro. A ausência de entrosamento entre o planejamento econômico que estabelece a ordem dos grandes investimentos governamentais e o planejamento físico (até agora inexistente) capaz de dar as condições de um ótimo rendimento sócio-econômico a êstes investimentos, têm prejudicado imensamente o processo brasileiro de desenvolvimento.

Estes fatôres, entretanto, dia a dia somam suas conseqüências de ordem econômicas, sociais e emocionais e passam a pressionar fortemente o govêrno, forçando-o a buscar, não só uma politica capaz de ordenar o crescimento como, principalmente, exigindo dêle a execução imediata de programas não — integrados de habitação.

Os aspectos imediatos tem levado, muitas vêzes, certas autoridades governamentais a adotar soluções onde não é possivel ocultar as facetas do oportunismo e da demagogia.

ATUAÇÃO DO IAB

Na reunião de maio, do Conselho Superior, em Pôrto Alegre, mais uma vez ficou evidenciado o interêsse e a preocupação dos arquitetos brasileiros frente a crise de moradias e ausência de planejamento urbano das nossas cidades. Os dois maiores departamentos do IAB, o da Guanabara e o de São Paulo, apresentaram, simultâneamente, propostas no sentido de serem realizadas, com o apoio já assegurado de órgão governamentais, reuniões para debate da questão e estabelecimento de uma politica urbana e da habitação.

REFORMA URBANA

O IAB-SP levou à consideração do Conselho Superior uma proposta para

realização de um amplo seminário sôbre Reforma Urbana. A proposta fundamentada nos têrmos da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, tinha o apoio do Ministro Almino Afonso e visava obter, através do seminário, uma definição clara da reforma urbana brasileira.

HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO

O IAB-GB, por outro lado, propunha a realização de um simpósio, já em fase de organização, capaz de estudar, debater e retirar, igualmente, as bases de uma política nacional de habitação e planejamento urbano. Conta, o IAB-GB, para êste empreendimento, com o apoio decidido do Sr. Clidenor Freitas, presidente do IPASE, interessado em obter para a Instituição que dirige, uma linha habitacional sadia e capaz de dar maior rendimento social aos capitais investidos, neste setor, pelo IPASE. Para tanto entrara em entendimentos com o IAB-GB visando a realização de uma reunião de caráter nacional que contasse com a participação de elementos da previdência social, dos órgãos governamentais interessados, de arquitetos, sociólogos, engenheiros e demais profissionais e entidades ligadas ao problema. O seminário contaria ainda com a participação de membros de organismos internacionais como a ONU e a OEA — através dos seus órgãos específicos, o Comitê de Habitação e o CINVA, respectivamente — e de alguns representantes de países estrangeiros.

SEMINÁRIO ÚNICO

O Conselho Superior do IAB, acolhendo as sugestões, recomendou aos dois departamentos que unissem seus esforços num único objetivo de forma a obter uma contribuição decisiva para o problema que se torna dia a dia mais angustiante.

O IAB-SP e o IAB-GB reuniram-se e já acertaram as bases da realização do seminário que terá a denominação de **"Seminário de Habitação e Reforma Urbana", "O Homem, sua Casa, sua Cidade".**

ORGANIZAÇÃO E TEMÁRIO

Os trabalhos preliminares para realização do Seminário já foram iniciados e estão em andamento no Rio e em São Paulo, simultâneamente.

O Seminário será realizado em duas etapas, com um único temário, porém com características diversas.

No Rio de Janeiro êle reunir-se-á com um máximo de 40 participantes que trabalharão em regime de tempo integral, durante 48 ou 72 horas em local a ser escolhido. Durante êste período, com base na documentação reunida pelo Grupo de Trabalho e nas discussões preliminares que se desenvolverão até à data do Seminário (meados de julho), será discutido o temário que considerará os seguintes aspectos da questão:

I — A situação habitacional do país;

II — A Habitação e o aglomerado humano;

III — Reforma Urbana — Medidas para o estabelecimento de uma Política de Planejamento urbano e de Habitação;

IV — A execução dos programas traçados pela Política de Planejamento Urbano e de Habitação.

Os resultados da discussão do temário e a política dela tirada serão levados a São Paulo onde o Seminário terá o seu âmbito ampliado, procurando abranger tôdas as camadas sociais.

COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS

O IAB-SP e o IAB-GB já constituíram grupos de trabalho que sob a coordenação dos arquitetos Jorge Wilheim e Maurício Nogueira Batista se encontram em plena atividade. Reuniões periódicas estão sendo realizadas no Rio e em São Paulo, para recolher documentação, teses e depoimentos referentes à habitação e ao planejamento urbano.

GRUPOS DE TRABALHO
RIO

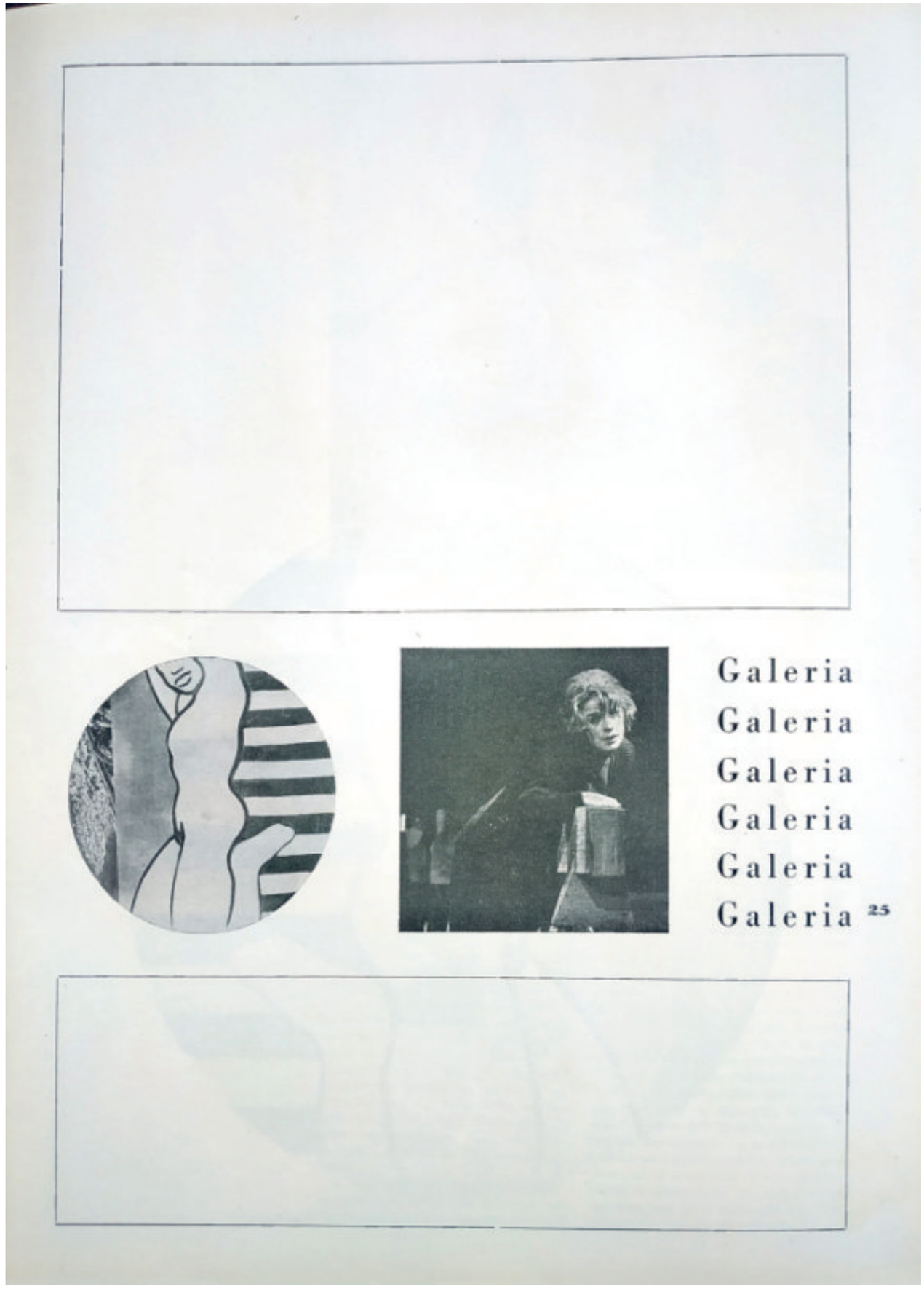
No Rio de Janeiro o Grupo de Trabalho, sob a coordenação do arquiteto Maurício Nogueira Batista, tem sua secretaria funcionando no edifício sede do IPASE, 13.º andar, Rua Pedro Lessa. As reuniões são realizadas no IPASE e na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara, Av. Rio Branco, 277, grupo 1301.

SÃO PAULO

O Grupo do IAB-SP liderado pelo arquiteto Jorge Wilhein funciona na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo, Rua Bento Freitas, n.º 306, onde, também, vem sendo realizadas reuniões de estudo do temário e preparatórias ao Seminário.

REPERCUSSÃO DO SEMINÁRIO

Cartas, pedidos de informações e inscrições recebidos de todo o Brasil vêm atestando o grande interêsse despertado pelo Seminário. Esta grande repercussão prova a atualidade da iniciativa e a grande oportunidade de se debater-se amplamente êste aspecto da realidade brasileira.



Galeria
Galeria
Galeria
Galeria
Galeria
Galeria



"Grande Nu Americano", de Wesselmann



"Floor Burger", de Oldnburg

Artes Visuais

Ferreira Gullar

A DÓCIL REBELIÃO

Realizou-se, mês passado, em Nova Iorque, no Museu Guggenheim, curiosa e estravagante exposição de uma nova tendência artística que se intitula irônicamente "pop art". A palavra **pop**, de uso popular, significa estala, estouro, e deriva do som onomatopaico de rolha expelida pelo gás da garrafa. De modo que, ao designarem assim seu trabalho, os jovens artistas norte-americanos que ali expuseram pretendiam certamente indicar o caráter explosivo e automático de sua arte. Noutras palavras: não se trata de uma arte meditada, elaborada, mas brotada por fôrça de uma pressão interior.

A exposição não deixou de despertar interêsse, senão pela qualidade artística das obras, ao menos pelo seu caráter estapafúrdio. Uma das obras expostas era nada mais nada menos que um gigantesco "hamburger", dêsses que o "Bob's" vende hoje no Rio. Não era evidente um "hamburger" em carne e pão, mas uma imitação feita de massa e pintada.

Mas a "técnica" dos "pop" não se restringe a êsse tipo de imitação. Fazem de tudo. Havia ali um quadro que consistia apenas na repetição, mais de 20 vêzes, de um mesmo retrato de Marilyn Monroe, impresso mecânicamente. O autor do quadro declarou-se interessado na incorporação dos elementos mecânicos à expressão artística. Outro quadro era metade pintado — um nu matissiano — e a outra parte, a fotografia de uma grande cidade com suas pontes e edifícios. E não se deve omitir o trabalho de um outro artista: uma tela onde estão pintados um pedaço de telhado de máquina de es-

crever, uma pastilha e um homem correndo. O autor explica que se trata do rosto de uma mulher, do qual só se vêem fragmentos de imagens que se fixaram em sua memória. Trata-se de uma original radiografia do cérebro humano, que nos faz lembrar o olhar de Raio X do Super-Homem. Aliás, cumpre observar que os "pop" estão interessados em trazer para o plano da arte elementos populares, instrumentos e formulas adotadas na comunicação de massa, como a televisão, o jornal, a história em quadrinhos, etc. Esses jovens artistas reünem-se nos bares e nos apartamentos dos amigos para discutir intensamente os problemas envolvidos em sua pesquisa estética. Alguns criticos consideram muito importante essas experiências.

De fato, a porção de originalidade dêsse movimento é pequena. A criação automática foi usada pela primeira vez pelos Dadaistas por volta de 1915/17, na Europa e mesmo nos Estados Unidos. As obras dêsses artistas lembram-nos Marcel Duchamp, Schwitters, Hausmann e Picabia. O dadaismo foi a reação de um grupo de jovens artistas em face de um mundo cujos valôres se esvaziaram. A guerra tornava mais evidente essa crise de valôres, que derivava, também, da própria crise interna das artes. Por essa mesma época, Proust se trancava para escrever sua obra ultra subjetiva e Joyce trabalhava no "Ulisses". A perda dos valôres e conseqüentemente dos instrumentos de ação objetiva sôbre a realidade levou os artistas a se refugiarem no irracionalismo.

A posição dêsses jovens americanos é semelhante à dos dadaistas, muito embora sem a mesma importância cultural e sem o mesmo impacto. O rompimento dos dadaistas com as técnicas e a linguagem convencionais da pintura era a primeira ruptura profunda com os valôres estéticos, depois do impressionismo. Era a negação da arte como representação da realidade, mas era também a negação da arte pura e simples. Os "pop" não têm essa profundidade. Parecem ignorar convenientemente as experiências dadaistas e procuram apenas incorporar à "arte" um tipo de expressão que, no fundo, a negava. O que há de verdadeiro nessa atitude dos jovens americanos é a crise de valôres de sua sociedade que os conduz à ironia e ao irracionalismo, mas falta-lhes uma consciência critica capaz de mostrar-lhes que êsse caminho já foi trilhado e que, portanto, para ter valor a sua rebelia, necessitaria ela de encontrar meios próprios para expressar-se. Talvez que o que os acovarde seja o fato de que, a esta altura da crise da arte, tivessem êles de partir para outro tipo de atividade menos inócuo, como protesto social, que essas timidas explosões subjetivas. Mas, para quem não deseja mudanças, antes estas que outras explosões, e assim as grandes revistas e os grandes jornais tratam de dar projeção aos jovens rebeldes a fim de que êles se sintam menos marginais, menos irrealizados dentro de uma sociedade rica de bens materiais e pobre de valôres humanos.

SCORZELLI NA OCA

A Galeria OCA, dando inicio a sua temporada de exposições, apresentou de 15 a 30 de maio passado, desenhos de Scorzelli; Do catálogo apresentado por Vera Pacheco Lordão extraimos o seguinte trecho: "Mais pintor em preto e branco que propriamente desenhista, Scorzelli joga magnificamente com êste contraste, estendendo o negro em sedosas superficies, abrindo o branco em espaços luminosos, o que não o impede de explorar gràficamente as passagens intermediárias entre êsses extremos..."



"Balcão" de Scorzelli

Carlos Diegues

EXISTENCIA & PRATICA DO CINEMA BRASILEIRO (*)

II. Cinema de Adesão e Experiência

Visto o quadro que traçamos em nosso último artigo, a primeira pergunta que se impõe é a das características autorais do nôvo cinema brasileiro. Sabemos a partir daí que a grande maioria de nossos novos cineastas escolheu o drama/comportamento/aspirações da massa de nosso país como essência do **problema** eleito em cada um de seus filmes. O que êles querem dizer, o que êles querem **provar,** está intrinseca e intimamente ligado a isso.

Daí surge o seu primeiro conflito fundamental, enquanto autor. Pela sua própria origem, como intelectuais de formação previlegiada socialmente, os cineastas brasileiros não tiveram a experiência existencial da área temática que escolheram. No máximo, essa experiência foi fásica, "de fora" ou até mesmo contemplativa. O cineasta nôvo **viu** e não **viveu** a favela carioca, os pescadores do nordeste, as sêcas o misticismo. E, com instrumentos criticos, de pesquisa, adotou uma posição racional diante do fato.

Essa caracteristica se torna evidente em filmes como "Cinco Vêzes Favela" ou "Barravento" (os mais radicais do movimento), ou mesmo em "Assalto ao Trem Pagador" ou o "Pagador de Promessas" (menos críticos). Essa definição, entretanto, em nosso julgamento, não os torna depreciativos. Usamos êsse elemento apenas como uma categoria que para nós marca o processo autoral do nôvo cinema brasileiro: um cinema de adesão, em que autores afastados existencialmente do tema eleito, realizam um cinema necessàriamente (por isso mesmo) racionalista e crítico. O esfôrço para a realização de um cinema dêste nivel é excepcional. Principalmente quando sabemos que, êsses mesmos autores, se propõem a um cinema de sentimentos e emoções, se propõem a fugir do filme frio e esquemático. A ponto de assistirmos, dentro de "Cinco Vêzes Favela", dois episódios extraordinários em que as posições dispares se contrapõem: "Couro de Gato", na fuga do racionalismo se converte num melodrama paternalista (permanecendo "de fora") e "Pedreira de São Diogo", na procura exorbitante do sistema cai no esquematismo evidente e conseqüentemente antipopular.

Em "Barravento", esta distância o autor procura diminuir através do documentarismo. Mas o documentarismo engole o autor e se torna **documento** puro (enquanto a intriga dramática fica à espera de sua vez). No "Pagador", é o espetáculo que se sobrepõe à análise justa do problema central, e em filmes como "Tocaia no Asfalto" a indecisão frente à opção social (a alta-sociedade ou o cabaré) nunca liga o autor a qualquer das duas. Só em "Pôrto das Caixas" passamos a conhecer uma solução nova: a adaptação de uma situação sentimental, desligada socialmente, a um ambiente inferior. Mas, pelo desligamento acima dito, entra em pane pela necessidade de se socorrer em simbolos nem sempre apreendidos por qualquer espectador. Mesmo assim, como em "Os Cafagestes" ou "A Ilha", essa solução só será possivel dentro de um programa que não é generico: o realismo psicológico. De todos, nos parece "Assalto ao Trem Pagador", mais uma vez, o que melhor resolveu o problema. Sem dúvida, é o filme em que o aspecto crítico nunca nos parece **imposto** autoralmente e sim vivendo intrinsecamente. E quando vem à tona com mais fôrça, vem numa linguagem que não foge ao meio-ambiente, numa linguagem que parte "de dentro".

De qualquer forma, os cineastas brasileiros, possivelmente, se pretendem fazer escola, nunca a farão num **tonus** existencialmente dramático como o foi a escola russa, a escola italiana ou a escola polonesa, onde as experiências da revolução, da guerra ou da unidade nacional foram comuns a intelectuais e povo, porque foi uma experiência global, que atingiu vivencialmente a todos. A nós, parece que uma possivel escola brasileira deverá contar com o conflito próprio a um cinema de adesão (que nem por isso precisa ser "frio"), muito semelhante (com outras soluções, evidentemente) ao cinema japonês, ou à escola dos mais novos cinemas francês ("cinéma vérité"), italiano (Pasoline, Rosi, etc.) e americano ("free cinema").

Aliado aos problemas autorais de um cinema de adesão, o nôvo cineasta brasileiro enfrenta, por sua vez, outro conflito: o cinema no Brasil surgiu inesperadamente, sem uma tradição pelo menos artezanal, sem um "know-how" estabelecido. Isso o leva (ou pelo menos o levou até agora) a um tipo de experimentalismo muitas vêzes primário. O incentivo das experiências formais livres da "nouvelle-vague" contribue, por seu lado, para um certo descaso à cinematografia. Isto é, a técnica de fazer que se dane, o que é preciso é **dizer coisas!**

Este experimentalismo, num primeiro momento, é contraditoriamente sadio: por não respeitar o rigor da gramática filmica, o cineasta brasileiro, no meio mesmo do processo, improvizava soluções, algumas até extraordinárias. Mas num segundo momento, pode ser confundido com primarismo e até mesmo sofrer a restrição final do público impaciente com as "experiências" infindáveis. Sem dúvida, embora houvesse na ideologia dos cineastas novos do Brasil um capítulo pregando o prazer de inventar, êste espirito já se transforma e tende a um maior rigor formal, a uma liberdade organizada, o ineditismo funcional cedendo lugar ao experimentalismo primário. Mesmo porque, em última análise, êste foi o fruto de adaptação de uma cultura nova, de uma ausência de cultura técnica nos quadros do cinema brasileiro.

Visto isto, é preciso saber para onde vai (ou pode ou deve ir) o cinema brasileiro.

(*) *Estamos hoje prosseguindo com a série de três artigos que iniciamos em nosso último artigo, sôbre o cinema brasileiro. No primeiro procuramos fazer um desenho do quadro producional. Hoje, falamos do ponto de vista dos autores nacionais. No terceiro e último artigo, procuraremos traçar algumas perspectivas a curto e médio prazos, sob ambos os aspectos. Pretendemos, depois, fazer publicar uma pequena filmografia com os filmes mais importantes do movimento, desde os pioneiros até os mais recentes ainda não estreiados.*



Gertrud Kuckelmann em "A Cotovia", de Jean Anouilh, encenada em Munich.

Teatro

Cleber Ribeiro Fernandes

"EL TEATRO EN ALEMANIA" — Trata-se de um album editado por F. Bruckmann Munich, com texto de Hans Braun, traduzido em lingua espanhola, que nos dá conta do movimento teatral de após-guerra na República Federal Alemã. As estatísticas não são muito recentes, em todo caso nos dão uma idéia válida do teatro alemão nos dez primeiros anos de sua reabilitação: dos 175 teatros então em funcionamento, haviam 96 estatais, 19 particulares, 19 companhias estatais ambulantes, 15 companhias particulares ambulantes, 4 teatros de verão, 11 teatros ao ar livre, 2 teatros de camponeses, 3 teatros dialetais e 6 teatros de câmera. Ao contrário dos países de intenso movimento cênico onde os êxitos, só depois de se decidirem, excursionam pelo interior, êsses teatros não se acham concentrados nas grandes cidades. Entre as menores, algumas delas dispõem de um teatro próprio, com um programa variado, que atende regularmente o seu público. Nas cidades mais importantes, constitui excessão a encenação de uma única peça por um grande espaço de tempo: é montado todo um repertório capaz de cobrir uma temporada de dez a onze meses.

A rápida recomposição do teatro alemão assentou-se principalmente em dois fatôres: o esfôrço estatal e o apoio popular. "É uma prova da íntima necessidade que tinham os alemães do teatro, o fato de que, em meio a tanta penúria e escassês de víveres, não protestasse o público contra a restauração ou construção de novos teatros".

Embora o teatro não tivesse **desaparecido** durante o "isolamento ideológico" da Alemanha nazista, muitas limitações se tinham impôsto. A reação começou a partir de um repertório em que duas peças de Thornton Wilder constituiram verdadeiro marco. "Nossa Cidade" devolveu a "imagem de um mundo que (os espectadores) acreditavam perdido" e "The skin of our teeth", que nos Estados Unidos, e mesmo entre nós mais tarde, foi recebida como uma "brincadeira", transformou-se num "poema profético, que terminava angustiosamente em branco, uma visão do mal espraiando-se na história e do ocaso que se ia aproximando mais e mais: algo, pois, apocaliptico". A seguir, vieram os sucessos internacionais, das mais variadas origens e categorias: do teatro americano foram importados de O'Neill e Arthur Miller a Claire Boothe e Van Drutten; da França vieram Camus, Sartre, Claudel, Julien Green, Giraudoux e Anouilh, tendo êste "passado ao primeiro plano com mais obras", enquanto Sartre, por exemplo, não teve a mesma acolhida; do teatro inglês foram representados T. S. Elliot, Christopher Fry e Graham Green, com a adaptação de uma de suas novelas. Os gregos, elisabetanos, Ibsen, Strindberg e Pirandello fizeram-se presentes. Todavia, se Garcia Lorca representou o Teatro Alemão nos Festivais de Zurich, em 1950, Alejando Casona também compareceu com a sua inefável "As árvores morrem de pé". Por outro lado, autores que tinham ficado no **index** nazista, total ou parcialmente, voltaram a ser representados: Hauptmann, Hebbel, Schiller, Kleist e outros. Estava lançado o desafio a uma dramaturgia nacional contemporânea.

Tal desafio, no que diz respeito à República Federal, até hoje não foi

respondido a contento. Bertold Brecht, "o mais dotado poèticamente de sua geração", é pràticamente considerado, por razões ideológicas, um autor estrangeiro, tanto ou mais do que Max Frisch e Friedrich Dürrenmatt, suiços de língua alemã. Os demais, embora recebidos com entusiasmo, ainda não fizeram juz a uma notoriedade internacional, entre êles Karl Zuckmayer, autor de "O General do Diabo", escrita durante a guerra, nos Estados Unidos, fora do alcance "nacional-socialista" mas se referindo aos problemas internos por êle criados. "Muitos alemães que haviam passado pela experiência de que ninguém pode subtrair-se às malhas de um regime totalitário, se sentiram interpretados em Zuckmayér e, até certo ponto, justificados: alguém havia visto de fora que dentro não havia sido tudo tão fácil, tão sem escrúpulos, nem tão sem obstáculos, como de início havia parecido ao mundo".

Para cumprir tão eclético repertório, atores e diretores voltaram a trabalhar, ao lado de novos elementos que foram surgindo e se aprimorando. Algumas dificuldades, porém, se apresentaram: os papéis de grandes damas, heróis e cavalheiros não dispunham mais dos eficientes intérpretes de outrora, conseqüência da "profunda transformação do panorama humano".

Além desta atividade, por assim dizer, regular, existem ainda além da "Paixão de Oberammergau" e dos "Festivais de Bayreuth", dedicados aos dramas musicais de Wagner, certames, alguns especializados, que se realizam, em sua maioria ao ar livre: em Rothenburg ou Dinkelsbuhl revivem-se os acontecimentos da Guerra dos Trinta Anos; em Augsburg comemorou-se em 1955 o milenário da batalha de Lechfeld; em Schlier e no vale do Inn montam-se espetáculos folclóricos; anualmente há a "Semana de Shakespeare" em Bochum e os "Festivais do Ruhr" que oferecem aos operários espetáculos da melhor qualidade. O "Congresso Internacional do Teatro-Estudio" desde 1949 atrai para a cidade de Erlangen, no mês de julho, elencos estudantis internacionais para uma competição, em meio a conferências, discussões e críticas mútuas. O panorama é completado por uma curiosidade: na porta da pequena cidade de Sommerhausen, numa tôrre medieval, um pequeno teatro com capacidade para apenas 35 espectadores é frequentado no verão por mais de 4.000 pessoas.

"TEATRO CUBANO" — A "Casa de las Americas" publicou em 1961, o "ano da educação" em Cuba, quatro obras teatrais "recomendadas" no seu segundo concurso literário. São elas desiguais, quer como intenção, quer como resultado, e até mesmo a "preocupação revolucionária" que, por motivos compreensíveis, poderia ser um denominador comum, não está expressa de maneira reconhecível em "El vivo al pollo". A impressão geral, mais imediata, é a da existência, não ainda de uma **dramaturgia cubana,** mas de uma fermentação que, pela ausência de padrões rígidos, dá margem a um razoável otimismo.

"La viuda" é a que melhor realiza sua ousadia. Sua autora, Maria Irene Fornés, "vive atualmente na Europa". Tal dado, mencionado de passagem na sucinta biografia dos autores, tem especial significação: estamos nos fins do século passado, sua heroína é uma anciã, viúva de um "revolucionário" cubano, que reside na Espanha para fugiu por ocasião da Revolução em meio à qual o marido se deixou ficar. Encerrada a guerra civil, estratificada a situação instável de antes, a viúva encontrou-se, embora sem poder admiti-lo, à margem dos acontecimentos: ei-la nos últimos anos de sua vida, às voltas com seus escaninhos de correspondência, negando a evidência dos fatos. A suspeita de um desterro voluntário mas definitivo se objetiva na luta pelo reconhecimento de seu matrimônio, anulado pela revolução durante a qual o marido constituiu nova família. Através de recursos expressionistas, a autora nos dá, de início, uma imagem integra de sua heroína, a realidade coincidindo com suas pretensões. E a ruptura entre uma e outras, levada a efeito com discreção e eficácia, que empresta à obra sua categoria. Chegamos ao final com uma visão nítida das ocorrências: de um lado a viúva, a simbolizar uma ordem obsoleta, cancelada pela História; de outro, a própria História, olhada à distância. Resta ao espectador (ou leitor) concluir da hábil argumentação.

"La paz en el sombrero", de Gloria Parrado, é prejudicada pela falta de perspectiva e, ao que tudo indica, de informações mais precisas. Trata-se de uma nação cujos governantes tiram tôda sua fôrça e seu equilíbrio de suas atividades guerreiras. Quando vem a paz, êles se entregam aos seus interêsses particulares, naturalmente escusos, o desemprêgo e a miséria popular se instalam, surgindo a necessidade de uma nova guerra, à qual o povo revoltado prefere uma revolução como solução para seus males internos. Nesta peça, os símbolos, tão transparentes quanto na anterior, carecem de uma perfeita equivalência: os dados se confundem, a adaptação dos problemas de uma "potência imperialista" a um "país subdesenvolvido" torna-se incoerente e inverossímil. A intenção, no caso, leva ao descrédito da execução.

A estrutura de "El robo del cochino" trai a formação profissional do autor: Abelardo Estorino é ator, tendo ainda adaptado várias obras de teatro infantil. O texto convencional é o único, dentre os quatro, que transcende a experiência artesanal, acertando sem visível esfôrço nos seus efeitos ao nos contar sem disfarces a história dos primórdios da Revolução Cubana. Seu herói, de aparência estereotipada, é absolvido pela ausência de demagogia: surpreendemos o jovem burguês, filho-família, às voltas com uma "decisão nacional" em têrmos de uma modesta individualização. Não são pròpriamente as teorias ideológicas que fazem de Juanelo um revolucionário (elas servem apenas de elemento racional da "escolha") mas sua necessidade emocional, premente, de não se identificar com as gerações passivas e descoloridas que fizeram de seu pai, por exemplo, um pequeno proprietário fanado, trapaceiro apesar de tôda uma arrogante moralidade. O artesão seguro se revela ainda na eficiência com que o conflito central é suspeitado, esboçado, anunciado e, por fim, captado em tôda sua extensão; na exposição de tôda uma ordem, firme em aparência, mas aos poucos deixando entrever alicerces carcomidos e insustentáveis; na exata dosagem com que as causas mais gerais (o estrangulamento imperialista, o maniqueismo burguês) são denunciadas através de efeitos os mais particulares (discussões domésticas entre pai e filho, marido e mulher, patrôa e empregada).

"El vivo al pollo", mais ambicioso, mais exuberante que os textos anteriores, é também o mais insatisfatório. Anton Arrufat, mais jovem que seus companheiros, não tendo ainda trinta anos, revelando uma formação caracteristicamente literária, domina até certo ponto a técnica teatral (seu diálogo, no que diz respeito à elaboração de cada frase, é exato; seus personagens, embora contraditórios e incoerentes, se impõem). Sua obra, no entanto, resvala de um humor realista a expressionismo trágico, seus personagens ora defendem idéias pragmáticas, ora assumem um comportamento anárquico, caótico, não se chegando a perceber a intenção exata do autor. O dilema entre "a morte mental em vida" e "a vida material na morte" se transforma assim numa argumentação confusa durante a qual influências indigestas, ainda não absorvidas, conseguem apenas uma síntese gratuita. Tantas discrepâncias não chegam, porém, a invalidar o autor: muito ao contrário, o aprimoramento dos meios poderá levá-lo, inclusive, a um teatro de caráter renovador.

Literatura

José Guilherme Merquior

SÔBRE A ESCOLA DE BOCAGE

Então, se não se incomodassem, eu perguntaria o que é mesmo que vem a ser o **obsceno** — faço a pergunta porque a literatura dêle, obsceno, sempre me seduziu, sempre me inquietou, e me pôs quase desarmado diante de uma categoria humana de tão enorme presença, de tão vultuosa freqüência, e não obstante, por um eco de vitorianismo, indesculpàvelmente desprezada. O que é o obsceno? Para Sartre, é fundamentalmente uma inadaptação, a inadaptação acontecida quando um corpo, uma carne alheia, é percebido por mim como desprovido de graça, nu de movimentos racionais ainda que imprevisíveis — e sem que eu deseje êsse corpo. O obsceno e, portanto, por definição, o corpo, a carne **que sobra**; o físico, que nenhum gesto, nem o meu que não o deseja e não o acaricia, nem o do outro-obsceno que não o veste com a graça, que não adapta seu corpo a uma lei nascida mesmo da sua liberdade, justifica como físico emprestando-lhe um sentido (v. L'Être et le Néant, pág. 470-72). Realmente, não há corpo que me pareça obsceno se eu o desejo, e, inversamente, mesmo sem eu desejá-lo, nenhum corpo será obsceno a meus olhos se fôr gracioso, isto é: se eu puder perceber seus movimentos dentro de uma estrutura significativa onde nenhuma parte deixará de ter função.

Ora, o obsceno é a matéria-prima da literatura fescenina, a "escola de Bocage", o verso licencioso e o romance erótico. Onde a literatura dessa espécie encontra o obsceno, transforma-o em **cômico**, ou seja, na clássica definição de Bergson, a inserção do mecânico no orgânico, a irrupção de um elemento estranho numa ordem fechada. Vai alguém pela rua, caminhando normalmente; pisa numa casca; escorrega e cai. É o exemplo mais dado, e o mais revelador, de uma estrutura (o caminhar) bruscamente rompida por elemento estranho a ela, cuja irrupção provoca em nós o riso. Como opera, porém, essa transformação do obsceno em cômico característica da literatura licenciosa? Opera fazendo surgir, do seio da sua temática erótica, o "elemento estranho" que é o obsceno. O sexo sùbitamente mudado em obsceno: aí está o segrêdo do verso livre (êsse, sim...). Por isso não é nunca adequado chamar-se a uma página obscena por causa da presença de temas sexuais; por isso, contra essa opinião asnal, contra essa visão puritana, contra essa consideração do sexo como obscenidade em si, nós defendemos a idéia de que uma passagem obscena não o é, a priori, por tratar de sexo, mas antes se torna obscena, conforme degrade, a um dado instante, o seu tema-sexo em matéria desgraciosa. A obscenidade não é: aparece, faz-se, brota, e só assim tem vivido em literatura real. Chego mesmo a perguntar se obscena a priori, se obscenidade prévia, se desgraciosidade essencial, não será, não aquelas letras que a estreiteza puritana classifica assim pelo encontro do sexo, mas, antes, tôda e qualquer literatura que não alcance o nível da realização estética? Com efeito, a falta de graça que é o obsceno está para o corpo humano como a falta de valor estético para o corpo das palavras. A literatura começa a ser chata quando as palavras não nos excitam; quando não desejamos o texto; quando nossa sensibilidade, intocada por êle, não "acaricia" as suas palavras. Há uma delícia em provar poesia, um sabor que nos sobe numa prosa, quase vizinhos do prazer que busca o desejo e que se impossibilita quando nos surge a dimensão do obsceno.

Agora, se quisermos concretizar essas teses, localizemos essa literatura "maudite" nas áreas de nossa língua, ou alí na Espanha companheira. Um Quevedo, um Gregório de Matos, um Bocage... os palavrões de Cervantes e a crueza de Gil Vicente; e tantos outros que não nos vêm agora: o motivo do obsceno perpassa a literatura ibérica. Em grande parte, porque integra a notável corrente libertina dessas culturas, êsse uso rebelde que tantas vêzes o escritor faz das letras quando o quadro em que vive não lhe permite ser revolucionário. Os **libertinos** são coerentemente anticonvencionais. Na França, não se pode considerá-los mais do que céticos ou naturistas, rebeldes subterrâneos do século XVII, opositores do Grand Siècle e da sua ordem moral. Mas na Península os libertinos são gradualmente arrastados ao obsceno, e conservando uma ambivalência básica, mesmo exaltando os instintos naturais, tendem a comprazer-se no escabroso. Os últimos libertinos "puros" são renascentistas; quanto a Bocage, autor hipotético de mil piadas sem maior gôsto, mas autor garantido de dois mil versos licenciosos de altíssima qualidade, é o mais típico dentre os rebeldes sádicos, utilizadores do obsceno como fôrça de dissolução social consciente. O anticlerical, o antidonzelal, o anticontinências-Bocage, o antifamiliar, o homem ambíguo que desce lúcido ao escatológico, por descobrir que onde habita a moral é só fachada, o amor jamais se eleva além do vício, e quando uma vez o faz, é miseràvelmente traído — **Entre nós ser amante é ser cornudo.**

Bocage priapista, Bocage hiperbólico, autor carinhoso de tantas palavras que a música de seu verso consagrou por fora dos púdicos dicionários. Mas — e isso nos interessa verticalmente, não só por interêsse literário, mas pelo que tem de revelação de nós mesmos, brasileiros tão herdeiros de safadeza — Bocage grande poeta obsceno (maior, nessa qualidade, que em qualquer outra) porque decidiu, rebelde sem revolução, rebelde iluminista vivendo na sede da reação, constatar com tôda a coragem a moral só de aparência de uma das mais desbragadas coletividades modernas, o seu Portugal da decadência. Onde, como êle disse, era plena verdade **que isto de virgo e honra é tudo pêta.**

Música

Nélson Lins de Barros

PÃO E CINCO

Êste é o segundo de uma série de artigos sôbre os problemas da música através de sua história.

Assim como a Grécia antiga representou o surgimento de uma nova forma social — a democracia escravocrata — Roma marcou seu apogeu e decadência. Se a política interna acentuou êsse tipo de democracia, com as lutas entre patrícios e plebeus, a política externa, movida pela procura cada vez maior de mercados, tributos e escravos, levou êsse sistema a sua auto destruição através de uma forma de govêrno que oscilou entre a república e o império mas que bàsicamente se tratava de uma ditadura militar-imperialista das classes dominantes contra as fôrças que se erguiam de escravos e lavradores pobres. Tôdas essas contradições refletiram-se na música de Roma.

No período do apogeu, as atividades musicais romanas distribuiam-se em tôrno de três tendências: a erudita, das elites intelectuais, a popularesca, das massas citadinas; e a cristã, do povo pobre e dos escravos. Tôdas essas expressões musicais tiveram em comum a influência preponderante da música da Grécia e, em menor escala, de outros países onde Roma exerceu seu domínio.

Nada se sabe da música romana primitiva, mas logo depois da queda do império de Alexandre, com a expansão do poder de Roma sôbre as colônias gregas da Itália e da Sicília, a cultura helênica penetrou ràpidamente na alta classe romana. A influência da cultura de outros países foi sendo marcada não muito depois. No período imperial a música egípcia de Alexandria teve grande repercussão. As mudanças sofridas pela música grega em Roma foram, em grande parte, de natureza oriental. Os instrumentos ganharam em dimensão e deversidade, apareceram os conjuntos orquestrais de fantásticas proporções, foi consolidada a profissão dos músicos e, o que foi mais importante, o antigo acento melódico e quantitativo dos gregos deu lugar ao acento dinâmico moderno, em vista da influência da língua, dos povos dominados, sôbre o latim clássico.

A pureza helênica da música grega foi cultivada pelos eruditos e, até certo ponto, pela nobreza; mas essa música, como a maior parte das importações caras, tinha pouco interêsse para o povo. E as classes dominantes, cientes das convulsões sociais que se processavam, trataram de dar a êsse povo todos os meios possível de alienação. Virtuosidade para os refinados e volume para os vulgares. A música grega foi assim aumentada, ou melhor, abrutalhada. O aulos transformou-se em um instrumento poderoso que poderia competir com a tuba. Marcelino menciona liras do tamanho de carroças. Foram introduzidos instrumentos de várias origens como a buzina, ancestral do trombone, e o orgão hidráulico, trazido da Alexandria, que passou a ter grande popularidade. Além de aumentar seus volumes, os romanos juntavam considerável número de instrumentos heterogêneos em orquestras fantásticas. Esta tendência por conjuntos descomunais foi trazida do Egito. Ptolomeu Filadelfo (+ 246 AC) descreve uma procissão na côrte de Alexandria com a participação de seiscentas pessoas, trezentas das quais tocando liras douradas. A música vocal também apresentava conjuntos gigantescos. Seneca conta que muitas vêzes havia mais cantores no palco do que espectadores; e que os músicos transbordavam pelos assentos vazios destinados ao público. Nessas ocasiões, os metais, em quantidade variadíssima, espalhavam-se pelo auditório, ficando no palco os aulos e orgãos de tôda espécie. Como a lotação dos teatros romanos variava entre sete a dose mil pessoas, pode-se bem imaginar que êsses espetáculos excediam, em dimensão, a qualquer dos nossos festivais.

Com essa grandiosidade, a música de Roma perdeu os vestígios da serenidade helênica. A dignidade simples da melodia grega cedeu o lugar aos ritmos complicados e às verdadeiras contorsões harmônicas. O abandono da simplicidade antiga deu caminho a uma degeneração artística produzida especialmente pela popularização da pantomina cuja música de rebôco era caracterizada pelos escritores da época como sendo fraca, sem dignidade, lasciva e cheia de fanfarras. Sòmente raras vêzes aparecia, misturada no espetáculo, alguma canção acompanhada de citara, ou outra expressão artística de melhor nível. Mas, em geral, o gôsto do público romano só admitia essas músicas, trazidas por virtuosos gregos, quando eram associadas com lutas, cenas de atletismo ou outras atividades populares. No domínio do teatro, reencontramos um drama grego bem diferente. O côro desapareceu restando apenas "solos" falados e canções acompanhadas pela tíbia, o equivalente latino do aulos. Os poetas dramáticos não mais compunham música, como os gregos, atividade que foi transferida definitivamente para os músicos profissionais. A tragédia desapareceu.

Nas chamadas altas classes o gôsto artístico não era muito diferente. De início a profissão de músico não tinha o menor prestígio, sendo tratada como atividade de escravos e afeminados. Essa atitude, tão comum nas altas classes médias de todos os tempos, foi se modificando sob a influência da cultura grega, através dos intelectuais. Mas êsses nobres só adquiriram mesmo a pose. Passaram então a apreciar e praticar a música por diletantismo. A tendência ao vulgar e ao volumoso predominou na maioria, como tinha de ser. Com a escravidão, podiam conseguir grande número de músicos pelo trenamento de escravos em escala maciça. Sulla tinha tantos músicos, entre seus escravos, que a vizinhança reverberava dia e noite com o som de instrumentos e cantos. Os músicos acompanhavam os senhores nas suas viagens. Os lugares elegantes enchiam-se de música de tôdas as variedades. Mecenas curava suas isônias com música distante. E Caligula adorava ouvir música enquanto sua galera circulava pelo golfo de Nápoles. A música não podia deixar de existir nos banquetes que, conforme o gôsto romano, tinham a finalidade de satisfazer vários pra-

zeres simultâneamente. Mesmo as refeições tête-à-tête não eram completas sem música. Uma vez Plínio o Jovem ofereceu aos seus convidados para jantar a escolha entre uma conferência, uma cena cômica e um recital de lira.

Não havia espetáculo público de qualquer espécie sem música. E, em vista da ilimitada liberdade de entrada, as melodias faziam um sucesso popular mais rápido do que jamais fizeram em qualquer época, antes do advento do rádio. Como era natural, aumentou tremendamente o número de compositores, músicos, cantores e escolas de música. E, como o sucesso do artista passou a se produzir e depender da popularização em massa, o vedetismo, a inveja e a corrupção ganharam proporções só atingíveis entre as antigas primadonas e os atuais artistas de cinema, rádio e televisão, vítimas de fenômeno semelhante, com a arte comercializada. Os cantores passaram a praticar interminàvelmente o solfejo e a tal ponto que houve muitos casos de rutura de vasos sanguíneos. Isso porque os grandes teatros exigiam volume sôbre-humano. Cantores famosos faziam toournées e, nas localidades onde obtinham sucesso, ganhavam estátuas e diplomas de cidadania. Como na atualidade, o salário dos cantores famosos causava mal-estar e inveja entre os cientistas e homens de letra. O prestígio dos artistas nessa "democracia" que cada vez mais se apoiava na demagogia, atingia, como hoje, a alta nobreza. As mulheres ricas da sociedade arriscavam a reputação e a vida pelo amor de um tocador de aulos. A espôsa do imperador Pertinax manteve um malfadado amor com um jovem tocador de cítara. De acôrdo com Juvenal, êsses senhores vendiam suas afeições por somas apreciáveis. O resultado dessa adulação era o inevitável vedetismo. Tigélio, um cantor famoso, desacatou em público o imperador Augusto, recusando o seu imperial convite. Mas se resolvia cantar, ninguém tinha fôrça para fazê-lo parar durante todo um banquete. A inveja e a corrupção também eram inevitáveis. Observavam-se, falavam-se mal, intrigavam-se recorriam ao suborno dos juízes, adulavam a platéia e acompanhavam-se de claque. A indústria do aplausos tornou-se rendosa.

Diante da vulgaridade e mal gôsto de uma classe decadente, dependente do comportamento das massas ignorantes das cidades, formada, na maioria, da escória de mendigos, vagabundos e prostitutas, resultado da miséria dos campos, os poucos intelectuais da época faziam como em todos os tempos: enclausuravam-se nos resíduos helênicos ou tentavam, de alguma maneira, elevar o nível cultural do povo. Algumas iniciativas surtiram efeito. Nero reintroduziu os agones musicais periódicos da Grécia clássica e os festivais sacros onde a parte da música era a mais importante. E no tempo de Domiciano, no primeiro século A.C., foram iniciados os Jogos Capitolinos, de nível elevado, quando os poetas, músicos e cantores competiam no Odeon, no Campo Márcio. No terreno da ciência musical, voltou a velha estética grega. Mas, apesar do aparecimento de alguns brilhantes estudiosos como Plotinos, logo se perdeu em especulações sem resultado.

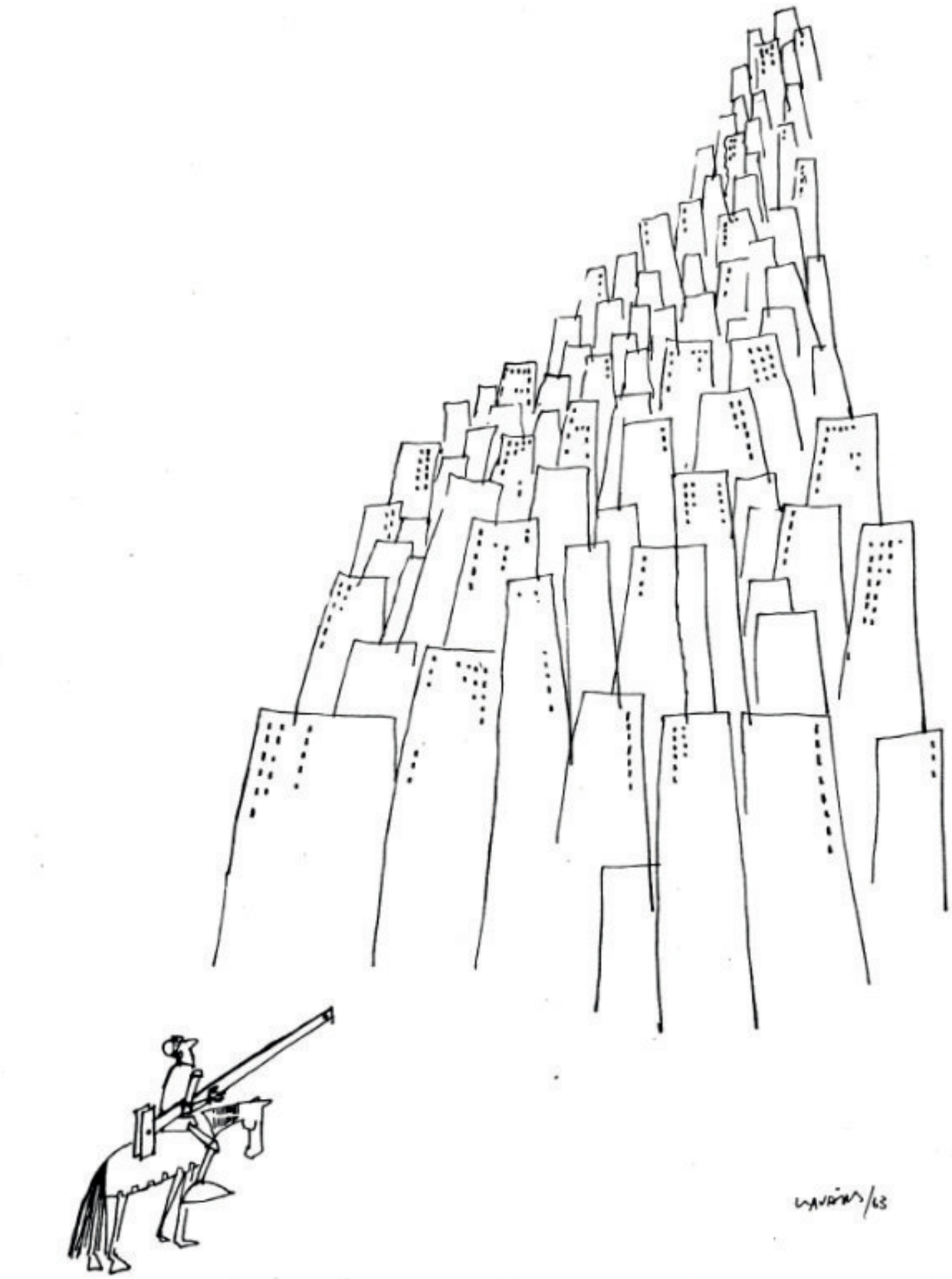
A música que iria prevalecer e que, através de várias metamorfoses, iria abrir caminho para a idade média era a música cristã, que na época representava a autêntica expressão do povo pobre dos campos, dos escravos e dos que aceitavam o surgimento dessa nova fôrça social que foi o cristianismo primitivo.

MATINATA

Não é o canto do seresteiro em baixo da janela. Tiraram os lampiões e as janelas de décimo andar não se prestam às serenatas. Então os violões correram para os bares noturnos. E em volta das mesas de chopp, noite inteiras eram derramadas ao som dos bordões e versos à mulher ingrata, até que a luz triste da madrugada vinha apagar a terna boemia. Mas o aconchego do apartamento cinza, o copo de uisque e a música macia do cool jazz afastaram a serestas para sòmente alguns círculos saudosistas.

Agora, conscientemente ou não (provàvelmente não) querem reviver as serenatas. Mas o bar é de manhã. E a esquina romântica transformou-se em terraço para o mar. O sol a pino, o céu azul, o mar azul, as barracas de mil côres. No bar, rapazes de barbichas intelectuais (candidatos todos a diretor de cinema), garôtas de bikini, olhos e cabelos franceses à moda BB, bebericando gin tonic (bebida própria às piscinas) ou algumas poucas cervejas para não se perder de todo a côr local. Na rua, trânsito de banhistas curiosos e apressados e fileiras intermináveis de automóveis impacientes, buzinantes, presos pelo estacionamento, em frente ao bar, do descomunal caminhão da TV. A TV domina o espetáculo. Suas câmeras indiscretas, porém tão solicitadas pelos que esperam ser apanhados "distraídos". Os locutores percorrendo as messas, catando opiniões das garôtas fotogênicas que afinal de contas não têem nada pra dizer.

E há também o cantor, o nôvo seresteiro. Esperamos que, pelo menos pra êle, haja uma compensação. ■



DESTAQUE

NOTAS — ARQUITETURA

Sob o titulo acima o arquiteto Eduardo Corona, IAB-SP, está assinando uma coluna na "Revista Acropole". O fato é auspicioso e nós nos congratulamos com o Corona e com a "Acropole".

No número de março, 292, Corona trata com muita propriedade de questões relativas ao desenho industrial, o arquiteto e algumas iniciativas muito mal orientadas dos nossos industriais do mobiliário.

E. C. ressalta, inicialmente, os resultados da reforma posta em prática na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da U.S.P. **"dentro da qual se destacam sobremodo as linhas didáticas de interêsse objetivo e profundamente estimulantes. Dentre estas está a de "comunicação visual", cujo conteúdo leva o futuro arquiteto a enfrentar problemas, desde a simples criação formal até a elaboração paciente do desenho industrial. (...) No campo prático, desde a industrialização da construção aos resultados de uso do desenho industrial, muito significativa tem sido a atividade do arquiteto".**

Mas o aspecto mais significativo da nota do Corona é o que se refere ao procedimento de certos industriais que, desprezando a participação do arquiteto nacional (que tem dado provas inequívocas do seu talento no campo do "design") vão buscar, lá fora, o desenho estrangeiro.

ARQUITETURA em número passado frizou os aspectos negativos da importação de desenhos. Louvavamos a iniciativa da Brafor que para comemorar o seu cinquentenário lançará, em colaboração com o IAB-SP, um concurso entre arquitetos para escolha de uma nova linha de móveis de escritórios. Diziamos, naquela ocasião que "concursos como êstes são da maior importância não só para arquitetos como para os industriais brasileiros uma vez que os aspectos em jôgo transcendem a pura busca de uma forma, para atingir uma das questões básicas da economia nacional: o "royalty" pago aos "designers" estrangeiros e que representam grande fonte de evasão de dividas. Tanto assim é que as autoridades governamentais estão se opondo firmemente ao pagamento de "royalties" à desenhos estrangeiros".

Analisando êstes aspectos diz Corona em sua nota:

"Na indústria do mobiliário, à qual queremos nos referir, estamos vendo por tôda parte o arquiteto projetando, idealizando móveis e abarrotando as indústrias de estudos. Estas é que não tem se aparelhado para executar protótipos e desenvolver normalmente essa atividade. Encontram-se, portanto, em atrazo na sua organização. E é de lamentar categòricamente quando se verifica o sucesso que vem fazer entre nós um ou outro dos célebres e conhecidos criadores do desenho industrial, quando aqui aportam para promoção de vendas em primeiro lugar, conferências, etc. para depois noticiarem a abertura de escritórios para impor seus produtos e "mamarem dólares" na remessa imediata de lucros e no pagamento de "royalties" incomensuráveis."

"Culpamos essas indústrias que, em vez de promoverem cada vez mais a capacidade do arquiteto nacional, culminam desastradamente em estabelecer contratos de exclusividade de móveis e objetos com grandes organizações, bonitos sem dúvida, mas pagando alto e solapando nosso ímpeto de criação que, podemos dizer é potente, é válido, é de qualidade e não pode ser menosprezado."

"Estamos prontos, todos os arquitetos brasileiro, para impedir que isso continue e desde já protestamos contra isso junto aos nossos amigos industriais para que se unam e chamem os arquitetos nacionais para criações — que se trabalhosas serão autênticas — e deixem que cadeiras "Barcelona" se constituam em preocupação de alguns pouces sonegadores de impostos e imponham ao homem brasileiro, o móvel brasileiro."

Fazemos nosso o protesto do Eduardo Corona e estamos prontos para lutar contra a repetição de fatos como êstes, não só pelo que representam de lesivo a economia nacional como pelo desprêso à capacidade criativa do arquiteto brasileiro.

M.N.B.

O ALEIJADINHO POPULAR

O "O Cruzeiro" mudou de orientação. As novas edições revelaram um vigor há muito desaparecido de suas páginas. O número de 20 de abril veio com capa e grande parte de seu espaço dedicados a Obra de Aleijadinho. Texto de Rodrigo M. F. de Andrade, fotos em côres de Eduardo Keffel.

O impacto no público leitor foi enorme. Acostumado a reportagens sôbre anormais, príncipes e rajás estrangeiros, e corrupções de tôda espécie, o leitor desprevenido deparou, de súbito, com a obra singela e genial do querido artista. Foi emocionante ver essa gente culturalmente tão desprotegida, ficar surprêsa deixando-se à contemplação dos profetas, Cristos e florões de Antônio Francisco.

O nôvo diretor Odylo Costa Filho, responsável por esta transformação, Rodrigo M. F. Andrade, autor do texto claro e preciso, e Eduardo Keffel com suas belas fotos, prestaram um grande serviço.

A. L. B.

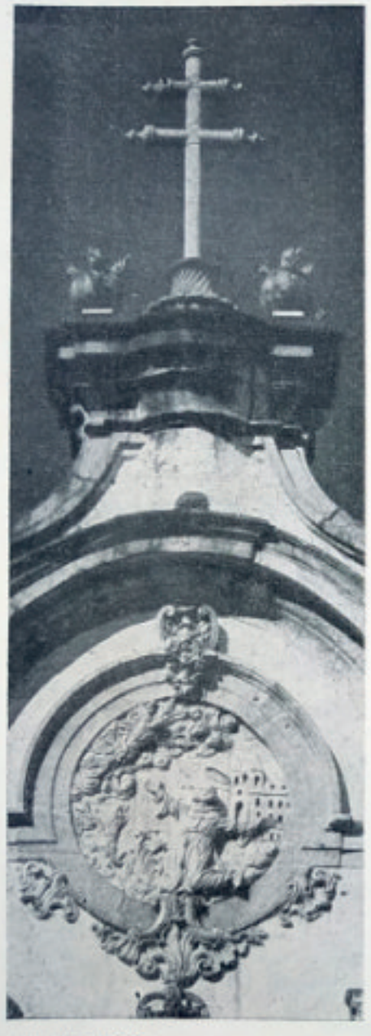


foto: Roberto Maia

FOME

O jornalista Arnaud Pierre do "Correio da Manhã" ganhou o prêmio de reportagem da FAO com a entrevista "Fome (que já existe) ameaça todo o Brasil", publicada no "Correio da Manhã", de 7 de maio de 1963.

O problema da fome como não poderia deixar de ser, está ligado a um outro muito nosso conhecido: o da moradia. Não é de estranhar que os dados alinhados por A.P. refiram-se, quase todos, às favelas e zonas de sub-habitação.

Transcrevemos a seguir o texto da reportagem premiada, chamando atenção especialmente para os dados da comitsão de médicos da Secretaria de Educação do Rio e os relativos a Explosão Demográfica.

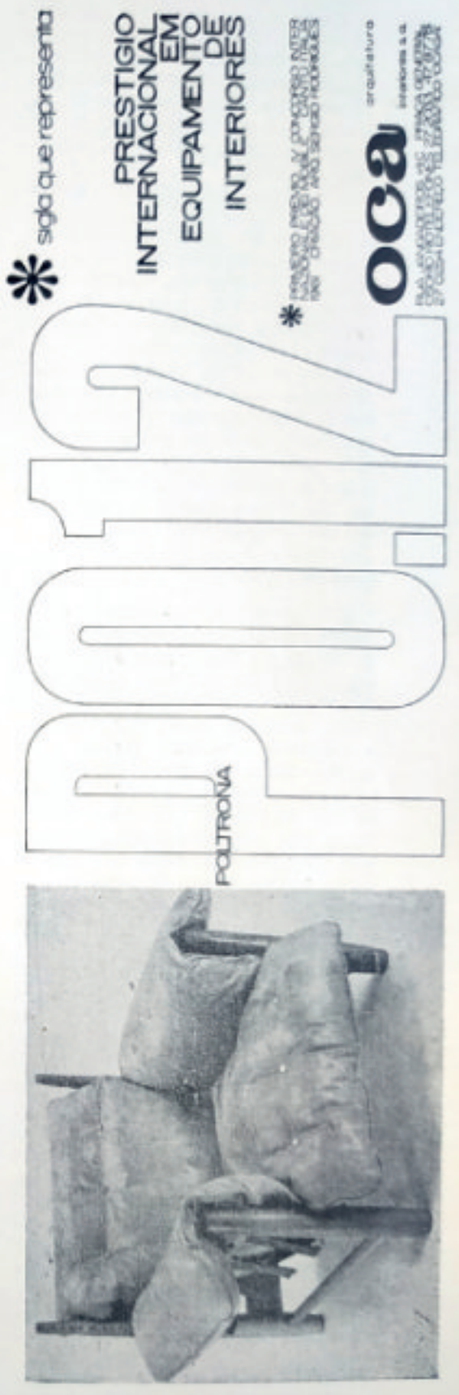
ALIMENTO, PROBLEMA N.º 1:

"Com um crescimento demográfico de 3,1% ao ano, que exige no mínimo um acréscimo de alimentos da mesma porcentagem, o Brasil, mercê de uma economia emperrada por uma infraestrutura arcaica, mantém grande parte de seu povo num dos mais baixos níveis de vida do mundo. E em três regiões, pelo menos, passando fome: na Amazônia, no Nordeste e nas favelas do Sul, Fome é fôrça que pode remover montanhas, quanto mais organizações sociais! O problema urgente (n.º 1!) é, portanto, produzir alimentos.

A fome amazônia é pouco conhecida e espetacular, porque afeta menos de 3 milhões num vastissimo deserto verde. Mas nem por isso tem essa côr: como tôdas as outras, é negra. Ainda há pouco, a assistente-social Léia Anthony pintou um quadro terrivel daquela realidade: "A causa real de 60% dos óbitos na Amazônia é a fome, principalmente nas cheias, quando o peixe (único alimento) é escasso." Ela, diretora da lancha-hospital Sarah Kubitachek, já atendeu mais de 53.000 caboclos de beira-de-rio, e sabe o que diz: "Lá, moços e velhos têm o mesmo aspecto, e sempre o corpo em feridas, pela picada dos insetos".

Nas favelas do Rio, e outras cidades nossas, a fome está camuflada, principalmente sob a capa de alimentos de baixo valor calórico-plástico, fator de diminuição da vida, da capacidade de trabalho e de pobreza orgânica, que torna o favelado permanente vitima de enfermidades.

Mas é só ir investigar para vê-la em tôda a sua realidade, como verificou recentemente, meio-abalada, uma comissão de médicos da Secretaria de Educação, no Rio, Examinando 300 crianças de 7 a 8 anos de diferentes favelas da cidade, em combinação com a Fundação Ford, a comissão apresentou um relatório em que se lê: "A alimentação do menor residente em favela consta, em média, de um almôço à base de arroz, feijão, abóbora e fubá ou canjica. O jantar, de uma sopa de



legumes. O desjejum, quando existe, de café e pão".

QUE CRIANÇA!

E qual o resultado dessa alimentação? Das 300 crianças examinadas, 80% (exatamente 240) apresentavam anemia ferropriva, 75% tinham verminose, 60% eram portadores de anomalias em otorrinolaringologia (70 pedindo cirurgia) e 57,4% tinham "deficit" de visão.

O relatório dos médicos termina assim: "O aluno do projeto-piloto (nome da pesquisa inicial, que deve prosseguir êste ano) é um desnutrido, anêmico, hipoprotéico, de estatura e pêso abaixo do normal, portador de focos amigdalianos e dentários. Deve ser tratado com muito cuidado."

Talvez os médicos dissessem melhor: "Precisam comer, e bem! — o que o Estado está procurando ajudar, fornecendo almôço nas escolas de favela, onde a freqüência cresceu logo que a comida passou a ser distribuida. Porque fome, meus patrícios, existe mesmo nas favelas.

DISPARIDADE

Estatísticas da FAO sôbre a ingestão diária de calorias, em todo o mundo, incluem o Brasil na faixa intermediária de 2.200 a 2.700. Acima, estão os países bem alimentados: EUA, URSS, Austrália, quase tôda a Europa e Argentina e Uruguai. Quanto à ingestão diária de proteínas animais, também estamos na posição mediana de 15 a 30 gramas. Tais dados, no entanto, não refletem a nossa realidade, pois tomam o País como um todo. E talvez poucos países do mundo, hoje apresentem maior disparidade de desenvolvimento econômico e social entre suas regiões do que o Brasil.

No Nordeste, na Amazônia e nas favelas do Sul as populações, seguramente, se incluem entre os párias que em todo o mundo vivem em fome endêmica crônica. Já o resto do País (principalmente os Estados do Sul) têm uma situação alimentar que se aproxima da do Prata, com a ingestão de cêrca de 3.000 calorias diárias, não passando de 55% as proporcionadas por cereais, tubérculos e açúcar, o índice de proteínas se aproximaria de 100 gramas diária, 50% das quais, pelo menos, de origem animal. (Dados de 1954/56 davam ao Brasil-Sul 2.946 calorias).

O MAIS POBRE

Tendo o Nordeste a mais grave situação econômica da América Latina, com freqüentes períodos de fome aguda epidêmica ocasionados pelo flagelo da sêca, não será de estranhar que ali se encontrem os mais baixos índices alimentares de todo o Hemisfério. Na falta de dados atualizados sôbre aquela região, poderíamos para ela aproveitar, no entanto, os recentemente divulgados pela FAO sôbre a República Dominicana, também infelicitada pela monocultura canavieira. Ali, como no Nordeste certamente, a ingestão diária de proteínas não chega a 40 gramas, com apenas 7 ou 8 de origem animal. As calorias não ultrapassam 1.900, com 1.100 (ou 60%) proporcionadas quase exclusivamente por açúcar. (Dados de 1954/56 davam ao Nordeste 1.865 calorias diárias). As estatísticas dominicanas e nordestinas equivalem às divulgadas pela FAO para a Índia, país onde o volume médio da alimentação diária foi calculado em 559 gramas, contra 2.113 nas cidades americanas. No Nordeste não se deve comer muito mais que na Índia... Assim, um americano come quatro vêzes mais (e infenitamente melhor) que um pobre nordestino.

QUADRO HORRIVEL

Num estudo sôbre a situação alimentar do Nordeste apresentado à VII Conferência Regional da FAO, no Rio, em novembro de 1962, Jamesson Ferreira Lima e José Bancovsky mostraram um quadro impressionante das condições de vida de sua população, "em sua maioria subnutrida, mal alimentada, portadora de endemias graves, analfabeta, vivendo em condições precárias de higiene e habitação, descalça e semivestida". É tôda essa miséria, por que? Porque tem uma infraestrutura arcaica, com produção de alimentos insuficiente e uma agricultura monocultora que restringe, cada vez mais, a diversificação de culturas e, principalmente, as de subsistência. Porque a produção de alimentos na região, além, de subordinada às condições do clima, quase sempre adversas, se subordina à improvisação e desconhece as técnicas mais racionais e econômicas. Há fome ainda no Nordeste "sobretudo uma fome proteica e vitaminiça', porque o povo tem nível cultural baixíssimo, ignora os mais comezinhos princípios de higiene, enrreda-se em taous alimentares e nem sabe, mesmo, discenir o valor da boa nutrição.

CONGRESSO

Importando alimentos, o nordestino paga o mais alto preço pelo que come. Segundo os autores, citados, o mais pobre dos brasileiros gasta até o dôbro do sulista (71,13% contra 36,20% dos salários) para alimentar-se pior que êle, com rações pobres em alimentos protetores.

As precarissimas condições de vida, finalmente, ocasionam na região um

índice de mortalidade infantil dos mais altos do mundo, variando de 260 a 440 por 1.000 (EUA, 26; Argentina, 61; México, 78; para só ficar pela América). Não é de estranhar, assim, que a "Esperança de vida" de um nordestino seja de 25 anos...

Mas se a dêle é esta, hoje, a esperança de nossa vida deve ser a de que num breve amanhã tudo seja outro. Um Brasil, todo inteiro, de fato irmão, e livre da fome. Porque ela existe, a ameaça. Com talvez, a mais alta explosão populacional da atualidade, já com 77.521.000 habitantes, e esperando daqui a 7 anos 95.262.000, nosso País está numa encruzilhada de seu destino; ou faculta reformas de base em sua infraestrutura econômica e progredi em bloco, ou resvala para níveis de vida de infelizes povos de outros continentes. Eis porque tem excepcional importância para nós o Congresso Mundial de Alimentação, a reunir-se em junho em Washington. Nunca antes, como agora, nosso destino estêve ligado ao de outras nações do mundo, já que o problema de alimentação é mundial.



ARQUITETURA BRASILEIRA EM "MANCHETE"

Nossa arquitetura recebeu mais uma divulgação de grande efeito promocional. Em edição de 13 de abril a revista "Manchete" publicou "O Brasil cresce Moderno", com texto e fotos do arquiteto Ricardo Menescal.

De início Menescal esclarece que "A arquitetura brasileira não é boa. É péssima. Mas sempre disseram que é ótima, que é internacional... Por que? Porque só mostramos no exterior o pouquíssimo que temos de bom. Imaginemos um arquiteto estrangeiro descendo no Rio para procurar a nossa boa arquitetura moderna. Êle caminhará pela Avenida Rio Branco e verá em tôda sua extensão, dois ou três prédios realmente bons. E por quantas dezenas de prédios terá êle passado, na Avenida?"

E aproveitando a excelente oportunidade R.M. colocou ao alcance do público, o problema do profissional de arquitetura, causa de tal desequilíbrio: "A arquitetura no Brasil, enfrenta sérios problemas. Há, por exemplo, a intromissão dos profissionais legalmente habilitados e as encomendas dos proprietários que adoram publicações no gênero de "Como construyr su vivienda", "Houses", "Hom. & Grarden", etc... Comecemos pelos legalmente habilitados. Trata-se de engenheiros eletricistas, ferroviários, sanitaristas, etc... que de acôrdo com a nossa legislação, têm licença para projetar em condições idênticas as do arquiteto. Não vai nisso qualquer desprêso pelas suas especialidades. Mas acontece que, atualmente, as atividades profissionais do engenheiro e do arquiteto distanciam-se dia a dia. A mudança da legislação, neste particular, encontra-se, aliás, recomendada numa exposição de motivos do Instituto de Arquitetos do Brasil".

E no final ponderou: "Mas tais problemas não devem ser encarados com excesso de pessimismo. O Instituto de Arquitetos luta, sem cessar, pela exata regulamentação das atividades de seus associados. Além disso, divulga e exporta a boa arquitetura brasileira.

Ela é pouca, mas existe. Enche os olhos e fala ao coração".

A repercussão foi muito boa e o trabalho muito útil para a classe. Interessante, é notar que várias pessoas inclusive leigos no assunto observaram a ausência de obras dos Robertos, de Jorge Moreira e arquitetos mais famosos de São Paulo contrastando com a inclusão de obra do próprio autor, principalmente aquela que é das menos felizes.

A.L.B.

DOS JORNAIS

Acaba de ser lançado na Alemanha, editado por Knaurs, o Dicionário da Arquitetura Moderna, com 300 páginas e 440 ilustrações, trazendo na capa uma fotografia do Palácio da Alvorada. O dicionário tem verbetes individuais sôbre Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Afonso Eduardo Reidy e ainda publica um longo artigo sôbre o Brasil, no qual são citados todos os nossos grandes arquitetos.

(José Mauro — "Última Hora")

UMA ESCOLA DE ARQUITETURA PARA O CEARA

Esboça-se, em Fortaleza, um movimento que visa a criação de uma Escola de Arquitetura. A idéia lançada através do rádio e imprensa locais teve boa acolhida no seio da classe estudantil, bem como nos meios intelectuais, merecendo encômios a iniciativa em foco.

O líder e idealizador da aludida campanha é o desenhista Luiz de Aragão.

("Diário de Notícias")



Os móveis Holzapfel, apresentados pela Brafor na Exposição do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, "demonstram um sentido de ordem limpeza e harmonia, dentro da estética industrial de nossa época". Projeto da Expos. foi feita pelo "designer" Aloisio Magalhães e o arq Artur Lício Pontual.

Renovação do "Industrial Design" no Brasil



"A cadeira projetada caracteriza-se pelo seu aspecto sóbrio e digno, podendo fàcilmente adaptar-se às condições de confôrto de cada usuário." Projeto: Arquiteto Artbur Lício Pontual e equipe.

O movimento renovador do "Industrial Design" teve na Alemanha seu país de origem. O móvel fabricado em série e planejado dentro das premissas de economia, funcionalidade e bom gôsto, após a criação da Bauhaus, cada vez mais substituiu os arranjos decorativos que atulhavam os cômodos de peças de pretenciosa imitação de estilos passados. Procurou-se o confôrto com a criação de móveis simples, de fácil adaptação às múltiplas necessidades e que demonstrassem um sentido de ordem, limpeza e harmonia, dentro da estética industrial de nossa época.

A BRAFOR, que desde 1912 vem fabricando móveis para escritórios no Brasil, seguindo essa evolução, resolveu atualizar seus padrões de fabricação, numa iniciativa pioneira no Brasil. Para isso, promoveu um concurso para conjuntos de escritórios e adquiriu os direitos de fabricar, com exclusividade no Brasil, a Linha Holzäpfel, exibindo o resultado dessas duas iniciativas em uma Exposição realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro entre 15 de maio e 15 de junho último.

O concurso

O Concurso Cinquentenário Brafor destinou-se a "reconhecer, salientar e difundir a cada vez mais elevada colaboração técnica e artística dos arquitetos na criação do mobiliário".

O tema do concurso foi projetar uma mesa e a correspondente poltrona para uso de escritório de profissional liberal ou de diretor de emprêsa. Salientava-se que, além do valor da composição do desenho, o projeto deveria apresentar soluções funcionais e práticas.

A Comissão Julgadora, constituída pelos arquitetos Plínio Croce, Jorge Wilhem e Júlio Katinski, reunida em novembro de 1962, em São Paulo, conferiu os seguintes prêmios:

1.º lugar — Melhor Mesa — Projeto n.º 7, de autoria dos arquitetos Fabrizio Fabriziani e Arnaldo Ruschioni, de São Paulo, "A mesa premiada caracteriza-se pela originalidade formal, detalhes cuidadosos, flexibilidade, facilidade de montagem e empacotamento para transportar".

1.º lugar — Melhor Poltrona — Projeto de autoria dos arquitetos Artur Lício Pontual, Atlindo Facioli, Davino Pontual e Ricardo Cruz, da Guanabara. "A cadeira projetada caracteriza-se pelo aspecto sóbrio e digno, podendo fàcilmente adaptar-se às condições de confôrto de cada usuário, podendo ainda, ser melhor estudada a base giratória, sem prejuízo do aspecto geral."

A poltrona Pontual, bàsicamente, é constituída por quatro caixas de compensado envoltas com espuma de borracha e revestidas de couro ou plástico, dentro dos moldes de produção corrente. Estas caixas estofadas passam a formar assento, encôsto e braços, quando estruturadas por lâminas de aço recurvadas. Os pés são resolvidos dentro da mesma técnica de lâminas de aço, e a ligação dêstes com o corpo da poltrona pròpriamente dita é feita por uma coluna giratória.

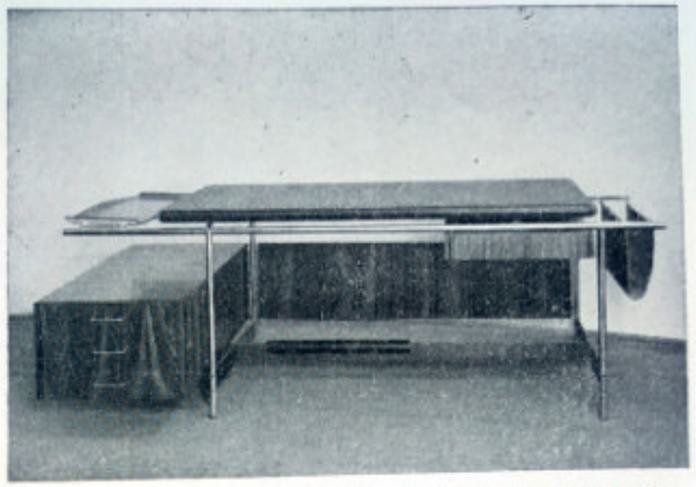
Linha Holzäpfel

O segundo item da renovação empreendida em suas fabricações pela BRAFOR foi a aquisição dos direitos para fabricar no Brasil os móveis da chamada Linha Holzäpfel.

Êsses móveis foram criados na Alemanha, país de origem do movimento renovador do "Industrial Desing", pelo Professor Herbert Hirche, engenheiro arquiteto da Universidade de Stuttgart. A partir das criações do Professor Hirche, a indústria de móveis Holzäpfel, industrializou sua moderna linha de mobiliário, hoje famosa no mundo inteiro.

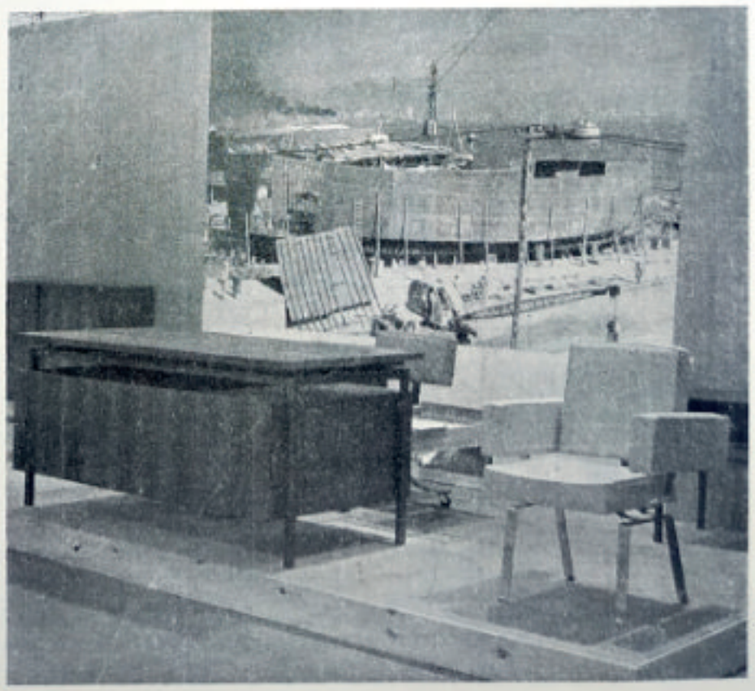
As soluções apresentadas pela "Linha Holzäpfel" proporcionaram às escrivaninhas e estantes uma extraordinária versatilidade que permite múltiplos arranjos estruturais e fácil ampliação em todos os sentidos.

De um modo geral, são móveis que oferecem ainda a possibilidade de combinarem elementos modulados que solucionam problemas de espaço e funcionalidade. Suas formas simples nascem da própria utilização. têm êles o estilo das coisas que o rodeiam ou o abrigam: desde a sóbria limpeza arquitetônica das paredes até ao retângulo dos papéis.



"A mesa premiada caracteriza-se pela originalidade formal, detalhes cuidadosos, flexibilidade, facilidades para montagem e transporte". Projeto: Fabrizio Fabriziani e Arnaldo Ruschioni.

Pormenor da gaveta notando-se a bandeja classificadora de papéis.



Noticiário do Conselho Superior

REUNIAO EM PÔRTO ALEGRE

O Conselho Superior do IAB reúniu-se no princípio de maio em Pôrto Alegre. Prossegue, desta forma, a programação das reuniões nas sedes dos departamentos. Esta política, inaugurada pelo Conselho, é da maior importância na aglutinação dos problemas dos arquitetos e para um contato maior entre os profissionais. Pena é que a precariedade das finanças do IAB não permita um maior comparecimento de conselheiros.

Estiveram em Pôrto Alegre: Icaro, Paulo Antunes, Artigas, Mauricio Roberto, Oswaldo Corrêa Gonçalves, Vignole, Flávio Léo, Jorge Wilheim, Joaquim Guedes, Paesani, Afonso Baqueiros.

Os colegas do Departamento do R.G.S., tendo a frente o seu Presidente Miguel Pereira, participaram ativamente da reunião e da programação organizada que contou com debate sôbre o problema da habitação; programa de televisão e palestra sôbre ensino de arquitetura.

Da ata da reunião extraímos os tópicos que seguem todos de grande interêsse para a classe:

TABELA DE HONORARIOS — O Departamento de São Paulo, tendo em vista a questão do Impôsto de Renda, resolveu estudar o assunto em outras báses que foram apresentadas à exame do Conselho. A questão mereceu longo e acalorado debate, concluindo-se pela necessidade de destribuir a nova tabela formulada por São Paulo, a qual juntamente com tôdas as outras versões, deverá ser reexaminada pelos Departamentos, enviando ao Conselho Superior as sugestões que julgarem oportunas, para ser então possível uma definição positiva.

REGULAMENTAÇAO PROFISSIONAL — O Sr. Presidente relata as várias fases da questão e a posição do IAB nos dois congressos realizados. O Instituto estêve em contato com a Federação, de Associações de Engenheiros por intermédio do Vice-Presidente Jorge Moreira. Foi constituida uma comissão com representantes de engenheiros, agrônomos e arquitetos, esta comissão organizou o estatuto final que é, em suma, o aprovado no primeiro congresso, com a modificação da representação no CONFEA que passou a ser de 18 membros. Três representantes de cada uma das três modalidades de engenheiros, 3 de agrônomos, 3 de arquitetos, e, finalmente, 3 das escolas de arquitetura. Este estatuto, uma vez aprovado pelas classes respectivas, será levado à Brasília. O Conselho resolveu, por unânimidade, aprovar a orientação da Diretoria, ficando assim o assunto dependendo apenas da palavra das duas outras classes.

CONGRESSO DA UIA EM HAVANA — O arquiteto Paesani esclarece inicialmente a organização da Comissão Organizadora da Delegação Brasileira ao VII Congresso da UIA. Foram criadas seis subcomissões: concurso da Praia Giron; organização da viagem; redação da tese brasileira; divulgação e propaganda; encontro entre professôres e estudantes; concurso entre estudantes e aspectos financeiros. O Conselheiro Afonso Baqueiros comunica que, em caráter particular, tem mantido correspondência com Havana, sabendo ser possível a hospedagem gratuita de arquitetos do Brasil. O arquiteto Paesani, informa que o tema do Congresso levou a indicar relatores regionais, sendo o arquiteto Vilanova Artigas escolhido relator para a América Latina. A êstes relatores deveriam ser encaminhados os relatórios nacionais, que, entretanto, até esta data não haviam chegado. Informa, ainda que havia sido resolvida a constituição de uma Comissão de Honra, composta dos presidentes dos departamentos e diretores de delegacias e núcleos. Comunicou finalmente que a Comissão Organizadora está completada pelos arquitetos Gasperini, Israel Sancovsky e Clodomir Abreu. Jorge Wilheim, lança um apêlo para que todos ajudem com a maior boa vontade o Congresso, pois êste terá por objetivo um tema dos mais próximo aos nossos problemas.

REPRESENTAÇAO NO ESTRANGEIRO — O Conselheiro Mauricio Roberto encarece a necessidade de modificar a política externa do IAB, concentrando tôda a atenção nos Congressos da UIA e abandonando a parte de Comissões, a seu vêr, de pouca valia para a classe. O assunto foi debatido mas sem conclusão definitiva, deixando-se a solução para a próxima reunião do Comité Executivo, antes da realização do VII Congresso em Havana.

PREMIO LENINE DA PAZ — Por proposta do Conselheiro Flávio Léo da Silveira foi aprovada, por unânimidade, uma manifestação do Conselho Superior em homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer agraciado recentemente com o Prêmio Lenine da Paz.

ARQUITETO, SECRETARIO DE FINANÇAS EM SALVADOR — Ainda por proposta de Flávio Léo é aprovada, por unânimidade, uma manifestação ao arquiteto Newton Oliveira — IAB-Ba por sua nomeação para o cargo de Secretaria de Finanças da Prefeitura de Salvador.

CONCURSO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA MINAS GERAIS — O Conselheiro Oswaldo Gonçalves, na qualidade de Presidente do Departamento de São Paulo, apresenta um ofício no qual pede a atenção do Conselho para questão da reabertura de nôvo concurso para êsse edifício, solução esta contrária aos interêsses de vários arquitetos classificados no primeiro concurso, como tendo apresentado os melhores trabalhos. O Departamento de São Paulo pensa que o nôvo concurso deveria ser aberto sòmente entre os apontados como melhores, embora o concurso não tenha escolhido um vencedor. O Conselheiro Mauricio Roberto, esclarece que o Departamento de Minas está organizando o nôvo concurso em bases diferentes, tendo inclusive já convidado os membros do juri. Êste fato significa uma vitória para o Departamento de Minas uma vez que o primeiro foi realizado quase que à sua revelia. Acha, portanto, deva o Conselho prestigiar a atitude do Departamento, no que é secundado pelo Vice-Presidente Vilanova Artigas. Artigas acrescenta ser oportuno lembrar a resolução da Bahia, sôbre nova regulamentação de concursos. Fica resolvido que o Conselho procurará, dentro das possibilidades, orientar o Departamento de Minas no sentido de, se possível, resguardar os interêsses dos concurrentes classificados anteriormente, porém apoiando inteiramente o Departamento de Minas Gerais. O Sr. Presidente incumbe designa o Departamento do Rio Grande do Sul de estudar a reformulação do Regulamento de Concursos do IAB.

SEMINARIO DE REFORMA URBANA — O Conselheiro Jorge Wilheim expõe proposta do Departamento de São Paulo sôbre a realização de um debate extenso sôbre o assunto, Reforma Urbana. Entendimentos com o Ministro Almiro Afonso, e exaustivo trabalho de uma comissão do Departamento de São Paulo, resultaram no trabalho aqui distribuido aos conselheiros. O Conselheiro Mauricio Roberto afirma sua satisfação em verificar que o Departamento da Guanabara, também em entendimentos com o Sr. Ministro Almino Afonso, através do Presidente do IPASE, tinha feito estudo semelhante, já entregue e em fase de realização, uma ves que os recursos financeiros para sua realização, se encontram a disposição do IAB. Infelizmente, como tudo se processara a "jato", começando na quarta-feira passada e resolvendo-se na sexta-feira, — não lhe fôra possivel trazer o trabalho para ser examinado pelo Conselho. O assunto foi debatido amplamente, tendo ficado resolvido que os dois departamentos, em comissão, fundissem os seus estudos e esforços no sentido da realização de uma só reunião, cujas caracteristicas, convites etc., seriam objeto de novos entendimentos com a Diretoria do IAB, que ficava autorizada a realizar a reunião.

UDN — ASSEMBLÉIA PARA HABITAÇAO E REFORMA URBANA — O Conselheiro Mauricio Roberto comunica que recebeu do Deputado Adauto Lúcio Cardoso, pedido de assessoramento do IAB para a Comissão de Reforma Urbana da UDN, na Câmara dos Deputados, pedido êsse vinculado à arquitetos do Departamento da Guanabara. Tendo em vista os antecedentes do assunto, pedia que a questão continuasse nas mãos do Departamento, uma vez que isto facilitaria sobremodo os trabalhos. O Conselho, depois de ouvidos os presentes, resolveu indicar o Departamento da Guanabara para prestar o assessoramento solicitado.

REVISTA ARQUITETURA — do Departamento da Guanabara. O Conselheiro Mauricio Roberto tendo em vista a fase a que já chegara essa revista, informa que era desejo do Departamento transformá-la em órgão oficial do IAB Nacional, reorganizando-a nesses moldes, o que dependia, naturalmente do "beneplácito" do Conselho. Com a palavra os Conselheiros Joaquim Guedes, Oswaldo Gonçalves e Miguel Pereira, declaram a satisfação que têm tido em verificar a ótima qualidade da revista e que achavam muito justa a pretensão do Departamento. O Conselho, ouvindo os presentes, resolve aprovar o pedido do Departamento da Guanabara. Desta forma, a revista ARQUITETURA passa a ser o órgão oficial do IAB.

LISTA DE ASSOCIADOS — O Sr. Presidente comunica que, para atender a pedido da FPAA e University College de Dublin. Irlanda, necessita urgentemente da lista atualizada de todos os arquitetos associados ao IAB, o que já foi solicitado duas vêzes, em circular, pela Secretaria Geral, sem solução. Pede a atenção e resposta urgente dos departamentos, o que permitirá, no caso da Irlanda, a inscrição dos associados em concurso de projetos que pretendem abrir, no qual só serão aceitos arquitetos integrantes de lista de associados que o IAB fornecer.

BIENAL DE SAO PAULO — O Conselheiro Oswaldo Gonçalves, como representante da Bienal, pede que o Instituto indique os dois membros do juri para julgamento do concurso entre as escolas de arquitetura e mais 2 conforme o regulamento. O Conselho resolve que o Presidente do IAB indique os dois primeiros e que o Departamento de São Paulo indique os outros dois.

Notícias

O MODULO "HELE"

Estêve na sede do IAB-GB, expondo para inúmeros arquitetos cariocas o seu trabalho sôbre "Divisão e Ordenação do Espaço Arquitetônico" que deu lugar ao chamado Módulo "Hele", o arquiteto espanhol Rafael Leoz de la Fuente. Por êste trabalho, hoje já conhecido em vários países, Dr. Rafael recebeu uma Menção Especial Honorífica na VI Bienal de São Paulo. Atualmente, entre inúmeros trabalhos para o Govêrno Espanhol que vem empregando seu sistema modular na construção de "Viviendas Sociales", o Arquiteto está terminando um livro que será publicado em Paris com prefácio de Le Corbusier.

EMBAIXADA ESPANHOLA EM BRASILIA

No almôço que o Museu de Arte Moderna ofereceu ao arquiteto Rafael Leoz de La Fuente, o Conde de Penãrrubias em conversa com os arquitetos Henrique Minalin, Marcos Konder Netto e Maurício Nogueira Batista, ventilou a possibilidade de tornar o projeto para a Embaixada da Espanha em Brasília um fato marcante nas relações entre os arquitetos espanhois e brasileiros. O Embaixador está interessado em estreitar o intercâmbio cultural entre os profissionais de arquitetura dos dois países e a realização de um concurso de projetos poderia servir de base ao estabelecimento dêste intercâmbio. A formula ventilada e posteriormente, confirmada em carta do IAB ao Conde de Pañarrubias, consiste na realização de um concurso público de arquitetura para arquitetos espanhois. O concurso seria em duas etapas. Na primeira, uma comissão julgadora espanhola selecionaria cinco arquitetos. Êstes arquitetos antes de participarem da segunda etapa, viriam ao Brasil e em Brasília sentiriam as condições locais. De volta à Espanha elaborariam os projetos para a segunda etapa do concurso. A Comissão Julgadora desta fase seria composta por dois arquitetos espanhois e um brasileiro. O arquiteto brasileiro iria a Espanha julgar o concurso, com honorários e despesas pagas.

O vencedor, seria obrigado pelo edital, a associar-se a um arquiteto brasileiro para o desenvolvimento e fiscalização do projeto escolhido.

A idéia é das melhores e estimamos que se concretize dando os frutos que dela se pode esperar.



Arq. Rafael Leoz — foto Roberto Meio

SIMBOLO DO CARNAVAL DE 1964

Escolhido o símbolo do carnaval carioca de 1964 — O trabalho de Augusto Barreiro, uma estilização do Rei Momo, nas côres vermelho, amarelo e branco, foi o vencedor do concurso para a escolha de um símbolo para o carnaval carioca de 1964. O segundo e terceiro lugares foram obtidos por Fernando Mathissen Santoro, aluno da Escola Nacional de Belas Artes. O certame foi organizado pela Secretaria de Turismo do Estado da Guanabara e serão oferecidos prêmios de 70, 30 e 20 mil cruzeiros aos três primeiros colocados. Concorreram cêrca de cem trabalhos. A comissão julgadora foi a seguinte: professor Waldemiro Gonçalves Christino, pela Escola Nacional de Belas Artes; professor Donato Mello Júnior, pelo Museu Nacional de Belas Artes; Alfredo Britto, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil- Gb; Sr. Walter Gomes Marques, pelo Museu de Arte Moderna; Sr. Antônio Roberto Côrtes, pela Associação Brasileira de Propaganda.

PAVILHAO JAPONÊS NA FEIRA DE NOVA IORQUE

O Japão está erigindo um pavilhão no local da Feira Mundial de Nova Iorque de 1964-65 situado em Queens, N.Y., a fim de nêle apresentar os melhores produtos industriais japonêses e realizar outras exibições variadas.

O arquiteto Kunio Maekawa projetou o prédio do pavilhão que terá 7430 metros quadrados e será composto de duas partes, uma destinada à exposições patrocinadas pelo Govêrno e a outra reservada à mostras particulares e exibições. Maekawa conquistou o Prêmio da Estrêla de Ouro (Les Etoiles d'Or), pelo pavilhão japonês na Exposição Mundial de Bruxelas de 1958 que também projetou. A construção foi iniciada no mês passado e está orçada em 3 700 milhões de yens.

RESULTADO DO CONCURSO CLUBE XV EM SANTOS

Em sessão solene realizada na sede do Clube XV em Santos, no dia 24 de abril p. passado, com a presença da Diretoria do Clube, autoridades, prefeito de Santos, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo e arquitetos concorrentes, foram identificados os vencedores e efetuado em seguida o pagamento dos prêmios do concurso de anteprojetos da nova sede social do Clube XV, promovido pelo Núcleo de Santos do IAB-São Paulo. Na ocasião, a diretoria do Clube prestou uma homenagem ao IAB-São Paulo, pela calaboração que permitiu o sucesso do concurso.

Foram classificados os seguintes trabalhos:

1.º lugar: anteprojeto dos arquitetos Pedro Paulo de Mello Saraiva e Francisco Petracco. Prêmio, Cr$ ..... 1.200.000,00.

2.º lugar: anteprojeto dos arquitetos Fábio M. Penteado e Ubyrajara Giglioli. Prêmio, Cr$ 600.000,00.

3.º lugar: anteprojeto dos arquitetos Rodney Guaraldo, Luiz Gobeth Filho e Roberto Luiz Gandolfi. Prêmio, Cr$ 400.000,00.

4.º lugar: anteprojeto do arquiteto Mauricio Tuck Schneider. Prêmio, Cr$ 100.000,00.

5.º lugar: anteprojeto do arquiteto Telésforo Giórgio Cristófani. Prêmio, Cr$ 100.000,00.

Menções Honrosas: anteprojeto do arquiteto João Walter Toscano, de cuja equipe faziam parte os arquitetos Júlio Roberto Katinsky e Hélio Penteado.

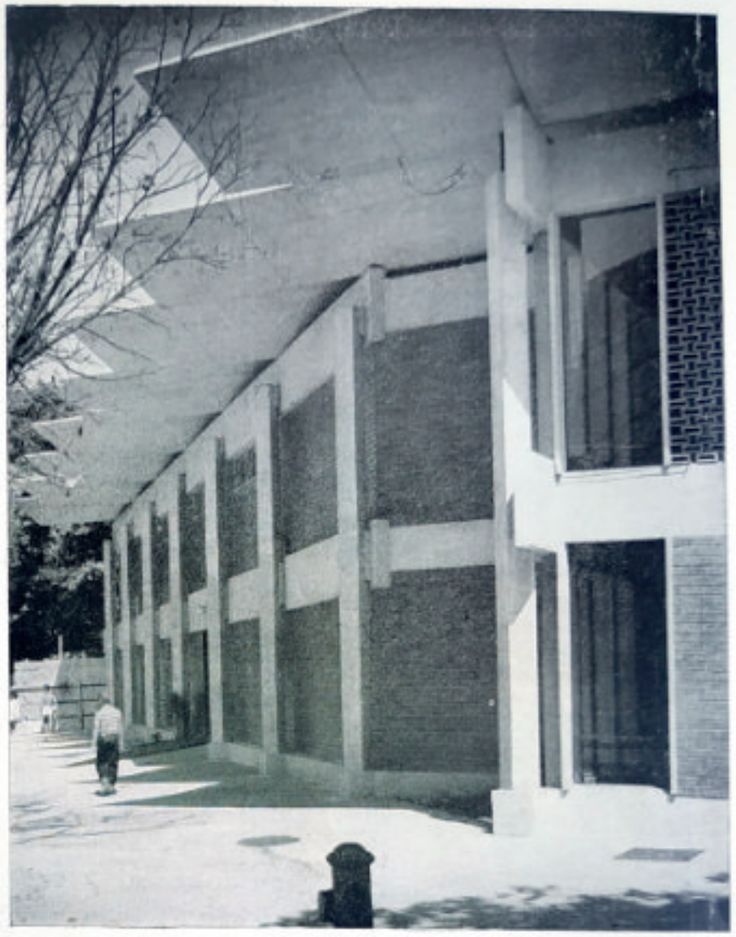
Anteprojeto do arquiteto Pavel Martyn Liebrman. O juri foi composto pelos arquitetos Icaro de Castro Mello, Roberto Aflalo e Eduardo Corona, tendo sido consultor o arquiteto Anibal Martins Clemente, presidente do Núcleo de Santos.

GEORGE NELSON NA OCA



O "designer" George Nélson, em sua recente visita ao Rio, estêve na Galeria OCA onde se mostrou vivamente impressionado com a cadeira "Mole" de autoria de Sérgio Rodrigues.

Na foto George Nélson e Henrique Mindlin.



Super Mercado Disco em Ipanema
Estrutura Modular em concreto aparente
Alvenaria de tijolo à vista
Esquadrias pre-fabricadas em concreto, coladas com Colmat

Projeto e construção da

cobe

Companhia Brasileira de Estruturas
Rua do Carmo 9 / 8.º - 52-2190

Diretor Presidente:
Engenheiro civil: Fabio Ribeiro de Oliveira

Diretores:
Engenheiro civil: Celso Bulhões Carvalho da Fonseca
Arquiteto: Arthur Licio Pontual

BRAFOR NO MAM

A BRAFOR inaugurou em maio último, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a sua Exposição de Mobiliário Contemporâneo, que se prolongou até 15 de junho. Durante a mostra foram exibidos os móveis vencedores do Prêmio Cinquentenário Brafor, realizado com a colaboração do IAB-GB e os móveis da Linha Holzäapfel, nôvo lançamento da Brafor.



No dia da inauguração foi oferecido um coquetel a que compareceram arquitetos, artistas e grande número de interessados em desenho industrial.



Senhoras Carmem Portinho, Diretora do M.A.M., Isaura de Carvalho, Sr. Luiz Mellone Júnior, Diretor da BRAFOR, Arquitetos Eduardo Affonso Reidy, Aloisio Magalhães, Aloisio de Paula e gravador Gilvan Samico, por ocasião do coquetel de abertura da Exposição de Mobiliário Contemporâneo.

O IAB-GB NA FNA-UB

Atendendo a um convite do D.A. Atilio Correia Lima os arquitetos Marcos Konder Netto, Mauricio Nogueira Batista, Mário Torquato Pinheiro e Ricardo Menescal, da Diretoria do IAB-GB estiveram na FNA onde, dentro da programação da "Semana do Calouro", tiveram um bate-papo com os alunos de arquitetura.

Os arquitetos conversaram com os estudantes sôbre diversas questões relativas a arquitetura e ao exercício profissional. O sentido da luta do IAB foi ressaltado e explicado aos futuros arquitetos os objetivos do órgão de classe. A regulamentação profissional foi debatida. O problema da habitação foi apresentado aos futuros profissionais como só tendo uma solução plausível: a que considere a crise de moradias dentro de um contexto mais amplo e estritamente ligado ao planejamento urbano. A reforma urbana que o Govêrno Federal pensa em implantar, tem tôdas as condições para encarnar esta solução. Outros aspectos da arquitetura brasileira foram ainda ainda debatidos, sempre com base nos problemas brasileiros do momento.

Encontros como êste, onde se defrontam arquitetos dirigentes do órgão de classe e futuros profissionais são da maior oportunidade e deveriam acontecer com mais freqüência.

ARQUITETURA aproveita esta nota para saudar, nos calouros de 1963 da FNA, todos os que iniciaram, êste ano, a formação para arquitetura.

PININFARINA

O famoso projetista de automóveis, receberá nos próximos meses uma homenagem da Politécnica de Turim, o título de "Doutor Honorário em Arquitetura". É um reconhecimento pela sua contribuição no campo concepcional da indústria automobilística do mundo inteiro.

REGISTRO

GRANDE "PLAY-GROUND" PARA GB

Acha-se em fase bem adiantada a construção do "Play-Ground" do Fluminense Futebol Clube.

Trata-se de uma área de 1.500 m2 destinada ao mundo infantil de Alvaro Chaves, com Bar-Restaurante, abrigo de "nurses", Garagem de Velocipedes, Sanitários e uma infinidade de brinquedos inclusive uma Roda Gigante Elétrica.

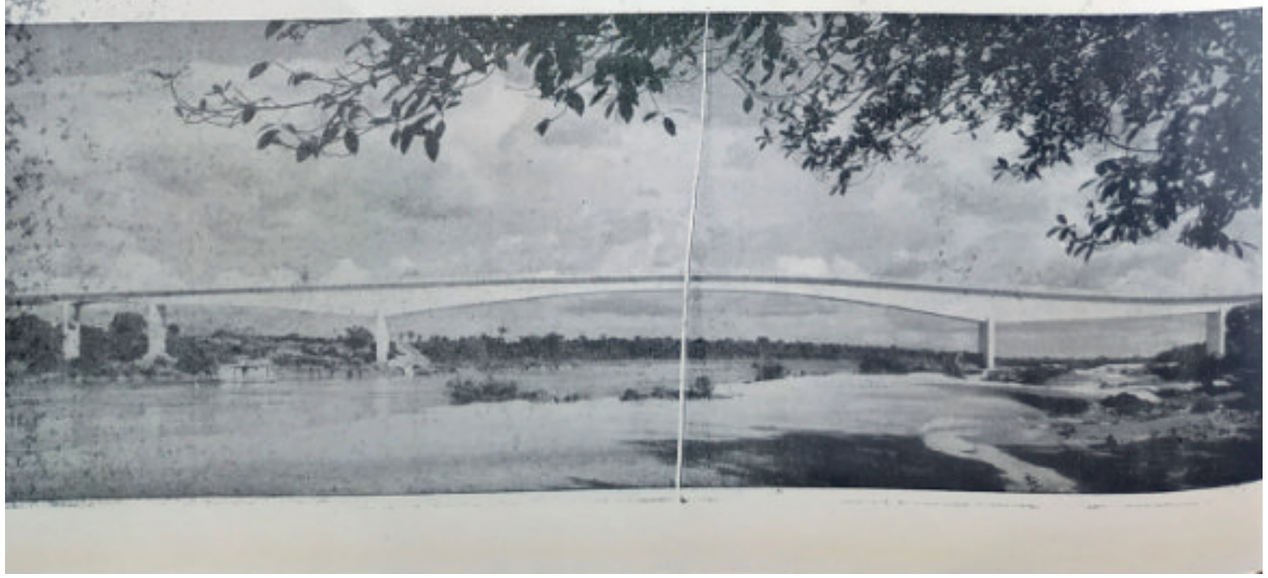
Essa realização idealizada pelo Presidente Nélson Vaz Moreira tem o objetivo de colocar o clube na vanguarda social desta cidade.

Os autores do projeto são os arquitetos J. A. Alarcon Duarte Freire, J. A. Graça e P. Penna Firme que detalham no momento o anteprojeto do plano geral dessa agremiação.

PONTE SÔBRE O RIO PARANÁ

Em Presidente Epitácio está sendo construída uma ponte que será uma das maiores obras rodoviárias da América Latina. Projetada pelo Escritório Técnico da SERMARSO — Sérgio Marques de Souza S.A., tem a extensão de 2.280 metros.

A SERMARSO construiu também, entre outras, a ponte sôbre o Rio Tocantins (foto) na BR-14 - Belém-Brasília, com cêrca de 532 metros de extensão e onde se encontra um vão de 140 metros, vencido em viga reta de concreto protentido.



Legislação

GB

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Decreto n.º 1.656 de 24 de abril de 1963

Organiza a administração dos serviços de natureza local e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 30 da Constituição do Estado, e tendo em vista o que estabelece a Lei n.º 263, de 24 de dezembro de 1962, decreta:

TÍTULO I

Da Organização Territorial

Art. 1.º — Para efeito de organização e administração dos serviços de natureza local, fica o território do Estado da Guanabara dividido em 21 (vinte e uma) Região Administrativas, cujos limites são os que constam do Anexo I.

Parágrafo único — A Região Administrativa de Paquetá, que constitui a 21.ª Região Administrativa, terá organização peculiar.

Art. 2.º — Poderão ser criados, por decreto, Distritos Administrativos, integrandas Regiões Administrativas, para atender a características locais.

TÍTULO II

Da Estrutura dos Órgãos locais

Art. 3.º — A estrutura dos órgãos, em cada Região Administrativa, compreende:

I — Divisão de Obras Públicas, dirigida por um Diretor de Divisão e integrada pelos seguintes Distritos, êstes dirigidos por Chefes de Distrito:

a) — Distrito de Obras;
b) — Distrito de Edificações;
c) — Distrito de Limpeza Urbana;
d) — Distrito de Águas;
e) — Distrito de Esgotos.

II — Divisão de Educação e Cultura, dirigida por um Diretor de Divisão e integrada pelos seguintes Distritos, Escolas e Estabelecimentos, estruturados pelo Decreto n.º 1.594-63.

a) — Distritos Educacionais;
b) — Distritos de Educação Supletiva, nas Regiões onde estão situados;
c) — Escolas de Ensino Primário;
d) — Estabelecimentos de Ensino Médio;
e) — Escolas Normais;
f) — Distritos de Saúde Escolas;
g) — Bibliotecas.

III — Divisão de Saúde, dirigida por um Diretor de Divisão e integrada na forma da regulamentação específica, pelas Unidades Médico-sanitárias e Hospitais.

IV — Divisão de Fiscalização dirigida por um Diretor de Divisão e integrada por:

a) — Circunscrições Fiscais da Região, na forma da regulamentação própria;
b) — Grupo Especial de Fiscalização, constituído de acôrdo com os atos específicos.

V — Divisão da Produção e do Abastecimento, dirigida por um Diretor de Divisão e integrada pelos Distritos Agrícolas, inclusive Postos do Serviço de Reembolsável, e Distritos Veterinários, nas Regiões Administrativas onde estão situados.

VI — Serviço Social, dirigido por um Chefe de Serviço.

§ 1.º — Subordinada ao Distrito de Obras, integra cada Região Administrativa uma Seção de Conservação de Parques e Jardins, dirigida por um Chefe de Seção.

§ 2.º — Os serviços de segurança pública integram igualmente as Regiões Administrativas, observada a regulamentação própria.

Art. 4.º — A estrutura dos órgãos locais da Região Administrativa de Paquetá compreende os seguintes serviços, dirigidos por Chefes de Serviço, e uma Seção dirigida por Chefe de Seção:

I — Serviço de Obras Públicas;
II — Serviço de Educação e Cultura;
III — Serviço de Fiscalização;
IV — Serviço da Produção e do Abastecimento;
V — Seção de Serviços Sociais.

Art. 5.º — Os serviços de natureza local estão sujeitos à orientação normativa, ao contrôle técnico e à fiscalização específica das Secretarias interessadas em sua atividade.

Parágrafo único — Os Diretores das Divisões estruturadas neste ato e, na Região Administrativa de Paquetá, os Chefes de Serviço, são considerados, relativamente aos atos de administração que praticarem, dirigentes de nível departamental.

Art. 6.º — Respeitados os casos previstos de competência privativa e a orientação normativa dos Órgãos Centrais, os Diretores de Divisão das Regiões Administrativas e os Chefes de Serviço da Região Administrativa de Paquetá são competentes, por delegação dos Secretários de Estado, conferida neste ato (§ 1.º do art. 179 da Lei n.º 263-62) para:

I — Autorizar despesas e pagamentos na forma dos artigos 47 e 79 do Código de Contabilidade, relativamente aos créditos orçamentários atribuídos aos respectivos órgãos;

II — Movimentar o pessoal lotado nos órgãos que lhes são subordinados;

III — Contratar pessoal temporário, mediante contrato de trabalho ou de locação de serviços na forma da regulamentação específica.

Parágrafo único. Os atos discriminados no artigo constarão obrigatòriamente de programas prèviamente aprovados pelo Administrador Regional e, quando se tratar de ato a ser submetido ao Tribunal de Contas, dependerão de aprovação e encaminhamento pelo Secretário de Estado interessado na atividade da Divisão ou Serviço.

TÍTULO III

Da Coordenação Local

Art. 7.º — A coordenação e supervisão geral das atividades executivas de natureza local caberá ao Administrador Regional, representante do Governador na Região Administrativa.

§ 1.º — O Administrador Regional designado por decreto receberá, a título de representação, gratificação que será fixada pelo Governador.

§ 2.º — O Administrador Regional será auxiliado por um Assistente, um Secretário e pelos agentes que forem designados para os sistemas de consulta jurídica, de organização administrativa e de relações públicas.

Art. 8.º — Integra, ainda, cada Região, Administrativa:

a) — Divisão de Administração, dirigida por um Diretor de Divisão, abrangendo os seguintes Serviços e Seção, dirigidos por Chefes de Serviço e Chefe de Seção:

I — Serviço de Comunicações e Transportes;
II — Serviço de Estatística e Documentação;
III — Serviço de Orçamento e Contabilidade;
IV — Serviço de Material e Compras;
V — Serviço de Pessoal;
VI — Seção de Serviços Gerais.

b) — Serviço de onservação e Construção, dirigido por um Chefe de Serviço.

Parágrafo único — A Região Administrativa de Paquetá é integrada por uma Seção de Administração, dirigida por um Chefe de Seção, abrangendo as seguintes subseções dirigidas por Chefes de Subseção:

I — Subseção de Comunicações e Transportes;
II — Subseção de Estatística e Documentação;
III — Subseção de Orçamento e Contabilidade;

IV — Subseção de Serviços de Material e Compras;
V — Subseção de Pessoal;
VI — Subseção de Serviços Gerais;
VII — Subseção de Conservação e Construção.

TITULO IV

Da Coordenação e Apoio Central de Serviços de Natureza Local

Art. 9.º — A coordenação e apoio central dos serviços de natureza local cabem à Coordenação do Sistema de Administração Local da Secretaria do Govêrno, estruturada pelo artigo 16 do Decreto n.º 1.476-63.

§ 1.º — Integra, ainda, a Coordenação do Sistema de Administração Local uma Divisão de órgãos de Apoio dirigida por um Diretor de Divisão, compreendendo, na forma da regulamentação específica, o Serviço Industrial, dirigido por um Chefe de Serviço, e integrado pelas oficinas, fábricas e outros estabelecimentos industriais do Estado e o Serviço de Operação de Máquinas Pesadas, dirigido por um Chefe de Serviço.

§ 2.º — O Serviço Auxiliar, de que trata o parágrafo único do artigo 16 do Decreto n.º 1.476-63, passa a denominar-se Serviço de Administração, dirigido por um Chefe de Serviço auxiliado pelos agentes, que forem designados, dos sistemas de consulta jurídica, de orçamento, de estatística, de organização administrativa e de relações públicas, compreendendo, ainda, uma Seção de Comunicações e Informações, dirigida por um Chefe de Seção.

TITULO V

Dos Cargos e Funções

Art. 10 — Os cargos em comissão e as funções gratificadas necessários para atender ao disposto neste decreto, segundo seu número, natureza, denominação, símbolo ou padrão de remuneração, são os relacionados no Anexo II, além dos referentes aos órgãos de natureza local das Secretarias de Govêrno, de Economia, da Educação e Cultura e de Saúde a que se referem respectivamente os Decretos n.ºs 1.476, 1.581, 1.594 e 1.611, de 1963.

Parágrafo único — Ficam extintas as funções gratificadas anteriormente criadas para as chefias dos órgãos locais citados no presente decreto.

TITULO VI

Disposições Finais

Art. 11 — As Regiões Administrativas constituirão unidades administrativas destacadas das demais para fins de orçamento e de quadro de pessoal.

Art. 12 — A redistribuição dos créditos orçamentários (§ 2.º do artigo 190 da Lei n.º 263-62), decorrente dêste ato será objeto de decreto próprio, que deverá ser expedido em face de proposta da Coordenação de Planos e Orçamento da Secretaria do Govêrno, e referendado pelos Secretários de Estado.

Parágrafo único — Enquanto não for expedido o decreto de redistribuição dos créditos, será observado o regime atualmente em vigor, ficando, entretanto a cargo da Coordenação do Sistema de Administração Local, o contrôle do empenho das verbas destinadas aos serviços de natureza local.

Art. 13 — A adaptação ao regime estabelecido pelo presente decreto será progressiva, efetivando-se à medida que forem nomeados os titulares dos órgãos estruturados.

Art. 14 — A transferência dos servidores atualmente lotados em Órgãos Centrais para os órgãos de natureza local, em conseqüência de absorção, por êstes, das atividades executivas anteriormente afetas aos Órgãos Centrais, será proposta pelos Secretários de Estado interessados, em face de proposta da Coordenação ou Sistema de Administração Local, que recorrerá, se necessário, à Assessoria da Organização Administrativa da Secretaria do Govêrno, para a análise da redistribuição das funções executivas.

Art. 15 — O Departamento de Fiscalização, de que trata o art. 17 do Decreto n.º 1.476-63, passa a ser diretamente subordinado ao Secretário de Estado do Govêrno.

Art. 16 — O Presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1963 — 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Eurico Siqueira — Guilherme Júlio Borghoff — Carlos Octávio Flexa Ribeiro — Mário Lorenzo Fernandez — Raphael de Almeida Magalhães — Alcino de Paula Salazar — Enando Cravo Peixoto — Raymundo de Moura Britto — Gustavo Eugênio de Oliveira Borges — Lôpo de Carvalho Coelho — Salvador Gonçalves Mandim — Sandra Martins Cavalcânti — Victor Coelho Bouças.

ANEXO I

Região Administrativa — Zona Portuária — Caju, Vila Guarani, Gamboa, Santo Cristo e Praça Mauá.

Do mar pela Praça 15 de Novembro (excluída) passando pelas ruas Borja Castro, Pça. Sérvulo Dourado, Mercado, Trav. Tinôco, Visc. de Itaboraí, Pça. Barão de Ladário, 1.º de março, Dom Gerardo, daí ao início da Av. Rio Branco, (tôdas excluídas) seguindo pelas ruas do Acre, Leandro Martins, Júlia Lopes de Almeida, Conceição, Senador Pompeu, Camerino, Largo dos Estivadores, Barão de São Félix (tôdas excluídas); daí pelo tronco principal da E.F.C.B. até o canal da av. Francisco Bicalho. Por êste à Av. Brasil por esta e pela Rua Monsenhor Manoel Gomes (ambas excluídas) até o Ramal de Minérios de Arará; por êste ao pontilhão situado no prolongamento da Rua Bela; dêste prolongamento em linha reta até a foz do Rio Jacaré; daí pela orla marítima, ponto de partida, incluindo as ilhas dos Ferreiros, Pombeba, Santa Bárbara, Enxadas, Cobras e Fiscal.

II — Região Administrativa — Castelo, Centro, Lapa, Estácio, Manzona Comercial Gue, Praça da Bandeira e Aeroporto.

Do mar pela Praça 15 de Novembro (incluída), passando pelas ruas Borja Castro, Praça Sérvulo Dourado, Rua do Mercado, Travessa Tinôco, Rua Visconde de Itaboraí, Praça Barão de Ladário, Rua 1.º de Março, Rua Dom Gerardo, daí ao início da Avenida Rio Branco, (tôdas incluídas), excluindo a Praça Mauá, seguindo pela Rua do Acre, Rua Leandro Martins, Rua Júlia Lopes de Almeida, Rua da Conceição, Rua Senador Pompeu, Rua do Camerino, Largo dos Estivadores, Rua de São Félix (tôdas incluídas); daí pelo tronco principal da E.F.C.B., cortando a Av. Francisco Bicalho (no viaduto), seguindo pela Rua Elpídio Bou Morte (incluída) até o viaduto de São Cristóvão na Praça da Bandeira (esta incluída) seguindo pela Rua Joaquim Palhares, Largo do Estácio, Rua Estácio de Sá, Praça Álvaro Reis, Rua Frei Caneca, Rua Riachuelo, Largo dos Pracinhas, Av. Mem de Sá, Rua Visconde de Maranguape, Largo da Lapa, Rua da Lapa, Rua Morais do Vale, um trecho da Rua Joaquim Silva e Bêco dos Carmelitas (tôdas incluídas); daí pela Av. Augusto Severo (excluída) ao eixo da Av. Mestre Valentim no prolongamento da Rua Teixeira de Freitas. Do eixo da Rua Mestre Valentim em linha reta ao obelisco da Av. Rio Branco; êste alinhamento em ângulo de noventa graus à Av. Beira Mar, por esta em direção ao Aeroporto até a Av. Silvio de Noronha (ambas incluídas), por esta no seu primeiro alinhamento ao mar e daí pela orla marítima até a Praça 15 de Novembro (incluída) ponto de partida.

III — Região Administrativa — Rio Comprido, Santa Teresa e Catumbi.

Da esquina da Rua Conde de Laje com a Rua da Glória (incluída), por esta à Rua da Lapa, Rua Visconde de Maranguape, Av. Mem de Sá, Largo dos Pracinhas, Rua Riachuelo, Rua Frei Caneca, Pça. Álvaro Reis, Rua Estácio de Sá, Largo do Estácio, Rua Joaquim Palhares, Praça da Bandeira (tôdas excluídas), seguindo pela Rua do Matoso, Rua Barão de Tapagipe e Rua Joaquim Pizarro (tôdas incluídas), por esta subindo pelo espigão em direção ao Sumaré pela Estrada do Sumaré, Estrada Dom Joaquim Mamede (ambas excluídas), até a Rua Almirante Alexandrino, por esta passando pelo Largo do França (ambas incluídas) até a divisa do terreno n.º 567 (incluído) subindo pela divisa e pelo espigão do Morro da Nova Cintra até o seu ponto mais alto (quota 260.7), daí para descer em direção da Rua Pedro Américo; por esta (excluída) e pela Rua Santo Amaro (incluída), Rua do Catete, Rua da Glória até a Rua Conde de Lage (tôdas excluídas), ponto de partida.

IV — Região Administrativa — Botafogo, Laranjeiras, Catete, Flamengo e Glória.

Na enseada de Botafogo, fim da praia, limite do terreno do Club Guanabara, seguindo pelas avenidas Repórter Nestor Moreira e Pasteur (incluídas), até o cruzamento da Av. Wenceslau Braz, por esta e Praça Ozanã e Praça Juliano Moreira (tôdas excluídas), atravessando a Av. Lauro Sodré em direção ao espigão do morro de São João e pela linha de vertente em direção leste-oeste à garganta do túnel Alaôr Prata, cortando no ponto mais alto a Ladeira dos Tabajaras, para subir pelo espigão do Morro da Saudade, daí descendo pelo espigão em direção à divisa do prédio n.º 229 (excluído) da Rua Humaitá, cortando-a para subir pelo espigão do Morro do Corcovado até encontrar a curva de nível de 200 metros; por esta em direção ao Pico da Dona Marta, contornando-o até encontrar a Estrada de Ferro Corcovado; daí à Rua Almirante Alexandrino, por esta (excluída), até a divisa do prédio n.º 567 (excluído), daí subindo pelo espigão ao Morro da Nova Cintra, para descer em direção da Rua Pedro Américo (incluída) por esta e pelas ruas Santo Amaro (excluída), Catete, Largo da Glória, Rua do mesmo nome, até a Rua Conde de Luje; daí pela Av. Augusto Severo (tôdas incluídas), até a esquina da Rua Teixeira de Freitas; daí pelo eixo da Rua Mestre Valentin ao obelisco da Av. Rio Branco; por êste alinhamento em ângulo de noventa graus à Av. Beira Mar, por esta (excluída) em direção ao Aeroporto, até a Av. Silvio de Noronha (excluída), daí pelo seu primeiro alinhamento em direção ao mar e pela orla marítima à enseada de Botafogo, ponto de partida.

V — Região Administrativa — Copacabana, Leme, Urca e Praia Vermelha.

Na enseada de Botafogo, fim da Guanabara, seguindo pela Av. Repórter Nestor Moreira e Av. Pasteur (excluídas), até o cruzamento da Av. Wenceslau Braz, incluindo o Club Guanabara e o Iate Club, pela Av. Wenceslau Braz, Praça Ozanã e Juliano Moreira (tôdas incluídas), atravessando a Av. Lauro Sodré em direção ao espigão do Morro de São João, e, pela linha de vertente em direção leste-oeste à garganta do Túnel Alaôr Prata, cortando no ponto mais alto a Ladeira dos Tabajaras para subir pelo espigão ao ponto mais alto do Morro da Saudade. Dêste ponto em direção sul, descendo pelo divisor de águas até a Rua Vitória Régia (excluída) subindo pelo espigão no alto do Morro dos Cabritos e descendo em direção ao ponto mais alto da Av. Henrique Dodsworth para subir ao alto do Morro do Cantagalo, daí em direção sul pelo divisor de águas até o Morro do Pavão, descendo pelo espigão até atingir a Rua Antônio Parreiras, esquina da Rua Saint Roman (incluída), seguindo para a Rua Gomes Carneiro (incluída) até a Praia de Ipanema. Dêste ponto em direção à ponta do Arpoador, passando pelas avenidas Vieira Souto e Francisco Bhering e Praia do Diabo (tôdas excluídas), daí pelo litoral do Oceano Atlântico ao ponto de partida.

VI — Região Administrativa — Lagoa, Ipanema, Leblon, Jardim Botânico, Gávea e São Conrado.

No Oceano Atlântico, na ponta do Arpoador, incluindo a Praia do Diabo, seguindo pelas avenidas Francisco Bhering, Vieira Souto (ambas incluídas), até à Rua Gomes Carneiro, por esta e pela Rua Antônio Parreiras (excluída), até a esquina da Rua Saint Roman, subindo pelo espigão ao Morro do Pavão, descendo e subindo em direção norte pelo divisor de águas ao Morro do Cantagalo, pelo espigão em direção ao ponto mais alto da Av. Henrique Dodsworth (incluída), subindo pelo espigão em direção ao Morro dos Cabritos, para descer em direção à Rua Sacopã com Rua Vitória Régia (ambas incluídas) e subindo pelo espigão ao Morro da Saudade, para descer em direção à Rua Humaitá na divisa do terreno do prédio número 229 (incluído), atravessando a referida rua para subir em direção ao Morro do Corcovado até encontrar a curva de nível de 100 metros; por esta em direção leste-oeste, circundando a bacia do Rio dos Macacos até atingir o primeiro espigão do Morro do Cochrane, por êste subindo e descendo pela linha de vertente, passando pelos morros da Gávea Pequena, Pedra Bonita e Pedra da Gávea, daí descendo pelo espigão em direção à ponta do Marisco no litoral, atravessando a Estrada do Joá no Km 12, ponto mais alto da mesma. Dêste ponto, pelo espigão, na ponta do Marisco, daí pelo litoral ao ponto de partida.

VII — Região Administrativa — São Cristóvão, Benfica, Mangueira e Triagem.

Do canal da Av. Francisco Bicalho, pelo viaduto do tronco principal da E.F.C.B., por esta passando pelas estações de Lauro Müller, São Cristóvão, Mangueira, Triagem (até o Rio Jacaré); por êste à sua foz; daí em linha reta ao pontilhão do Ramal de Minérios de Arará que fica no prolongamento da Rua Bela; pelo ramal até a Rua Monsenhor Manoel Gomes, por esta e pela Av. Brasil (ambas incluídas) até o canal da Avenida Francisco Bicalho, ponto de partida.

VIII — Região Administrativa — Alto da Boa Vista, Muda da Tijuca e Engenho Velho.

Da Rua do Matoso com a Praça da Bandeira (excluída) ao viaduto da Rua São Cristóvão; daí pelo leito da E.F.C.B. e por esta até o canal do Rio Maracanã; por êste e pela Av. Paula e Souza, Rua Barão de Mesquita, Rua Uruguai, Rua M. Amália, Rua França Júnior, Rua Professor Pizarro (tôdas excluídas). Seguindo pela Rua Tenente Marques de Souza (incluída), até o ponto mais alto em frente ao prédio n.º 220, para daí subir pelo espigão ao Pico da Tijuca, (incluindo a favela do Borel); daí pelo espigão descendo e subindo pela vertente do Morro do Bico do Papagaio, Morro da Taquara e dêste ponto em direção sul em linha reta, atinge a Estrada das Furnas (excluída) no ponto a 100 m antes do Km 6 e por esta ao Km 5, daí em linha reta ao alto do Morro da Pedra Bonita, dêste morro pelo espigão descendo e subindo passando pelo Morro da Gávea Pequena e Morro do Cochrane e pela linha de vertente, para descer pelo espigão em direção ao parque da cidade até encontrar a curva de nível de 100 m, por esta circundando a bacia do Rio dos Macacos até o espigão que desce em direção à Rua Humaitá; dêste ponto sobe à curva de nível de 200 m e por esta circundando o pico de D. Marta até encontrar o leito da E. F. Corcovado, por esta à Rua Almirante Alexandrino, por esta (excluída) até a Estrada Dom Joaquim Mamede, por esta à Estrada do Sumaré (ambas incluídas). Do Sumaré, descendo pelo espigão em direção à Rua Joaquim Pizarro, por esta e pelas ruas Barão de Itapagipe, Matoso, Praça da Bandeira (tôdas excluídas) ao ponto de partida.

IX — Região Administrativa — Vila Isabel, Andaraí, Grajaú e Maracanã.

Do tronco principal da E.F.C.B. e Rio Maracanã, pelo leito da estrada até à Rua 8 de Dezembro, por esta, 55 metros depois da Rua São Francisco Xavier, daí subindo pelo limite do terreno dos lotes de vila da Rua São Francisco Xavier, pelo espigão à Serra do Engenho Nôvo, pela linha de vertente para descer em direção sudoeste pelo espigão no limite do antigo Jardim zoológico até à Rua Barão de Bom Retiro, atravessando-a para subir pelo espigão da Serra dos Pretos Forros contando a Estrada de Jacarepaguá continuando pelo divisor de águas ao Pico da Tijuca, passando pelo Morro do Elefante e daí em direção ao Excelsior pelo espigão em direção à favela do Borel (excluída) até o prédio número 220 da Rua Tenente Marques de Souza e por esta (excluída) à Rua Professor Pizarro, por esta pelas ruas França Júnior, Maria Amália, Uruguai, Barão de Mesquita, Paulo e Souza (tôdas incluídas), Canal do Rio Maracanã ao leito da E.F.C.B., ponto de partida.

X — Região Administrativa — Ramos, Bonsucesso, Olaria, Higienópolis, Manguinhos e a Estação de Pedro Ernesto.

Foz do Rio Jacaré no litoral rio acima, até a Av. Suburbana (cortando a E. F. Leopoldina). Pela Av. Suburbana e pela Estrada Velha da Pavuna (ambas excluídas) seguindo pela Estrada do Timbó, Caminho de Itaoca e Caminho de Itararé (tôdas incluídas). No Caminho de Itararé a 85 metros antes da Rua Sebastião de Carvalho, dêste ponto subindo pelo espigão e pela linha de vertente da Serra da Misericórdia até o encontro da tôrre de transmissão da Light (ramal triagem) a 600 metros do Morro do Caricó. Dêste ponto desce em direção ao Morro da Penha pela linha de vertente cortando a Estrada do Saco, subindo e descendo o morro em direção à Rua Eça de Queiroz (excluindo o acesso à Igreja da Penha) pela Rua Eça de Queiroz (incluída, até o leito da E. F. Leopoldina. Dêste ponto em direção da Rua Thomaz Ribeiro para atravessar a passagem de nível da Estrada de Ferro; daí pela Rua Leopoldina Rêgo até a esquina da Rua Dr. Nunes; por esta à Av. Brasil (ambas excluídas); daí à esquina da Rua Pirangi, por êsse alinhamento ao mar e pelo litoral à foz do Rio Jacaré, ponto de partida.

XI — Região Administrativa — Penha, Cordovil, Vigário Geral, Braz de Pina, Parada de Lucas e Penha Circular.

No litoral, prolongamento da Rua Pirangi, por êste atravessando a Av. Brasil, por esta até a Rua Dr. Nunes (incluída), por esta ao leito da E. F. Leopoldina e daí pela Rua Leopoldina Rêgo (excluída) até a passagem do nível que fica entre as ruas Thomas Ribeiro e Rua Eça de Queiroz, por esta (excluída) ao Morro da Penha subindo pelo espigão (incluindo o acesso para a Igreja da Penha), descendo pelo espigão em direção à Serra da Misericórdia atravessando a Estrada do Saco e subindo o espigão do Morro do Caricó, até encontrar a linha de transmissão da Light (ramal triagem); por esta linha até o Rio Acari; dêste ao Rio São João de Meriti à sua foz no litoral; pelo litoral até o ponto de partida.

XII — Região Administrativa — Méier, Jacarèzinho, Cachambi, Abolição.

Estações da E.F.C. do Brasil — São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Nôvo, Silva Freire, Todos os Santos, Engenho de Dentro, Encantado, Piedade (tôdas do lado direito).

Ramal de Rio D'Ouro e Linha Auxiliar — Estações de: Del Castilho, Inhaúma, Engenho da Rainha, Engenho do Matto, Cintra Vidal, Terra Nova, Tomaz Coelho e Cavalcânti.

Pelo leito da E.F.C.B., no desvio do ramal Rio D'Ouro, por êste passando pela estação de Triagem até o Rio Jacaré por êste à Av. Suburbana, por esta e pela Estrada Velha da Pavuna (ambas incluídas) e pela Estrada do Timbó, Caminho de Itaoca e Caminho de Itararé (tôdas excluídas). No Caminho de Itararé a 85 metros antes da Rua Sebastião de Carvalho; dêste ponto subindo pelo espigão e seguindo pela linha de vertente da Serra da Misericórdia até o encontro da Tôrre de transmissão, da Light (ramal triagem) a 600 metros do Morro do Caricó. Do Morro do Caricó descendo pelo espigão da Serra da Misericórdia em direção do Morro do Juramento, cortando o leito da Estrada de Ferro Rio D'Ouro e Av. Automóvel Clube a 170 metros da Rua Maracá para subir pelo espigão do Morro do Juramento, pela linha de vertente, ao seu ponto mais alto; dêste ponto descendo pela linha de vertente em direção à Rua Américo Vespúcio (excluída) daí atravessando o leito da linha auxiliar e pela Rua Gaspar Vianna, Padre Nóbrega, Lima Barreto (tôdas excluídas) até o leito principal da E.F.C.B. Por êste passando pelas estações de Piedade, Encantado, Engenho de Dentro, Todos os Santos, Méier, Silva Freire, Engenho Nôvo, Sampaio, Riachuelo, Rocha, ao desvio da Rio D'Ouro, ponto de partida.

XIII — Região Administrativa — Engenho Nôvo, Lins de Vasconcelos, Bôca do Mato e as Estações da E.F.C. do Brasil — São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Silva Freire, Méier, Todos os Santos,

Engenho de Dentro, Encantado, Piedade (lado esquerdo).

Do tronco principal da E.F.C.B. com a Rua 8 de Dezembro (excluída), lado esquerdo da via férrea, pelo leito da estrada, passando pelas seguintes estações: São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Nôvo, Silva Freire, Méier, Todos os Santos, Engenho de Dentro Encantado, Piedade até a Rua Cesário Machado (excluída); por esta subindo ao morro em seu ponto mais alto para descer em direção à esquina da Rua Clarimundo de Melo com a Rua Almeida Nogueira (incluída); dêste ponto para seguir pelo espigão do Morro Inácio Dias e daí pela linha de vertente em direção à Serra dos Pretos Forros e pelo divisor de águas ao Morro do Elefante; cortando a Estrada Grajaú-Jacarepaguá a 600 metros da R.N. 1.490 (cota 281,154), dêste ponto em direção à faixa de transmissão da Light, pelo espigão à garganta da Serra do Engenho Nôvo, cortando a Estrada de Jacarepaguá e Barão de Bom Retiro, subindo a divisa do antigo Jardim Zoológico em direção da Serra do Engenho Nôvo e pela linha de vertente à Rua 8 de Dezembro (excluída) — 55 metros antes da Rua São Francisco Xavier; dêste ponto ao leito da E.F.C.B., ponto de partida.

XIV — Região Administrativa — Irajá, Pavuna, Coelho Neto, Vila da Penha, Vicente de Carvalho, Rocha Miranda (parte), Barros Filho — Linha Rio D'Ouro — Estações de: Colégio, Coelho Neto, Acari, Turiaçu, Honório Gurgel, Costa Barros (lado direito da linha auxiliar).

Da Serra da Misericórdia, Morro do Caricó da linha de transmissão da Rio Light (ramal triagem), pela linha de vertente em direção ao Morro do Juramento, cortando a Estrada de Ferro, ramal Rio D'Ouro e Estrada Automóvel Clube, a 170 metros da Rua Maracá (excluída) para subir pelo espigão do Morro do Juramento até seu ponto mais alto para descer em linha reta em direção da Rua Amaré; por esta (excluída) ao Morro do Sapé até a fixa de transmissão da Rio Light; por esta descendo em direção à linha Auxiliar no prolongamento da Rua Perdigão Malheiros. Pela Linha Auxiliar, passando pelas Estações de Turiaçu Rocha Miranda, Honório Gurgel, Barros Filho, Costa Barros, seguindo pelo ramal da esquerda até o Rio S. João de Meriti (divisa do Estado do Rio) e por êste descendo até a linha de transmissão da Rio Light (ramal Triagem), por esta ao Morro do Caricó, perto de partida.

XV — Região Administrativa — Madureira, Quintino Bocaiuva, Cascadura, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes (parte), Rocha Miranda (parte), Guadalupe, Ricardo de Albuquerque, Anchieta, e as estações de Magno, Turiaçu, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Barros Filho, Costa Barros (Linha Auxiliar, lado esquerdo).

Inicia na divisa do Estado do Rio de Janeiro, pela estrada que contorna o Morro do Periquito e estradas de Gericinó e Sapopemba, seguindo pela Av. das Bandeiras (tôdas excluídas) ao leito da estrada de ferro. Pelo leito atravessando o viaduto da Av. das Bandeiras em direção à Estação de Deodoro. Daí pela Rua João Vicente (excluída); seguindo pela Rua Xavier Curado, Praça General Aranha, Estrada Intedente Magalhães, esquina da Rua Mário Barbedo, pela estrada e pela Praça Professor Cardoso Fontes (tôdas incluídas), passando pela Praça Valqueire (excluída) e pela estrada ao Largo de Campinho (excluído), daí subindo pelo espigão do Morro da Bica e por êste, pelo divisor de águas ao Morro Inácio Dias, em seu ponto alto. Daí em direção à faixa "non aedificandi" da Light e pelo espigão ao cruzamento da Rua Almeida Nogueira com Rua Clarimundo de Melo, daí sugindo pelo espigão ao ponto mais alto do morro, e descendo pelo espigão em direção à Rua Cesário Machado, por esta (incluída) ao leito da E.F.C.B., atravessando em direção à Rua Lima Barreto e Padre Nóbrega até o leito da Linha Auxiliar da E.F.C.B. (tôdas incluídas) pelo leito até a Rua Américo Vespúcio e por esta (incluída) subindo o espigão do Morro do Juramento para descer em direção à Rua Aramaré (incluída); por esta linha reta ao ponto mais alto do Morro do Sapé descendo pela faixa "non aedificandi" da Rio Light, entre as ruas Moisés Santana e Monsenhor Inácio da Silva, ao leito da linha Auxiliar, por êste passando pelas estações de: Turiaçu, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Barros Filho, Costa Barros, e pelo ramal da esquerda ao Rio Pavuna. Subindo o rio até a Estrada Cabral, ponto de partida.

XVI — Região Administrativa — Jacarepaguá, Praça Séca, Vila Valqueire, Taquara, Freguezia, Muzema, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Piabas, Recreio dos Bandeirantes, Marapendi, Barra da Tijuca, Zona Rural.

Inicia-se no Oceano Atlântico no local denominado Ponto de Marisco, sobe a encosta até o cume do morro, que percorre e desce pela linha de vertente até o ponto mais alto da Estrada do José que atravessa, daí sobe em direção à Pedra da Gávea até o cume, daí pela vertente, descendo e subindo em direção à Pedra Bonita até o pico, descendo em linha reta, atinge a Estrada das Furnas no marco do Km 5 e desce a estrada que inclui até um ponto antes e distante 100 m do Km 6; daí em linha reta até o alto do morro da Taquara; daí pela vertente, descendo e subindo até o Bico do Papagaio, seguindo pela vertente até o alto ao Pico da Tijuca e dêste ao morro do Elefante; daí até o cume da Serra dos Pretos Forros, cortando a Estrada da Covanca, subindo pela vertente indo em direção ao Largo do Campinho (incluído), seguindo pela Estrada Intendente Magalhães (excluída) passando pela Praça Valqueire (incluída) e Praça Professor Cardoso Fontes, Praca General Aranha (ambas excluídas) até a Rua Mário Barbedo. Por esta (incluída) em direção sul ao espigão do Morro do Valqueire. Daí descendo pelo espigão em direção ao Morro da Caixa D'Água cortando a Estrada do Catonho no R.N. 1.482 (quota 56,308). Do Morro da Caixa D'Água pela linha de vertente ao cruzamento da Estrada do Boiuna com a Rua Ubirajara. Pela estrada (incluída) até a Estrada dos Teixeiras. Daí subindo pela linha de vertente à Serra do Bangu (incluindo sede da Fazenda Santa Maria), seguindo até o Pico da Pedra Branca, daí segue pela linha de vertente que passa pelo morro dos Cablocos, da Toca Grande, da Toca Pequena, do Morgado, da Boa Vista, da Ilha, Grota Funda, e do Santo Antônio da Bica e da Faxina; daí, desce o espigão até o ponto mais alto da Estrada do Grumari, que atravessa e sobe pelo espigão do Morro das Piabas até o seu ponto mais alto; daí descendo e subindo os espigões até o Morro da Boa Vista e daí pela linha de vertente até o ponto mais alto do Morro da Prainha descendo pelo espigão em direção à Ilha das Pedras no Oceano Atlântico e daí pela orla marítima até o ponto de partida, incluindo o pontal de Sermambetiba e as e as Ilhas das Palmas, das Peças, Pontudas, Alfavaca e do Meio.

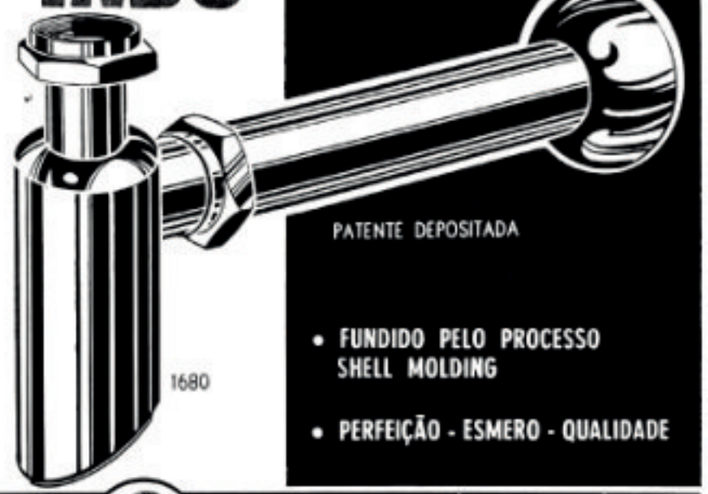
XVII — Região Administrativa — Bangu, Deodoro (parte), Vila Militar, Coronel Magalhães Bastos, Realengo, Padre Miguel, Senador Camará, Campo dos Afonsos e Bairro da Sulacap.

Inicia na divisa do Estado do Rio de Janeiro, pela estrada que contorna o Morro dos Periquito, Estrada de Gericinó e Sapopemba, seguindo pela Av. das Bandeiras (tôdas incluídas) ao leito da estrada de ferro e por esta à Estação de Deodoro, daí pela Rua João Vicente (incluída) até a Rua Xavier Curado, por esta e pela Praça General Aranha, Estrada Intendente Magalhães até a Rua Mário Barbedo, por esta (incluída) em direção ao espigão do Morro do Valqueire. Dêste ponto pela linha de vertante ao Morro da Caixa D'Água cortando a estrada do Catonho no R.N. 1 452 (quota 56,308) do Morro da Caixa D'Água pela Serra de Bangu e pelo espigão até o cruzamento da estrada do Poiuna com a Rua Ubirajara. Pela estrada (excluída) ao cruzamento da Estrada dos Teixeiras. Dêste cruzamento, pela Serra do Bangu na linha de vertente a Pedra Branca. Dêste ponto, pela linha vertente ao Morro do Lameirão cortando a Estrada do Viegas no seu ponto mais alto e daí à nascente do Rio dos Cachorros descendo por esta até a Rua Teixeira Campos, por esta e pela Estrada dos Sete Riachos, atravessando a Av. das Bandeiras até o começo da Estrada do Guandu do Sena; dêste ponto, em linha reta ao Morro da Formiga, daí descendo e subindo ao marco da Serra do Quitungo, ponto mais alto, para descer em linha reta a esquina da Estrada do Guandu do Sena com o Caminho da Serra. Por êste até encontrar o Rio Canoeira, subindo o Rio ao Morro do Guandu, ponto mais alto. Daí pela divisa do Estado do Rio, passando pelo Morro do Gericinó, Morro Capin Melado e cruzamento da Rua Araquem com a Estrada da Cancela Preta. Seguindo pela divisa com o Estado do Rio de Janeiro à Estrada do Cabral, ponto de partida.

XVIII — Região Administrativa — Campo Grande, Santissimo, Augusto Vasconcelos, Inhoaiba, Kosmos, Mendanha, Campinho, Rio da Prata, Monteiro, Pedra de Guaratiba, Ilha e Barra de Guaratiba.

No litoral do Oceano Atlântico, na ponta do espigão que desce do Morro da Prainha em direção à Ilha das Peças, por êste espigão do Morro da Prainha, daí, pela linha de vertente ao Morro da Boa Vista; em seguida, descendo e subindo os espigões em direção ao Morro das Piabas, rumo ao ponto mais alto da Estrada do Grumari, que atravessa e sobe o espigão do Morro da Faxina; no cume dêste, pela linha de vertente, passando pela garganta da Itapuca e o Morro de Santo Antônio da Bica, Grota Funda, Morro da Ilha, Morro da Boa Vista, Pico do Morgado, Toca Pequena, Toca Grande, Morro dos Cabocios e Pedra Branca. Daí, descendo e subindo em direção ao Morro do Lameirão, cortando a Estrada do Viegas no seu ponto mais alto (quota 170). Do alto do morro, descendo em direção à nascente do Rio dos Cachorros, por êste até a Rua Teixeira Campos, por esta e pela estrada dos Sete Riachos (tôdas incluídas) até a Estrada Guandu do Sena. Daí em linha reta ao Morro da Formiga para descer e subir em direção à Serra do Quintungo e de seu ponto mais alto, em linha reta, até o cruzamento da Estrada Guandu do Sena com o Caminho da Serra; por êste caminho (incluído) ao Rio da Canoeiras, subindo por êste ao Morro do Guandu. Daí pela linha de vertente, divisa do Estado do Rio de Janeiro, passando pelo Morro Manoel José,

NOVO
SIFÃO
COMPACTO
INDU



PARA LAVATÓRIOS E PIAS

Único que pode ser instalado em conjuntos de louça, sem ser necessária a remoção do pedestal para limpeza.

PATENTE DEPOSITADA

• FUNDIDO PELO PROCESSO SHELL MOLDING

• PERFEIÇÃO - ESMERO - QUALIDADE

INDU

INDU COMPANHIA INDÚSTRIA METALÚRGICA
RUA NERVAL GOUVEIA, 273 · TEL. 29-9900
CENTRO: AV. RIO BRANCO, 151 - S/ 1002 - TEL. 42-5518
RIO DE JANEIRO GB

Engenharia de Estruturas
oferecemos cálculo ou executamos o de sua preferência.
Av. Rio Branco 151 - 10º and. tel. 42-5518

Pico do Marapicu, Rio Guandu Mirim ou Tinguí até a foz do Rio Campinho; dêste ponto em linha reta ao Morro do Furado, dêste pelo espigão em direção ao ponto mais alto da Serra da Paciência (quota 198,20) cortando a Estrada da Paciência, na sua quota mais alta. Da Serra da Paciência em linha reta ao Morro de Santa Eugênia (Serra de Inhoaíba). Dêste Ponto pela linha de vertente à Serra do Cantagalo. Do alto desta serra, pelo espigão, à Estrada da Pedra que atravessa em linha reta até o cruzamento da Rua Ajuricaba com o Rio do Ponto ou Piaí. Por êste, até a foz, na Baía de Sepetiba e pelo litoral até o ponto inicial, incluindo a restinga de Marambaia e as diversas ilhas da Barra de Guaratiba.

XIX — Região Administrativa — Santa Cruz, Paciência, Palmares, Sepetiba, Zona Rural.

Na confluência dos rios Campinho e Guandu Mirim, na divisa do Estado do Rio de Janeiro em direção sul, numa linha reta ao Morro do Furado; dêste ao ponto mais alto da Serra da Paciência, daí em linha reta ao Morro de Santa Eugênia. Dêste, pela linha de vertente à Serra do Cantagalo; do alto desta Serra, pelo espigão, em direção ao cruzamento da Rua Ajuricaba com o Rio do Ponto ou Piaí, cortando a Estrada da Pedra. Por êste rio à sua foz, na Baía de Sepetiba. Pelo litoral à foz do Rio Itaguaí, innicluindo as ilhas do Tatu e Pescaria. Subindo pelo Rio Itaguaí e o Rio Guandu Mirim ou Tinguí (divisa com o Estado do Rio de Janeiro) até o Rio Campinho, ponto de partida.

XX — Região Administrativa — Ilha do Governador.

Delimitação com características próprias de acidentes geográficos.

XXI — Região Administrativa — Paquetá.

Delimitação com características próprias de acidentes geográficos.

ANEXO II

Cargos em Comissão		Artigos			Total
Título	Simbolo	3.º	8.º	9.º	
Diretor de Divisão	3-C	100	20	1	121*

* *Cargos resultantes de transformação, na conformidade do disposto no § 3.º do art. 190 da Lei n.º 263-62.*

Funções Gratificadas							Total
Título	Simbolo	3.º	4.º	7.º	8.º	9.º	
Assistente	1-F	—	—	21	—	—	21
Chefe de Distrito	1-F	100	—	—	—	—	100
Chefe de Serviço	1-F	—	—	—	120	2	122
Chefe de Serviço	2-F	20	4	—	—	—	24
Secretário	5-F	—	—	21	—	—	21
Chefe de Seção	5-F	20	1	—	21	1	43
Chefe de Subseção	7-F	—	—	—	7	—	7

OBSERVAÇÕES: *os cargos em comissão e as funções gratificadas de direção de Educação e Cultura, ou das Unidades dos órgãos que integram as Divisões Médico-sanitárias das Delegacias Fiscais, inclusive chefias de Cartórios, dos Distritos Agrícolas e dos Distritos Veterinários são os constantes dos Decretos referentes às estruturas das Secretarias interessadas em sua atividade.*



ECONOMIA

As formigas são dotadas de excepcionais qualidades de economia e não perdem tempo no verão, suprindo os seus celeiros contra os rigores do inverno. Aprenda com as formiguinhas a economizar o seu dinheiro empregando em suas construções um material que lhe dê o máximo de rendimento.

O cimento Portland Mauá supera as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

MAUA

Bôlsa de Materiais

01 — Materiais de Cerâmica
02 — Materiais de cimento-amianto e premoldados
03 — Materiais de madeira
04 — Materiais metálicos
05 — Materiais plásticos
06 — Materiais químicos
07 — Materiais de vidro
08 — Equipamentos
09 — Materiais Diversos
(Preços médios nos revendedores do Rio em 30-5-63).

01 — MATERIAIS DE CERÂMICA

Azulejos brancos (11x11 e 15x15)	Cr$	1.660,00	m²
Azulejos brancos (11x11 e 15x15)	"	2.000,00	m²
terminais (boleados), brancos	"	310,00	ml
terminais (boleados), de 11x11	"	500,00	ml
calhas internas e externas brancas 15 cm	"	250,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	285,00	ml
idem idem idem de côr 15 cm	"	340,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	498,00	ml
Banheiras brancas 4 1/2'	"	24.970,00	uma
Banheiras Brancas 5'	"	29.700,00	uma
Banheiras Brancas 51/2	"	39.200,00	uma
Banheiras de côr 4 1/2'	"	32.450,00	uma
Banheiras de côr 5 1/2	"	50.950,00	uma
Bebedouros em louça brancos	"	5.300,00	um
Bebedouros em louça em côr	"	2.800,00	um
Bidês brancos 3 furos	"	4.560,00	um
Bidês de côr 3 furos	"	5.940,00	um
Ladrilhos cerâmico sextavados vermelhos	"	1.540,00	m²
Ladrilhos cerâmicos sextavados em côr	"	3.100,00	m²
Ladr. cerâmicos retangulares vermelhos	"	1.560,00	m²
Ladrilhos cerâmicos retangulares em côr	"	3.036,00	m²
Ladrilhos cerâmicos quadrados sulcado vermelho	"	1.850,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado sulcado em côr	"	3.070,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado boleado verm.	"	120,00	pç
Ladrilho cerâmico quadrado boleado côr	"	165,00	pç
Ladr. cerâmico p/piso industrial verm.	"	2.850,00	m²
Ladrilho cerâmico	"	145,00	pç
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) em côres	"	2.750,00	m²
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) em côres	"	1.480,00	m²
Lajota decorativa	"	110,00	pç
Lavatórios de côr 18x11 (1 furo)	"	3.250,00	um
Lavatórios brancos 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	3.700,00	um
Lavatórios de côr 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	5.038,00	um
Litocerâmica acanalada (normal)	"	1.700,00	m²
Litocerâmica — Placa de 300x60x60	"	2.300,00	m²
Mictórios (centro) brancos	"	3.820,00	um
Mictórios (centro) de côr	"	4.290,00	um
Mictórios (sifonados) brancos	"	20.410,00	um
Mictórios (sifonados) de côr	"	30.550,00	um
Mosaico cerâmico vermelho	"	1.870,00	m²
Mosaico cerâmico verde	"	4.886,00	m²
Telhas de barro (marselha)	"	53,00	uma
Telhas de cerâmica (marselha)	"	63,00	uma
Telha de cerâmica colonial	"	78,00	uma
Tijolo cerâmica prensado (simples)	"	72,00	pç
meio cuto	"	51,00	pç
canto redondo	"	53,00	pç
Vasos Sanitários (vitrificados, autosifonados, de côr)	"	5.500,00	um
Vasos sanitários (branco)	"	3.350,00	um

(Revendedores no Rio: **Marcovan** — Rua S. José 78 a 80 **J. M. Mello & Cia. Ltda.** — Rua Rischuelo, 61/63)

02 — MATERIAIS DE CIMENTO-AMIANTO E PREMOLDADOS

Caixilhos de concreto 14,5x15x5, fixos.	Cr$	2.400,00	pç
20x20x5 c/ 2 rebaixos	"	1.530,00	pç
50x50x50 fixos	"	620,00	pç
1,08x28x10 c/ 2 rebaixos	"	1.420,00	pç
Elementos vasados de concreto, quadrados 13x20x10	"	82,00	pç
14x26x8	"	76,00	pç
30x60x15	"	265,00	pç
Elementos vasados de concreto sextavado 12x8x8	"	55,00	pç
sextavadinho 14x16x8	"	54,00	pç
Elementos vasados de concreto triangular 19x19x26x8	"	65,00	pç
Elementos vasados de concreto 49x50x8 venez	"	458,00	pç

03 — MATERIAIS DE MADEIRA

Chapas de madeira compensada (especial) à prova d'água, 220x160			
pinho — 4mm	Cr$	570,00	m²
pinho — 6mm	"	770,00	m²
pinho — 12mm	"	1.250,00	m²
pinho — 15mm	"	1.610,00	m²
pinho — 20mm	"	2.200,00	m²
pinho — 25mm	"	2.800,00	m²
cedro — 4mm	"	879,00	m²
cedro — 6mm	"	1.280,00	m²
cedro — 8mm	"	2.255,00	m²
cedro — 10mm	"	2.255,00	m²
cedro — 15mm	"	3.146,00	m²
cedro — 20mm	"	4.187,00	m²
cedro — 25mm	"	4.581,00	m²
cedro — 30mm	"	5.970,00	m²
Chapas de madeira compensada (comum), 220x160			
pinho — 3mm	Cr$	230,00	m²
pinho — 4mm	"	300,00	m²
pinho — 6mm	"	435,00	m²
pinho — 8mm	"	580,00	m²
pinho — 10mm	"	720,00	m²
pinho — 20mm	"	1.320,00	m²
pinho — 25mm	"	1.650,00	m²
cedro — 4mm	"	735,00	m²
cedro — 6mm	"	930,00	m²
cedro — 10mm	"	1.225,00	m²
cedro — 15mm	"	1.645,00	m²
cedro — 20mm	"	2.060,00	m²
cedro — 25mm	"	2.625,00	m²
peroba — 4mm	"	1.255,00	m²
peroba — 6mm	"	1.500,00	m²
Peroba — 8mm	"	1.675,00	m²
peroba — 10mm	"	1.840,00	m²
peroba — 20mm	"	3.000,00	m²
peroba — 25mm	"	3.670,00	m²
Chapas de fibra de madeira tipo Eucatex			
Chapas duras de fibra de madeira (Eucatex, Duratex e Masonite)			
couro 3,5mm	Cr$	500,00	m²
cancelado 3,5mm	"	515,00	m²
frisado 3,5mm	"	485,00	m²
lapidado 3,5mm	"	515,00	m²
Chapas Eucatex para forros			
isolante bisotado 12mm 60x60	Cr$	690,00	m²
isolante 8mm 122x244	"	690,00	m²
12mm 122x244	"	690,00	m²
12mm 122x122	"	690,00	m²
isolante revestido 12mm 122x244	"	790,00	m²
12mm 122x305	"	790,00	m²
betumado 12mm 122x244	"	990,00	m²
24mm 122x244	"	1.980,00	m²
piso flutuante 12mm 122x122	"	480,00	m²
acústica A 19mm variável	"	1.410,00	m²
acústico B 19mm variável	"	1.450,00	m²
acústico C 19mm variável	"	1.490,00	m²
travertino 19mm variável	"	1.490,00	m²
frigorífico 1/2" 122x244	"	480,00	m²
1" 122x244	"	720,00	m²
1 1/2" 122x244	"	1.090,00	m²
2" 122x244	"	1.480,00	m²
3" 122x244	"	2.900,00	m²
4" 122x244	"	2.900,00	m²
24mm 122x122	"	720,00	m²
durotermic 19mm 120x240	"	1.540,00	m²
31mm 120x240	"	2.380,00	m²
Chapas Neoplan (Bernini)			
6mm	Cr$	620,00	m²
17mm	"	1.300,00	m²
18mm	"	1.400,00	m²
20mm	"	1.500,00	m²
22mm	"	1.490,00	m²
25mm	"	1.800,00	m²
30mm	"	2.100,00	m²
Eucatex Azulejo 3,5mm	"	765,00	m²
Eucatex Lambri 3,5mm	"	765,00	m²
Lambris Compensados 0,07 cm.			
pinho faqueado	Cr$	2.142,00	m²
descascado	"	1.428,00	m²

imbuia	"	2.142,00	m²
amendoim	"	2.142,00	m²
cedro	"	2.142,00	m²
marfim	"	2.142,00	m²
cerejeira	"	3.620,00	m²
jacarandá	"	4.000,00	m²
fantasia	"	4.165,00	m²
ranhurado	"	1.785,00	m²
Compensados 0,12 cm.			
pinho faqueado	Cr$	1.983,00	m²
pinho descascado	"	1.757,00	m²
imbuia	"	1.975,00	m²
amendoim	"	1.975,00	m²
cedro	"	1.975,00	m²
marfim	"	1.590,00	m²
cerejeira	"	3.685,00	m²
jacarandá	"	3.685,00	m²
Maciços			
pinho de riga	Cr$	15.000,00	m²
cedro amazonas	"	2.700,00	m²
gonçalo alves — peroba	"	2.000,00	m²
jacarandá	"	7.000,00	m²
caviúna	"	4.050,00	m²
marfim	"	2.500,00	m²
Parquet em peroba do campo ou sucupira			
0,067x0,134	"	2.140,00	m²
0,077x0,402	"	2.650,00	m²
Parquet em amarelo cetim, macaúba ou braúna 0,067x0,134	"	2.800,00	m²
0,067x0,402	"	3.158,00	m²

(Revendedor no Rio: **Bernini, S.A.** — R. Moncorvo Filho, 25.)

05 — MATERIAIS PLÁSTICOS

Chapas plásticas (Formiplac) brilhantes 1,5m	Cr$	3.900,00	m²
meio fôscas	"	4.100,00	m²
fôscas	"	4.100,00	m²
Pias plásticas	"	8.000,00	m²
Pisos plásticos de luxo (colocado)	"	1.900,00	m²
anti-derrapante	"	1.600,00	m²
semi-áspero	"	1.650,00	m²
Tampos para vasos sanitários (Goyana)	"	4.600,00	um

06 — MATERIAIS QUIMICOS

Impermeabilizante (Repelsqua)	Cr$	2.200,00	galão
impermeabilizante de péga normal	"	75,00	kg
impermeabilizante de péga rápida	"	135,00	kg
impermeabilizante de péga ultra rápida	"	167,00	kg
mastique elástico p/calafetar a frio			
(prêto)	"	110,00	kg
(cinza)	"	215,00	kg
tinta protetora para concerto	"	110,00	yg
tinta protetora para fachadas	"	105,00	kg
líquido incolor para fachadas	"	237,00	kg
tinta asfáltica de proteção, tipo Proko	"	72,00	kg

07 — MATERIAIS DE VIDRO

Pastilhas de vidro			
Miscelanea MC	"	1.000,00	m²
Miscelânea MS	"	780,00	m²
Reflex	"	1.180,00	m²
Vipax Especial	"	2.220,00	m²
Vipax Standard	"	1.350,00	m²
Telhas de vidro (marselha)	"	350,00	uma

08 — EQUIPAMENTOS

Exaustores domésticos standard	Cr$	27.670,00	um
doméstico luxo	"	31.500,00	um
comerciais 250mm	"	31.000,00	um
comerciais 400mm	"	37.700,00	um
Aquecedores elétricos cap. 30L	"	26.180,00	um
cap. 80L	"	35.810,00	um
cap. 100L	"	41.000,00	um
cap. 200L	"	103.370,00	um
cap. 300L	"	154.180,00	um
cap. 500L	"	238.800,00	um
Aquecedores a gás (brancos)	"	31.280,00	um
Aquecedores a gás (em côr)	"	35.400,00	um
Fogões a gás (encanamento) 4 bôcas	"	30.980,00	um
6 bôcas — 523	"	112.560,00	um
Fogões a gás (engarrafado) 4 bôcas	"	49.245,00	um
(c/instalação de 2 botijões). 6 bôcas	"	130.850,00	um

(Revendedores no Rio:
MARCOVAN — R. S. José, 78 a 80
J. M. MELLO — R. Riachuelo, 61/63).

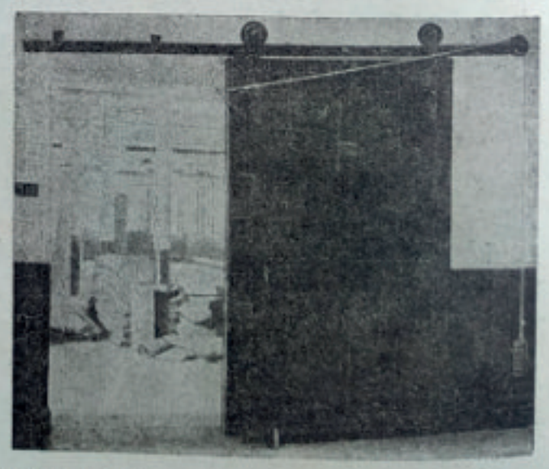
RESMAT RESMAT RESMAT
LTDA. LTDA. LTDA.

UMA TRADIÇÃO NO RAMO DE PROTEÇÃO AUTOMATICA CONTRA INCENDIO



Portas corta-fogo blindadas

— com dobradiças
— para correr em trilhos
— de guilhotina
— de funcionamento: automático ou manual



SEPARAM QUALQUER RISCO E RESISTEM, SEM SE DEFORMAREM, AOS MAIORES INCÊNDIOS.

Aprovadas pelo I. R. B. e fabricadas de acôrdo com as especificações da A. B. N. T.

Consultem-nos sem compromisso com referência a qualquer problema relacionado com a proteção contra incêndio.

Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 333 — s/506. tel.: 42-1278
S. Paulo: Rua Michigan, 1495 (Brooklin Nôvo). tel.: 61-0602

Companhia Metalúrgica Barbará

Indústria de tubos, conexões, registros, aparelhos e tampões de ferro fundido. — Usinas em Barra Mansa e São Paulo. Escritório Central: Av. Almirante Barroso, 72 - 12.º, Tel.: 22-9981, Rio de Janeiro. Filial: Pç. Padre Manoel da Nóbrega, 16 - 11.º,— Tel.: 32-5181, São Paulo. Agências: Brasília, Goiânia, Recife, Curitiba e Pôrto Alegre.

Linha de Produção

1 — *Tubos e conexões tipo "Pressão"* — Tubos e conexões de ferro fundido para canalizações de água em geral: linhas adutoras por recalque ou gravidade, rêdes distribuidoras, encanamentos industriais, rêdes contra incêndios, irrigação, etc. Os tubos são fabricados nos diâmetros de 50 a 600 mm. Os comprimentos normais são de 3 metros (nos diâmetros de 50,60 e 75 mm) e de 6 metros (nos diâmetros de 75 a 600 mm). A junta de borracha "FERROPLEX" constitui o sistema mais prático, rápido e econômico. No entanto, a junta também pode ser feita pelo processo convencional, que utiliza chumbo e corda alcatroada.

2 — *Tubos e conexões com flanges* — Tubos e conexões de ferro fundido com juntas de flanges, para canalizações industriais (transporte de quaisquer líquidos), tubulações de casas de bombas, reservatórios, estações de tratamento, etc. Os tubos são fabricados nos diâmetros de 50 a 600 mm. Os comprimentos podem variar até 2,75 metros (nos diâmetros de 50,60 e 75 mm) e até 5,75 metros (nos diâmetros de 75 a 600 mm).

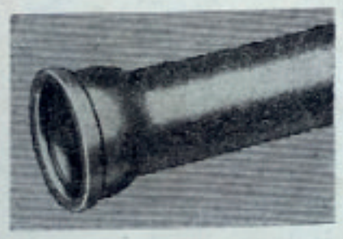
3 — *Tubos e conexões tipo "Esgôto"* — Tubos e conexões de ferro fundido para instalações prediais de esgotos sanitários: tubos de queda, ramais de descarga e de esgotos, subcoletores e coletores prediais, ventilação, descida de águas pluviais. Os tubos são fabricados nos diâmetros de 50, 75, 100, 125 e 150 mm e nos comprimentos de 3 metros (50 a 100 mm) e de 6 metros (125 e 150 mm).

4 — *Tampões e grelhas* — Tampões de ferro fundido de rua e de passeio, de todos os tipos, redondos, quadrados ou triangular, para poços de visita, caixas de areia e de inspeção, etc. Caixas para registros, hidrantes e hidrômetros. Tampões estanques, grelhas para esgôto, ralos para bueiros, grelhas para "bôca de lôbo", etc.

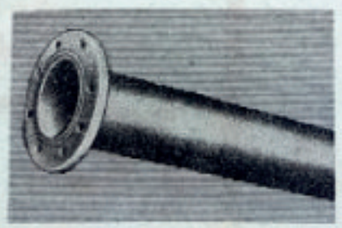
5 — *Registros e aparelhos* — Registros de ferro fundido para água, chatos ou ovais, com bôlsas ou flanges e equipados com volante ou cabeçote. São fabricados nos diâmetros de 50 a 300 mm (tipo chato) e de 50 a 600 mm (tipo oval). Hidrantes de coluna ou subterrâneos, ventosas, válvulas, adufas, comportas, etc.

Características dos Produtos

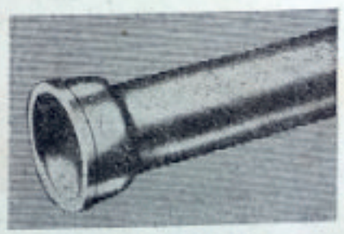
Tubos tipo "Pressão" — Os tubos são fabricados por centrifugação, que lhes confere qualidades únicas de resistência e durabilidade. Os tubos de ferro fundido são mais duráveis do que quaisquer outros, havendo centenas de canalizações em várias cidades de todo o mundo, em uso há muito mais de um século.
Tubos tipo "Esgôto" — Também fabricados por centrifugação, são aprovados sem quaisquer restrições, pela Norma NB- 19 R, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
Tampões e grelhas — De acôrdo com o pêso de cada tipo, oferecem elevada resistência ao choque e suportam pesadas cargas.
Registros e aparelhos — São de construção robusta, de perfeito funcionamento e, como os demais materiais de ferro fundido, são altamente resistentes e duráveis.



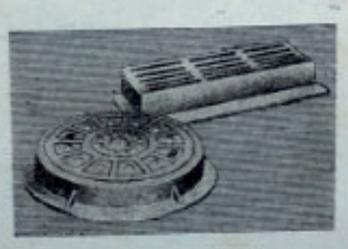
TUBOS TIPO «PRESSÃO»



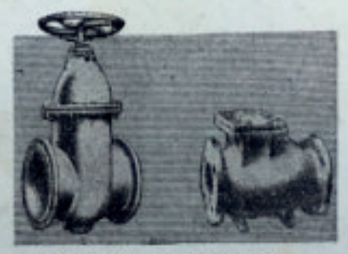
TUBOS COM FLANGES



TUBOS TIPO «ESGÔTO»

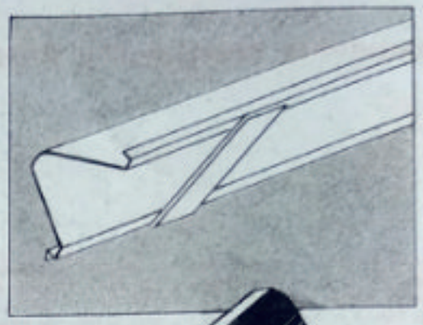


TAMPÕES E GRELHAS



REGISTROS E APARELHOS

É a nova cobertura auto-portante, praticamente horizontal, formada pela conjugação de várias chapas estampadas e repuchadas, parafusadas entre si, cujas seções de perfis técnicamente calculadas permitem vencer grandes vãos sem apoios intermediários.



MATERIAL EMPREGADO

Este tipo de cobertura pode ser fabricado em chapa galvanizada, alumínio e chapa de aço inoxidável.

Para efeitos estéticos especiais pode-se pintar a cobertura com tinta de alumínio ou com tinta de grande duração.

TETOS HORIZONTAIS:

Não só as imposições estéticas da arquitetura moderna exigem coberturas planas, mas também a economia resultante da supressão de empenas e custosas estruturas se faz importante e definitiva.



LOOK

ESTRUTELHA **bérgom**

PRINCIPAIS VANTAGENS: IMPERMEABILIDADE ABSOLUTA • INCOMBUSTIBILIDADE • ESTÉTICA • DURABILIDADE • INDEFORMABILIDADE • RAPIDEZ E ECONOMIA NA MONTAGEM • LEVEZA • SEGURANÇA.

PRODUTO GARANTIDO POR:

bérgom

R. José Bonifácio, 458 (Meier) - Rio de Janeiro - E. da Guanabara
RIO - SÃO PAULO - BRASÍLIA - SALVADOR - BELO HORIZONTE - RECIFE

CHAPAS

DE ALUMÍNIO CORRUGADAS PARA COBERTURAS



Companhia Brasileira de Alumínio
RUA RIZKALLAH JORGE, 50 - 11 - ANDAR - SÃO PAULO

CBA

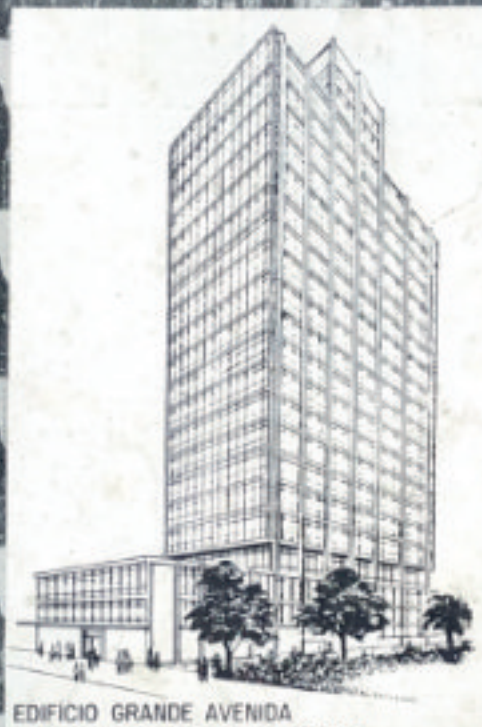
PRIMEIRAS INSTALAÇÕES

DO COMANDO

MARK-IV



EDIFÍCIO SEDE DA C. V. B.
ARQUITETO: ROGER ZMEKHOL



EDIFÍCIO GRANDE AVENIDA
ARQUITETOS: LUCJAN KORNGOLD
E ABELARDO GOMES DE ABREU



BANCO SUL AMERICANO DO BRASIL S. A.
ARQUITETO: RINO LEVI



CONJUNTO NACIONAL
ARQUITETO: DAVID LIBESKIND

ELEVADORES ATLAS

INDÚSTRIAS VILLARES S. A. — SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • BRASÍLIA • BELO HORIZONTE • SANTOS • RECIFE • PÔRTO ALEGRE • SALVADOR • CURITIBA • JUIZ DE FÓRA • PELOTAS • RIBEIRÃO PRÊTO • FORTALEZA • BELÉM
BUENOS AIRES • HAVANA • MONTEVIDÉU • MÉXICO • CARACAS • LIMA • SANTIAGO DO CHILE • ASSUNÇÃO • LA PAZ